

IMPrensa, INFância
E DESENVOLVIMENTO
HUMANO

Uma retrospectiva de
sete anos de análise
de mídia ANDI / IAS

IMPrensa, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

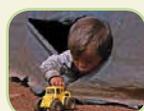
Uma retrospectiva de
sete anos de análise
de mídia ANDI / IAS

Realização



SUMÁRIO

- 03 APRESENTAÇÃO
- 04 A CONQUISTA DE UM ESPAÇO PRIVILEGIADO
- 08 A IMPRENSA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS
- 18 RESPOSTAS PARA UM NOVO TEMPO
- 24 ESTABELECENDO PARÂMETROS DE QUALIDADE
- 34 A EVOLUÇÃO NO DESEMPENHO DOS VEÍCULOS
- 42 DEFININDO A AGENDA
- 52 PAUTAS POUCO LEMBRADAS
- 60 A CONSTRUÇÃO DA MÍDIA JOVEM
- 64 JORNALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO
- 72 ANEXO – PUBLICAÇÕES



As fotos que ilustram as páginas deste relatório são finalistas ou vencedoras do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo. A ANDI e o Instituto Ayrton Senna agradecem aos fotógrafos e aos veículos pela cessão do material.

Foto da capa*: "Os dois Brasis", de Ricardo Teles de Freitas, *Carta Capital*. Vencedora da 6ª edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo. * A foto passou por corte e intervenção nas cores para a composição da capa.

APRESENTAÇÃO

No contexto da complexa agenda social brasileira de hoje, com um grande número de questões disputando espaço tanto na arena do debate público quanto nos cronogramas das políticas estratégicas, a área da infância e da adolescência tende a ocupar posição privilegiada.

Esta afirmação justifica-se, em primeiro lugar, pela presença de lideranças profundamente comprometidas com a causa que defendem. Tal postura veio a refletir-se não apenas na elaboração e na luta pela aprovação, em 1990, de um documento do porte do Estatuto da Criança e do Adolescente, como também propiciou que passos significativos fossem dados no sentido de, ao longo dos últimos anos, aproximar da realidade diversos dos direitos estabelecidos no documento.



*"O sol como testemunha", de Marcelo Prates. Hoje em Dia (MG).
Finalista da 3ª edição. 1999/2000*

Mas há uma segunda característica, facilmente identificável no cenário nacional, que contribuiu para a sustentação do conceito expresso em nosso parágrafo inicial: a crescente atenção dedicada pelos meios de comunicação aos principais temas relacionados às novas gerações. Uma atenção, vale destacar, que vem sendo traduzida não apenas em termos de espaço, mas também por um processo de constante qualificação do material veiculado.

O presente relatório tem como objetivo documentar esta evolução do comportamento da imprensa brasileira. Por meio de extenso levantamento histórico e dados quantitativos, são apresentados nas próximas páginas os parâmetros metodológicos que, desde 1996, vêm norteando o monitoramento e a análise da produção editorial de 10 revistas e de 50 dos mais importantes jornais do País diante da pauta da infância e da adolescência.

O progresso quantitativo e qualitativo desta cobertura jornalística pode ser considerado, sem dúvida, uma vitória da aliança social estratégica que a Agência de Notícias dos Direitos da Infância (ANDI) e o Instituto Ayrton Senna selaram por sete anos. As ações compartilhadas por essas duas instituições – parceiras na luta pelos direitos das novas gerações no campo das políticas públicas, da mobilização da sociedade e da mídia – também são focalizadas neste documento. Lançado em 1997 pelo Instituto Ayrton Senna, o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo é uma das marcas deste trabalho, ao deflagrar nas redações um processo de estímulo e reconhecimento à produção de matérias que ampliam a reflexão sobre a realidade infanto-juvenil.

Os resultados exibidos neste relatório são expressivos. Temos o retrato de um jornalismo que amadurece rumo a uma maior responsabilidade social e torna-se aliado importante na construção de uma realidade em que crianças e adolescentes poderão, enfim, crescer com a perspectiva de pleno desenvolvimento humano.

Veet Vivarta
ANDI

Viviane Senna
Instituto Ayrton Senna

A CONQUISTA DE UM ESPAÇO PRIVILEGIADO

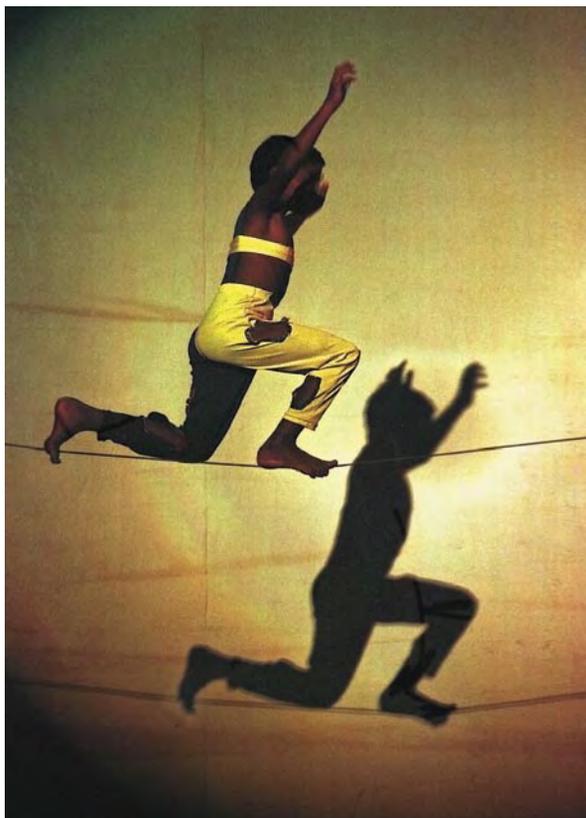
A trajetória da mídia brasileira na complexa tarefa de retratar a situação da infância e da adolescência nas diversas regiões e condições sociais

A imprensa brasileira avançou – e muito – na cobertura dos temas referentes ao universo da infância e da adolescência nos últimos anos. Acompanhando a movimentação de organizações internacionais, do governo e da própria sociedade em torno da defesa de uma melhor qualidade de vida para as novas gerações, a mídia passou a incluir na sua agenda reportagens que refletiam o cotidiano, os problemas, as necessidades e os sonhos desse segmento populacional.

A caminhada, é bem verdade, começou de forma tímida. Em 1996, quando a ANDI e o Instituto Ayrton Senna iniciaram a análise dos textos publicados nos 50 principais jornais do País sobre as questões concernentes ao público infanto-juvenil, monitorou-se um total de 10.700 inserções. Em 2002, os números impressionavam: haviam sido contabilizadas 93.581 matérias nos veículos avaliados.

Esse avanço quantitativo na cobertura levou as duas instituições à decisão de aplicar, a partir de 2003, critérios de Desenvolvimento Humano na análise dos textos para verificar até que ponto a imprensa consegue fazer uma leitura de cunho sistêmico sobre as questões da infância e da adolescência. É fundamental destacar ainda que, além do crescimento no número de matérias, esses oito anos foram marcados por importantes conquistas no campo

do aprimoramento qualitativo e pela severa crise financeira que se abateu sobre toda a imprensa nacional, sobretudo a partir do ano 2000 – fato que vem produzindo impactos consideráveis na qualidade desse setor do noticiário. Os principais erros e acertos de um período indubitavelmente fértil para a discussão das temáticas sociais serão abordados ao longo das próximas páginas.



“Pela linha da arte”, de Jefferson Rudy. Correio Braziliense (DF). Finalista da 3ª edição. 1999/2000

O UNIVERSO PESQUISADO

Este relatório é baseado em dados extraídos do monitoramento diário do comportamento editorial dos principais jornais brasileiros diante da pauta da infância e adolescência.

1 9 9 6

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS 10.700

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 55 JORNAIS

A avaliação da cobertura sobre infância e adolescência entre 1996 e 2002 desvenda um panorama bem mais positivo do que negativo – e isso tanto do ponto de vista quantitativo quanto em relação ao aspecto qualitativo. A abordagem de alguns temas reflete claramente essa realidade. É o caso, por exemplo, das questões relativas à Educação – temática que assumiu, desde 1998, o primeiro lugar no *ranking* dos assuntos mais discutidos pela imprensa quando a criança e o adolescente estão no centro das atenções.

Em contrapartida, o noticiário sobre temas igualmente relevantes para a promoção dos direitos das novas gerações, como o da Violência, carecem de um tratamento mais equilibrado, responsável e plural. Apesar do assunto estar também entre os mais debatidos pela imprensa, a pauta ainda privilegia a discussão sobre os atos infracionais cometidos por ou contra crianças e adolescentes. Não raro, o olhar do jornalista tende a reforçar estereótipos e preconceitos como os que culpam os “menores” pela onda de insegurança que tem afetado o País nos últimos anos (*veja mais sobre Violência e Educação no capítulo que começa na página 24*).

Outro problema verificado na cobertura de modo geral – e até mesmo no debate daqueles temas muito abordados, como o da Educação – é a dependência que a mídia desenvolveu em relação às fontes oficiais. Mesmo que a presença de representantes da sociedade civil venha se fortalecendo ao longo dos últimos anos, a análise acurada da participação das fontes de informação no noticiário sobre infância e adolescência ainda mostra que alguns atores tendem a ser esquecidos pelos jornalistas. Entre essas fontes pouco exploradas estão instituições importantes como os Conselhos Tutelares e de Direitos – canais abertos para que a sociedade possa exigir, no dia-a-dia, o cumprimento dos direitos de crianças e adolescentes do nosso País. Ao contrário do Executivo, os poderes Judiciário e Legislativo praticamente não aparecem nesse noticiário, comprometendo sobremaneira a amplitude da discussão sobre as questões referentes ao universo infanto-juvenil (*veja mais informações sobre fontes na página 19*).

A qualificação do olhar

Diante de constatações como essas, que apontam necessariamente para a continuidade do processo de aprimoramento, a ANDI, o Instituto Ayrton Senna e diversos outros parceiros vêm procurando investir, cada vez mais, em estratégias que apoiem a qualificação da

imprensa. Esse esforço, iniciado no final dos anos 1990, inclui iniciativas como a realização de análises especiais e mais aprofundadas sobre determinados assuntos, a organização de seminários que reúnem repórteres e fontes de informação para debater a qualidade do noticiário e a publicação de relatórios, livros e guias voltados para jornalistas, especialistas, estudantes e professores de comunicação (*veja mais sobre as análises especiais entre as páginas 72 e 75*).

Em outra frente de ação, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna construíram, em 2002, um conjunto de critérios capazes de aferir o grau de qualidade da cobertura. Desse processo, nasceu o *Ranking Qualitativo*, mecanismo que possibilita a combinação de diversos fatores medidos diariamente em todos os textos captados na clipagem (tais como diversidade de fontes, espaço para a voz da criança, do adolescente e da família, quantidade de artigos e de editoriais, textos com ótica de Denúncia e de Busca de Soluções, entre outros) com o objetivo de traçar uma radiografia mais completa sobre o nível de aprimoramento desse noticiário. Trata-se, sobretudo, de um instrumento de orientação e de reflexão para a própria mídia, na medida em que pode ajudar os profissionais da imprensa a buscar eventuais correções de rumo na cobertura. Uma das boas notícias extraídas do *Ranking Qualitativo* é a presença, cada vez mais forte, dos veículos regionais entre os mais atuantes na pauta da infância e da adolescência. Essa constatação evidencia que o debate sobre as questões importantes para as novas gerações vem mobilizando a sociedade e a mídia do País inteiro.

Também em 2002, as duas instituições começaram a amadurecer a idéia de incluir parâmetros de Desenvolvimento Humano na avaliação do noticiário, inaugurando, no ano seguinte, uma nova fase na série das pesquisas **Infância na Mídia**. Desde janeiro de 2003, critérios de Desenvolvimento Humano também são observados em todas as matérias que dizem respeito às crianças e aos adolescentes. A intenção, com essa nova metodologia, é analisar até que ponto a mídia brasileira consegue adotar um olhar mais abrangente e transversal, do ponto de vista social, quando discute as questões importantes para o bem-estar das novas gerações (*veja mais detalhes sobre esse assunto a partir da página 29*).

Os efeitos da crise

É possível afirmar que uma das piores notícias para a pauta social nos últimos anos foi a crise econômica que afetou

1
9
9
7

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 16.740

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 50 JORNAIS
7 REVISTAS

1
9
9
8

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 27.114

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 51 JORNAIS
9 REVISTAS

brutalmente a imprensa brasileira. Embora o problema tenha começado a dar sinais de vida em 2000, o fundo do poço para a mídia aconteceu em 2002, conforme diagnóstico de diversos analistas do setor. Com uma dívida estimada em cerca de R\$ 10 bilhões, as empresas de comunicação, segundo dados do Ministério do Trabalho publicados em reportagem especial da *Folha de S. Paulo* veiculada no dia 15 de fevereiro de 2004, cortaram 17 mil empregos entre os anos de 2000 e 2002.

São vários os fatores que contribuíram para essa espécie de situação-limite que tem impactado de forma negativa o noticiário sobre as questões sociais. Apostando no crescimento da economia e na estabilidade do câmbio, as empresas de comunicação se endividaram em dólar na década de 1990, com o fim de diversificar negócios e ampliar a capacidade de produção. No entanto, passados os anos de euforia do Plano Real e diante de um cenário de reduzido crescimento econômico, o resultado foi desastroso até para gigantes da área, que passaram a operar no vermelho.

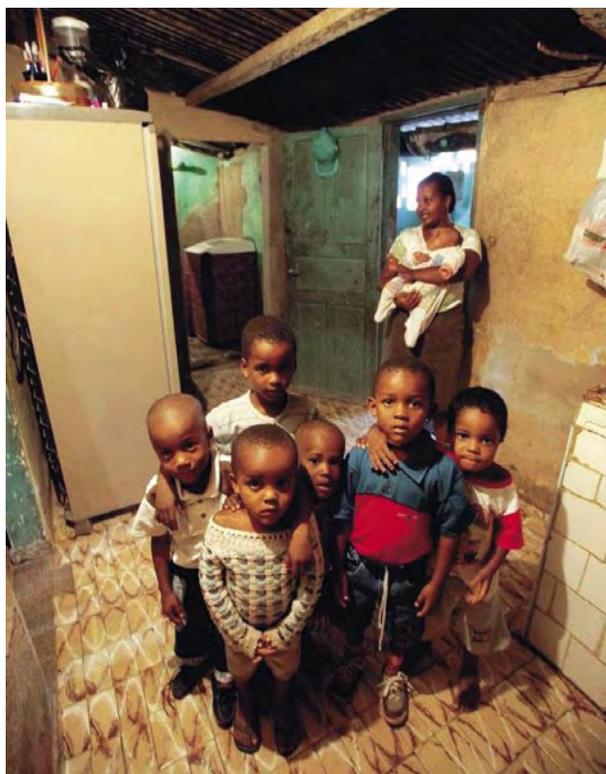
Influências na pauta social

As conseqüências dessa crise têm sido nefastas para a atividade jornalística. Enxugamento de postos de trabalho, redução de despesas com viagens, fechamento de cadernos especiais e até de veículos importantes são a tônica da imprensa brasileira nos últimos tempos. Nesse cenário, a cobertura de temáticas ligadas à área social, na qual se insere o noticiário sobre crianças e adolescentes, é sempre a mais prejudicada. Isso porque, embora essa pauta venha crescendo

substancialmente, ela ainda não está no topo das prioridades da imprensa – preenchido, em geral, pelos assuntos factuais das áreas de política e economia. Constata-se ainda que o espaço para reportagens de cunho investigativo, capazes de apresentar denúncias consistentes e de discutir soluções para os principais problemas brasileiros, fica cada vez mais reduzido.

Uma das soluções discutidas para aliviar a crise financeira da mídia é a concessão de empréstimo do BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) para financiamento da compra de papel de imprensa. Trata-se, porém, de uma saída polêmica, encarada com reserva por muitos especialistas e até mesmo por algumas empresas do setor. Há o receio de que essa espécie de Proer da mídia venha comprometer a liberdade de imprensa no País.

Outra alternativa em debate é a abertura das empresas de comunicação para os investimentos do capital estrangeiro, lei que já foi aprovada pelo Congresso Nacional. Também nesse caso há resistências. Existe o temor de que grupos estrangeiros acabem tendo grande influência nos rumos da imprensa do País, afetando ainda mais a independência da mídia nacional. É importante ressaltar que no mundo inteiro ganha fôlego o debate sobre os riscos da concentração das atividades do setor de comunicação nas



"Retratos do Rio", de Custódio Coimbra. *O Globo* (RJ). Finalista da 5ª edição. 2001/2002

1 9 9

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 48.639

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 48 JORNAIS
8 REVISTAS

2 0 0

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 64.396

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 50 JORNAIS
8 REVISTAS

mãos de alguns poucos grupos internacionais – fenômeno que acontece até mesmo em países desenvolvidos, como é o caso dos Estados Unidos, onde meia dúzia de empresas domina essa área.

Liberdade ameaçada

No que diz respeito ao Brasil, tais ponderações são procedentes. Não é demais lembrar que a normalidade democrática é uma realidade relativamente recente no País – e as instituições, entre elas a própria mídia, ainda vivenciam um processo de amadurecimento político, social e econômico. Essa situação fica evidente em relatórios como os divulgados em 2002 e em 2003 pela ONG internacional *Repórteres Sem Fronteiras*, que medem o grau de liberdade de imprensa no mundo. Num *ranking* de 166 nações, o Brasil ocupou, em 2003, a 71ª posição, ficando atrás de países como Nigéria, Croácia, Argentina, Honduras, El Salvador, Paraguai, Equador, Moçambique e Bolívia. Em 2002, o Brasil ficou no 54º lugar. Isso não significa, porém, que de um ano para outro o País tenha piorado sua performance. É que em 2002, o *ranking* contava com apenas 139 nações. De qualquer forma, o Brasil manteve nos dois anos um desempenho apenas mediano, fato que deve disparar um sinal de alerta para a mídia, de modo geral, e para os jornalistas, em particular.

Alguns fatores podem estar por trás da performance pífia do Brasil no levantamento. Ainda é traço marcante da nossa imprensa a presença de grupos políticos no comando dos meios de comunicação de massa, sobretudo no que diz respeito à imprensa regional, o que, naturalmente, compromete a liberdade da mídia. Outro dado que merece ser lembrado é a violência sofrida por jornalistas no interior do País – fruto, muitas vezes, de perseguições políticas. Mas cabe destacar que essa insegurança não é uma realidade apenas nos rincões brasileiros. O caso do repórter da Rede Globo, Tim Lopes, morto por traficantes no Rio de Janeiro, mostra que as ameaças à atividade investigativa dos jornalistas fazem parte também do cotidiano dos grandes centros urbanos.

Sabe-se que a liberdade de imprensa é um dos principais fatores para o fortalecimento das instituições democráticas. Mas, recentemente, um estudo do Banco Mundial aprofundou essa discussão, mostrando que existe uma clara ligação entre mídia livre e redução da pobreza e das desigualdades sociais. De acordo com a análise, a imprensa desempenha um papel fundamental no desenvolvimento econômico e social de um País quando consegue exercer sua missão de controlar e fiscalizar cotidianamente as ações do governo e da sociedade, de promover debates qualificados sobre as políticas públicas adotadas apontando erros e acertos dessas iniciativas e de dar voz aos mais diversos atores sociais, entre os quais, a população excluída.

Esse não é, de modo algum, um cenário utópico. As pesquisas **Infância na Mídia**, realizadas pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna desde 1996, mostram que quando há vontade política e investimento por parte da empresa, além de disposição investigativa e talento jornalístico, a imprensa brasileira consegue cumprir sua mais nobre tarefa: a de transformar a realidade. *



"104 anos nas ruas", de Carlos Vieira. *Correio Braziliense* (DF). Finalista da 2ª Edição. 1998/1999

2 0 1

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 75.797

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 49 JORNAIS
10 REVISTAS

2 0 2

TOTAL DE
REPORTAGENS ANALISADAS: 93.581

NÚMERO DE
VEÍCULOS MONITORADOS: 50 JORNAIS
10 REVISTAS

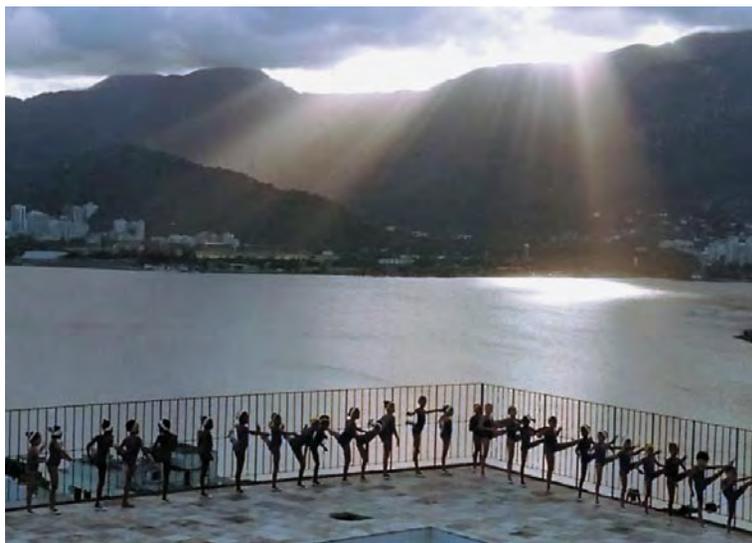
A IMPRENSA SOB A ÓTICA DOS DIREITOS

Metodologia pioneira desenvolvida pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna viabiliza o monitoramento diário do tratamento dado pela mídia brasileira aos direitos das novas gerações

O Brasil vivenciou, ao longo da década de 1990, significativos avanços na área da defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Tais mudanças, impulsionadas pela mobilização social em torno dessa questão e iniciadas com a discussão e a aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), se intensificaram entre 1995 e 1996 – período marcado por conquistas como a implementação do Programa Bolsa Escola, em Brasília, e a criação do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil em âmbito nacional. Além disso, o processo de consolidação da democracia brasileira abria caminho para a construção de um diálogo de maior qualidade entre os poderes públicos, as organizações da sociedade civil e a mídia. Especialistas em diferentes campos do universo infanto-juvenil propunham uma reflexão e uma análise cada vez mais consistentes dos problemas enfrentados por esse segmento populacional.

Foi nesse cenário de profundas transformações que a ANDI decidiu ampliar seu foco de ação e passou a quantificar a produção editorial sobre os temas relativos à infância e à adolescência nos jornais das diferentes regiões do País – uma consequência natural do trabalho que vinha sendo desenvol-

vido pela Agência desde a sua criação, em 1992. Após quatro anos de atividade, ampliara-se a percepção de que era preciso oferecer à sociedade bem mais do que a síntese semanal dos destaques do noticiário nacional (realizada por meio do boletim *Análise do Clipping*) e as sugestões de pauta, focalizadas tanto em denúncias de impacto quanto em indicações sobre os então pouco conhecidos projetos que buscavam viabilizar o resgate da cidadania das crianças e dos adolescentes.



*"Balé muda rotina em favelas", de Evandro Teixeira. Jornal do Brasil (RJ).
Finalista da 1ª Edição. 1997/1998*

A CRIANÇA E O JOVEM NA MÍDIA BRASILEIRA

O período entre os anos de 1996 e 2002 foi marcado por inúmeras transformações sociais, que afetaram diretamente a qualidade de vida das crianças e adolescentes. Houve conquistas inequívocas em áreas como a da educação e a da saúde. No entanto, ainda é longo o caminho rumo à diminuição das desigualdades sociais e da pobreza – problemas que atingem de maneira muito mais contundente as novas gerações.

Nessa seção que se estende ao longo de toda a publicação, mostramos alguns dos principais fatos relacionados ao universo infanto-juvenil que mereceram o destaque da imprensa brasileira.

1 9 6

Janeiro

Dados do Unicef apontam que a média de mortalidade infantil no Brasil é de 64 óbitos para cada mil nascidos vivos. A Organização Mundial da Saúde (OMS) considera aceitável para países em desenvolvimento o índice de 20 mortes por mil nascimentos.

Essa iniciativa vinha ao encontro das necessidades dos jornalistas, para quem era importante contar com elementos que permitissem uma avaliação crítica de sua produção cotidiana. E isso não poderia ser feito sem que ao menos se conhecesse o volume exato de informações veiculadas na mídia sobre as temáticas referentes à infância e à juventude. A ANDI, portanto, se colocava, naquele momento, diante de um desafio: conceber uma estratégia capaz de detectar toda e qualquer notícia publicada sobre meninos e meninas nas páginas da mídia impressa brasileira.

Esse era um objetivo aparentemente simples, mas que impunha sérios problemas, referentes, sobretudo, a limitações no processo de distribuição de alguns periódicos de interesse da ANDI. Só era possível trabalhar com as publicações diárias que chegavam a Brasília – naquela época, a edição do conteúdo dos jornais na internet era improvável mesmo para os veículos de influência nacional –, a maior parte delas produzida em capitais de estados, além de uns poucos jornais de cidades do interior brasileiro.

Os obstáculos impostos pela coleta dos textos não eram os únicos. Apesar da existência, desde a década de 1960, de referenciais teóricos para a pesquisa de mídia, eles tinham sido, em sua maioria, produzidos por institutos e universidades norte-americanas. No início dos anos 1990, esses princípios já eram utilizados no Brasil, principalmente para prospecção de mídia com fins de *marketing* político. Mas não havia experiências conhecidas de aplicação desses mecanismos a trabalhos como os desenvolvidos pela ANDI e seus parceiros, pioneiros na adaptação e na aplicação dessas metodologias ao que era publicado sobre a infância pelos meios de comunicação brasileiros.

O COMEÇO

Nesse cenário, foi lançada, em julho de 1996, a primeira edição da pesquisa **Infância na Mídia**. Realizada já com apoio do Instituto Ayrton Senna e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef), a publicação examinava os exemplares diários veiculados entre abril e junho por 55 jornais brasileiros. As duas versões seguintes foram baseadas no monitoramento de 56 jornais, nos dois últimos trimestres do mesmo ano.

Essas edições eram produções artesanais, reproduzidas em xerox, com acabamento simples. Continham, porém, os elementos essenciais de uma acurada prospecção da mídia, com gráficos construídos a partir da

observação de três pontos-chave: o número total de matérias publicadas em cada jornal, a quantidade de textos referentes a 21 diferentes assuntos relativos aos direitos da infância e da adolescência e o destaque dado a artigos e editoriais.

O processo de avaliação de dezenas de jornais, embora amparado principalmente na contagem de matérias, acabou mostrando-se bastante trabalhoso, pois significava radiografar o conteúdo editorial de cerca de 1,6 mil exemplares a cada mês. A clipagem identificava todas as notícias que citassem crianças e adolescentes, destacando as que enfocassem os aspectos sociais da questão.

EM BUSCA DE SOLUÇÕES

Em 1997, a receptividade das redações às primeiras edições da pesquisa **Infância na Mídia** confirmava amplamente a relevância da iniciativa. Para repórteres e editores, a publicação oferecia a rara oportunidade de avaliar o impacto de sua produção diária na construção de um debate público responsável em torno da promoção e defesa dos direitos de crianças e adolescentes. Na época, era comum que reportagens de cunho social, caso não focalizassem as expressões mais cruéis da pobreza e da exclusão, acabassem passando despercebidas. Portanto, o que a ANDI e o Instituto Ayrton Senna propunham tinha um caráter inovador: a observação atenta dos textos e a indicação, ainda que naquele momento apenas quantitativa, dos principais caminhos que a imprensa utilizava para cobrir a agenda social.

O passo seguinte deveria, necessariamente, avançar em direção a uma maior pró-atividade da mídia na discussão de alternativas viáveis para os graves desafios colocados pela situação da infância e da adolescência no País. A repórteres e editores caberia, portanto, a tarefa de capacitar-se para lidar com a multiplicidade de fontes envolvidas na operacionalização dessas saídas. Nesse contexto, percebeu a ANDI, se fazia fundamental aprofundar a avaliação do material publicado. O conceito de Busca de Soluções, incorporado à quarta edição da pesquisa, nasceu a partir dessa constatação.

O novo paradigma adicionava ao monitoramento de mídia sua primeira característica qualitativa, com a indicação, em gráficos específicos, das matérias que focalizavam projetos sociais bem-sucedidos, políticas públicas exitosas ou a investigação de soluções para as questões que afetam a qualidade de vida de crianças e adolescentes.

Fevereiro

Mais de 2,3 milhões de crianças de 7 a 14 anos estão fora da escola, segundo estimativas do Ministério da Educação.

Fevereiro

Pesquisa revela que o governo de Fernando Henrique Cardoso, em 1995, não investiu nem a metade do orçamento previsto para atender a criança e o adolescente.

Março

Um total de 3,5 milhões de crianças e adolescentes trabalham no Brasil em jornadas superiores a oito horas diárias, de acordo com o IBGE.

EVOLUÇÃO DOS ÍNDICES DE BUSCA DE SOLUÇÕES E DE DENÚNCIAS — 1996 A 2002

ANO	BUSCA DE SOLUÇÕES	DENÚNCIAS
1997	26,24%	—
1998	25,00%	—
1999	30,83%	11,27%
2000	31,01%	6,96%
2001	35,60%	8,80%
2002	26,60%	12,50%

O índice de Busca de Soluções passou a ser aferido a partir de 1997. O de Denúncias em 1999.

Essa perspectiva de incentivo a um jornalismo comprometido com a visibilidade das estratégias de enfrentamento dos problemas, que vinham sendo implementadas em todo o País, também atendia às demandas dos movimentos sociais por uma imprensa menos ávida de “notícias ruins”. Segundo Geraldinho Vieira, diretor-executivo da ANDI de 1995 a 2002 e responsável pela introdução do conceito, o importante naquele momento era sensibilizar a mídia, mostrando que a humanização do processo de investigação não significava o exercício de um ‘jornalismo otimista’, eufemismo que denotava o desprezo de muitos profissionais das redações por uma prática que não se pautasse exclusivamente no aspecto negativo da realidade.

Experiências de sucesso

A estratégia da ANDI e seus parceiros de investir no conceito de Busca de Soluções veio se juntar a outras ações, desenvolvidas desde o início dos anos 1990 pela Agência, como o *Banco de Fontes* — uma das primeiras iniciativas voltadas para aproximar os jornalistas tanto dos atores sociais responsáveis por projetos ou programas quanto dos especialistas em questões relacionadas à infância e à adolescência. O então chamado “Banco de Projetos Sociais” potencializou sua abrangência e atualmente é disponibilizado para livre acesso no site da ANDI (www.andi.org.br), agregando dados de mais de duas mil entidades e técnicos atuantes em todas as regiões do País.

Vale destacar, também, que o conceito de Busca de Soluções evoluiu rapidamente, em decorrência da riqueza e da diversidade de projetos e programas sociais que inspiravam matérias. Já na segunda edição de 1997, que analisou a cobertura de abril, maio e junho daquele ano, a pesquisa *Infância na Mídia* passou a contabilizar como item qualitativo não só os textos que enfocassem diretamente iniciativas sociais bem-sucedidas, mas toda notícia que, abordando os problemas da infância e adolescência, remetesse o leitor à reflexão, indicasse a existência de debates na sociedade sobre tais temas ou esclarecesse as dimensões legais e éticas a eles relativos.

Esse nível de detalhamento permitiu, de um lado, a revelação de uma imagem mais nítida das características das questões abordadas. De outro, reforçou a percepção de que as iniciativas do movimento pelos direitos da infância exigiam um tratamento bem mais propositivo por parte dos meios de comunicação.



“Empresas reduzem verba para obra social”, de Antônio Gaudério. Folha de S. Paulo (SP). Vencedora da 3ª edição. 1999/2000

1996

Março

Parlamentares e ONGs pressionam o governo e o Congresso para ratificar a Convenção 138 da OIT, que estabelece uma idade mínima para o trabalho.

Abril

Novela *Explode Coração*, da Rede Globo, focaliza o tema crianças desaparecidas e inspira a criação do grupo “Mães da Sé”, em São Paulo.

Maio

O PM Marcus Vinícius Borges Emmanuel é condenado a prisão por ter participado da chacina da Candelária.

NO CORAÇÃO DO BRASIL

Por Âmbar de Barros*

Devo a ANDI a meus filhos, Marcos e Gabriel, e à convicção de que toda vida humana é preciosa, de que cada criatura traz em si um universo de riquezas e possibilidades quando chega ao mundo. A tremenda responsabilidade que é educar seres humanos me fez pensar que não podíamos mais adiar, no Brasil, o dever de dar às nossas crianças e jovens a oportunidade de viver com dignidade.

Resolvi então dar minha colaboração como jornalista ao movimento pelos direitos de crianças e adolescentes, que então ganhava força com a luta pela aprovação do Estatuto da Criança e do Adolescente, articulado pelo Unicef. Na época, crianças e adolescentes só apareciam na imprensa estampados nas páginas das editoriais de Polícia, autores ou vítimas de violência. Se falava muito da escola privada e do aumento das mensalidades. O País permanecia mergulhado em sucessivas crises econômicas e políticas. A mídia não tinha olhos para a realidade em que vivia grande parte de nossos meninos e meninas.

Do momento em que surgiu a idéia até hoje contabilizo 14 anos de estrada. Neste período a ANDI foi indicada finalista ou ganhadora dos prêmios mais importantes da

área de direitos humanos, do terceiro setor e da imprensa do País. Tenho orgulho desta entidade que traz, em seu DNA, a visão crítica e independente do jornalismo e a solidariedade com a militância das organizações não governamentais que lutam pela transformação da injusta realidade brasileira.

Os avanços na cobertura jornalística neste período são mensuráveis; acontecem em escala exponencial. Mas me entristece saber que mesmo depois de tudo que temos realizado, mesmo com a mídia mais qualificada, mais atenta à pauta da criança e do adolescente, a realidade ainda não se alterou significativamente para melhor. Continuamos tendo milhões e milhões de excluídos, concentrados na faixa de zero aos 18 anos.

A maior riqueza de um país são suas crianças e jovens. O Brasil desperdiça ouro puro, diamantes por lapidar: cientistas, escritores, atrizes, cantores, médicos, engenheiros, inventores, operários – promessas de futuro não realizadas. Nossa ambição é não descansar até que todos se dêem conta disso e façam algo a respeito.

*jornalista e fundadora da ANDI, atualmente coordena o escritório da Unesco em São Paulo

Mais pautas para a infância

Este processo de qualificação da cobertura jornalística dos assuntos relativos à infância e à adolescência não seria bem-sucedido, contudo, sem a contribuição das diversas estratégias desenvolvidas pela Coordenação de Pautas da ANDI, uma das mais importantes vertentes do trabalho desenvolvido pela Agência e seus parceiros. Esse setor atua em duas linhas principais. A primeira orienta jornalistas na produção de reportagens – auxiliando-os tanto na busca por um enfoque adequado quanto no acesso a dados e no contato com fontes qualificadas. Uma segunda ação é realizada no sentido de mobilizar o maior número possível de atores sociais para que reconheçam e contribuam para o sucesso das iniciativas da imprensa.

Trabalhando segundo a ótica da Busca de Soluções, o setor disponibiliza aos jornalistas informações sobre projetos e discussões que envolvem os direitos de meninos e meninas brasileiros. Para isso, além de sugerir pautas e de atender as demandas dos profissionais de imprensa, mantém uma agenda de eventos no *site* da ANDI.

Maio

STF concede *habeas corpus* a condenado por manter relações sexuais com uma menina de 12 anos. O ministro Marco Aurélio Mello, relator do processo, argumenta que a garota concordara em fazer sexo e que levava uma vida promíscua.

Junho

No Brasil, 30 mil crianças de 5 a 10 anos já fumam, a maior parte na zona rural.

Junho

Sessão especial na ONU marca as comemorações dos 50 anos do Unicef. Em homenagem à instituição, no Brasil é instituída a categoria especial "Infância e Adolescência" no Prêmio Esso de Jornalismo.

Já as fontes podem contar com orientações sobre a forma mais adequada de manter contato com os jornalistas – nem sempre quem tem informações conhece as particularidades do cotidiano das redações. Além disso, estimula-se a divulgação de atividades ou projetos e a criação de assessorias de comunicação, vistas como elementos importantes no contexto da profissionalização das entidades ligadas ao universo da infância e da adolescência.

UMA ALIANÇA ESTRATÉGICA

No início de 1997, o apoio do Instituto Ayrton Senna às ações da ANDI foi ampliado, formalizando-se numa parceria com o objetivo de estimular mais fortemente o desenvolvimento de uma cultura de informação voltada para a transformação da realidade das novas

A VOZ DA REDAÇÃO

Sérgio Gabriel Lopes é repórter da Band há 12 anos. Em 2001, ele recebeu o diploma de Jornalista Amigo da Criança.

É difícil fazer matérias enfocando tanto a ótica de Busca de Soluções quanto a de Denúncia?

Acho que não é possível dissociar uma coisa da outra. O problema é que antigamente os jornalistas só abordavam a denúncia. Agora, é comum acontecer o oposto. Muitos repórteres falam somente sobre as soluções, porque é mais fácil. Ele escolhe um projeto específico ou de um grupo de pessoas que está lidando com uma questão e mostram o que está sendo feito para resolver aquela realidade. Acredito que o ideal é explicitarmos o problema mostrando o prejuízo que aquilo causa às pessoas. Então, depois de apresentarmos esse cenário, mostramos as soluções. Mas só há um jeito de fazer isso: é fundamental haver todo um trabalho de investigação, de pesquisa, de conversas com diversas pessoas.

É mais complicado abordar a ótica da Busca de Soluções em matérias que tratem de temas considerados “pesados”, como violência e redução da maioridade penal?

Deve-se levar em conta que no caso de problemas complexos, em que o Estado desempenha um papel central, os jornalistas ficam com receio de dar visibilidade a algumas soluções, pois isto poderia parecer propaganda oficial. Também acredito que a falta de dinheiro, hoje uma realidade no jornalismo, tenha influência nesse quadro. Além disso, alguns temas exigem mais recursos, como maior disponibilidade de tempo do re-

pórter e a realização de viagens. Outro fator importante é que as pautas sociais, em geral, não estão entre as prioridades das redações. É claro que quando o repórter tem uma boa idéia e se organiza para executá-la, pode conseguir emplacar sua pauta. Mas é fato que vender uma pauta sobre um assunto que não é factual, como o trabalho escravo, é mais difícil porque exige um esforço prévio de pesquisa e levantamentos de argumentos para que a chefia se convença de que aquilo merece destaque. Na lógica das redações, se uma matéria como essa não for feita, o mundo não vai cair. Mas perder uma entrevista do ministro da Fazenda ou uma viagem do presidente, isso sim, é visto como algo grave.

De modo geral, tem-se uma visão ou preconceituosa ou romântica das ações do Terceiro Setor. É possível escapar disso?

A regra é desconfiar sempre, agir com espírito crítico. Temos de separar até que ponto aquilo é propaganda da empresa e até que ponto tem importância para o social. O jornalista deve olhar para o projeto e questionar: vai atender quantas pessoas, em quanto tempo, quanto de verba está destinando? Às vezes, porém, acontece que a causa defendida pela ONG ou pelo instituto é tão importante que o jornalista deixa de questionar os méritos e a forma como é feito. E acaba admitindo que é melhor fazer assim do que não fazer nada. Há outro ponto: o Terceiro Setor é uma realidade nova, e talvez as pessoas ainda não tenham aprendido a tratá-lo como uma área que deve ser questionada da mesma forma que o Poder Público.

1996

Julho

Cai o índice de mortalidade infantil nos 217 municípios mais pobres do Brasil. Em dois anos, ele passou de 100,5 mortes para cada mil crianças nascidas a 35 óbitos por mil.

Julho

Brasil vai utilizar terapia em mulheres grávidas infectadas com o HIV que promete reduzir a praticamente zero o risco de transmissão da Aids para o feto.

Agosto

Governo e organizações não-governamentais lançam o Pacto Nacional Contra o Trabalho Infantil, composto por três documentos com o mesmo objetivo: eliminar essa forma de exploração em todas as etapas da cadeia de produção.

gerações. Juntas, as duas instituições multiplicariam as possibilidades de sensibilização de outros atores sociais para o debate público sobre o universo infanto-juvenil.

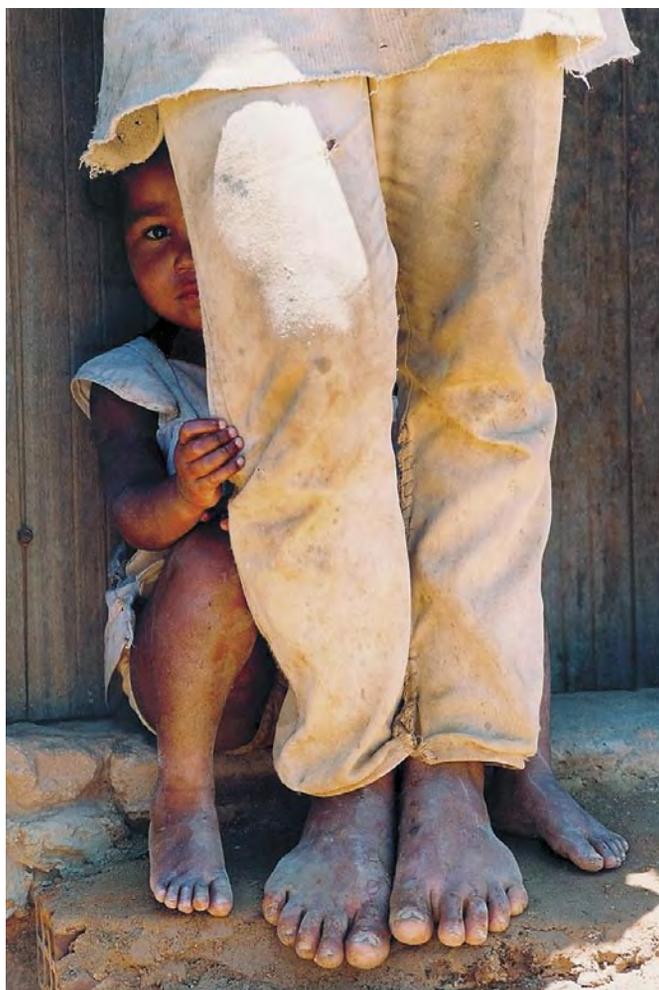
Essa nova etapa teve início em março daquele ano, com o lançamento, pelo Instituto, do *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*, estruturado também a partir de estreito diálogo com o então diretor-executivo da ANDI, Geraldinho Vieira. Ainda hoje o único no País exclusivamente voltado para a área da infância e da adolescência, o prêmio deu nova dimensão ao processo de motivação das redações, condição essencial para a qualificação da cobertura (*veja mais sobre o Prêmio a partir da página 64*).

Valorizando os profissionais

Outra ação importante adotada pela ANDI a partir do ano de 1997 foi a criação do projeto **Jornalista Amigo da Criança**. Com essa iniciativa, foi aberto mais um canal de sensibilização da mídia, por meio do reconhecimento de profissionais de comunicação que, em seu trabalho, priorizam os temas referentes à infância e à adolescência. Realizado com o patrocínio da Petrobras e apoio do Unicef, Fundação Abrinq e McCann-Erickson, o projeto contribui para que os comunicadores diplomados aprimorem seus conhecimentos relativos a temas de relevância social, a partir da interlocução permanente com a ANDI e diversos outros atores que atuam na defesa dos direitos de crianças e adolescentes.

A cada ano um novo grupo de repórteres, editores, fotógrafos e produtores recebe o título de **Jornalista Amigo da Criança**. Esse time é formado atualmente por 285 profissionais – ligados a diversos jornais, revistas, emissoras de rádio e TV do País – que se tornaram referências, dentro e fora de suas redações, na discussão pública sobre os temas relativos aos problemas vivenciados pela infância e pela juventude do Brasil.

O projeto contempla ainda profissionais que não estão diretamente envolvidos com o cotidiano de uma redação, mas que se destacam por sua atuação na área. Além disso, quatro profissionais mereceram, nos últimos anos, uma homenagem especial por sua contribuição para as causas ligadas aos direitos da criança e do adolescente: Ziraldo (autor da logomarca do projeto), Sebastião Salgado, Ana Maria Machado e Zuenir Ventura.



“A fé que move o sertão”, de Marcus Antonius Oliveira. O Norte (PB). Vencedora da 5ª edição. 2001/2002

Agosto

Mais de 150 governos e centenas de ONGs reúnem-se em Estocolmo (Suécia) no Congresso Mundial Contra a Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes.

Setembro

Denúncias de violência sexual contra crianças, feitas à Associação Multiprofissional de Proteção à Infância do Rio de Janeiro aumentaram 200%. As vítimas pertencem a todas as classes sociais.

Setembro

O governo federal decide trabalhar contra qualquer proposta que pretenda reduzir a idade mínima para a responsabilidade penal.

TEMAS MAIS ABORDADOS – JORNAIS E REVISTAS – 1996 A 2002 (CONSOLIDADO)

TEMA	POSIÇÃO	TEMA	POSIÇÃO
Educação	1º	Exploração do Trabalho	10º
Violência	2º	Pessoas com Deficiência	11º
Saúde	3º	Situação de Rua	12º
Direitos & Justiça	4º	Meio Ambiente	13º
Terceiro Setor	5º	Mortalidade Infantil	14º
Abuso & Exploração Sexual	6º	Crianças Desaparecidas	15º
Comportamento	7º	Mídia	16º
Cultura & Esportes	8º	Internacionais	17º
Drogas	9º	Acesso ao Trabalho	18º

Esta tabela inclui apenas os temas que permitiam consolidação quantitativa ao longo dos sete anos.

INTERAGINDO COM OS JORNALISTAS

No segundo trimestre de 1997, outro elemento foi incorporado ao processo de elaboração da pesquisa **Infância na Mídia**. A ANDI e o Instituto Ayrton Senna decidiram contemplar na publicação as opiniões dos jornalistas sobre a introdução do conceito Busca de Soluções. As reflexões desses personagens fundamentais ajudariam não só a aferir a efetividade do novo paradigma, mas também a estabelecer mais canais estratégicos de diálogo com as redações. Na edição que cobriu o período, cinco profissionais avaliaram e manifestaram seu apoio ao novo instrumento de análise da cobertura.

Ao longo do tempo, essa opção de ouvir repórteres e editores se consolidou como um dos pontos centrais da publicação – que seria estendido a outros produtos, como as análises temáticas especiais que a ANDI, o Instituto Ayrton Senna, o Unicef e uma série de outros parceiros passaram a desenvolver a partir de 1999 (veja mais sobre essas análises entre as páginas 72 e 75).

Periodicidade ampliada

Antes trimestral, a avaliação do trabalho de imprensa passou, em dezembro de 1997, a ser editada semestralmente. Estender o intervalo entre uma edição e outra se revelou uma decisão acertada, já que permitiu realizar, entre outros detalhamentos, uma reflexão mais aprofundada sobre o material acompanhado diariamente.

Naquele semestre as matérias que tinham Educação como foco chegaram à terceira colocação no *ranking* quantitativo de temas. Já na edição seguinte da pesquisa,

1996

Outubro

IBGE estima que, no Brasil, 3,3 milhões de crianças de 10 a 14 anos abandonaram (total ou parcialmente) a “vida de criança” para trabalhar.

Novembro

Ordem dos Advogados do Brasil se posiciona contra a proposta de redução da idade da responsabilidade penal para 16 anos.

Dezembro

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação é sancionada sem vetos, permitindo a introdução de uma série de inovações em relação à legislação até então em vigor.

TEMAS MAIS ABORDADOS — JORNAIS E REVISTAS — 1996 A 2002 (ANUAL)

Posição	1996	1997	1998	1999	2000	2001	2002
1 ^o	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Educação	Educação	Educação	Educação	Educação
2 ^o	Saúde	Violência	Direitos & Justiça	Saúde	Violência	Violência	Violência
3 ^o	Violência	Saúde	Violência	Violência	Saúde	Saúde	Direitos & Justiça
4 ^o	Abuso & Exploração Sexual	Educação	Saúde	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Direitos & Justiça	Saúde
5 ^o	Educação	Abuso & Exploração Sexual	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Terceiro Setor	Internacionais
6 ^o	Exploração do Trabalho	Exploração do Trabalho	Comportamento	Comportamento	Abuso & Exploração Sexual	Cultura & Esportes	Cultura
7 ^o	Terceiro Setor	Crianças em Situação de Rua	Drogas	Cultura & Esportes	Comportamento	Exploração do Trabalho	Abuso & Exploração Sexual
8 ^o	Crianças Desaparecidas	Drogas	Cultura & Esportes	Abuso & Exploração Sexual	Drogas	Comportamento	Terceiro Setor
9 ^o	Drogas	Internacionais	Abuso & Exploração Sexual	Drogas	Exploração do Trabalho	Abuso & Exploração Sexual	Comportamento
10 ^o	Crianças em Situação de Rua	Comportamento	Exploração do Trabalho	Exploração do Trabalho	Cultura & Esportes	Drogas	Drogas
11 ^o	Internacionais	Terceiro Setor	Crianças em Situação de Rua	Pessoas com Deficiência	Pessoas com Deficiência	Pessoas com Deficiência	Esportes
12 ^o	Mortalidade Infantil		Mortalidade Infantil	Crianças em Situação de Rua	Meio Ambiente	Meio Ambiente	Exploração do Trabalho
13 ^o	Cultura		Crianças Desaparecidas	Crianças Desaparecidas	Crianças em Situação de Rua	Mídia	Pessoas com Deficiência
14 ^o	Comportamento		Pessoas com Deficiência	Mortalidade Infantil	Mortalidade Infantil	Crianças em Situação de Rua	Consumo
15 ^o	Esportes		Meio Ambiente	Meio Ambiente	Crianças Desaparecidas	Acesso ao Trabalho	Acidentes
16 ^o	Meio Ambiente					Mortalidade Infantil	Acesso ao Trabalho
17 ^o						Crianças Desaparecidas	Mídia
18 ^o							Meio Ambiente
19 ^o							Crianças em Situação de Rua
20 ^o							Mortalidade Infantil
21 ^o							Crianças Desaparecidas

Ao longo das edições da pesquisa **Infância na Mídia** foram monitorados diversos temas. A evolução da metodologia levou a que alguns fossem desmembrados ou fundidos e também que novos recortes fossem acrescentados.

Cultura e Esportes, áreas cujo monitoramento de início ocorreu de modo conjunto, passando, posteriormente, a contar com classificação individual.

1 9 9 7

Janeiro

Brasil é o segundo país mais atrasado da América do Sul nos indicadores infantis, só superado pela Bolívia, conclui o *Relatório Situação Mundial da Infância*, produzido pelo Unicef.

Janeiro

Pesquisa do IBGE constata que 3 milhões de crianças brasileiras até 5 anos moram em casas sem saneamento básico, consideradas insalubres.

que contabilizou os textos publicados entre janeiro e julho de 1998, o tema chegou ao topo da lista, de onde não mais saiu (*outros aspectos da evolução da cobertura de Educação estão nas páginas 25 e 43*).

APONTANDO OMISSÕES

Naquela altura, a metodologia da pesquisa **Infância na Mídia** propiciava uma idéia precisa das características gerais do que a imprensa brasileira produzia e de quanto publicava sobre os direitos de crianças e adolescentes. Ao mesmo tempo, o material que a ANDI e o Instituto Ayrton Senna distribuíram aos jornalistas procurava chamar a atenção da

A VOZ DA REDAÇÃO

Jornalista Amigo da Criança, Gilberto Nascimento é atualmente presidente da ONG Estação da Arte. Já trabalhou como repórter na Folha de S. Paulo, O Estado de S. Paulo, O Globo e Jornal do Brasil. Foi também editor de Educação e Cidadania da revista IstoÉ e colunista do Diário de S. Paulo.

Foi difícil encontrar espaço para atuar na cobertura de assuntos sociais?
Sempre foi complicado emplacar uma matéria de cunho social. Em meados de 1990, fiz uma reportagem sobre um menino que teve o rosto queimado por ácido jogado por um policial. Daquela cobertura factual fiz uma matéria de uma página inteira sobre meninos em situação de rua. Mas eu lembro que a dificuldade era imensa para produzir uma reportagem como aquela. Os editores tinham preconceito de falar desses temas e também não davam espaço para assuntos da periferia, porque lá ninguém lê jornal.

Quando houve maior aceitação da área social no jornalismo?

Foi gradual – e aí o trabalho da ANDI, do Instituto Ayrton Senna e da Fundação Abrinq, por exemplo, foi fundamental. Houve uma conscientização dos editores, dos donos dos veículos e principalmente dos repórteres, que passaram a ser abastecidos com informações e a participar de eventos sobre o tema da infância. Com isso, a cobertura melhorou. Hoje existe consenso de que essas matérias são importantes, embora ainda não sejam prioritárias. E já é grande o número de profissionais que quer fazer esse tipo de matéria. No entanto, vejo colegas que estão frustrados porque se engajaram de uma tal forma nesse tema e querem ir além, mas não encontram

espaço. Então, os mais veteranos acabam saindo das redações por conta dessa frustração.

Não se formou uma nova geração de profissionais qualificados e preocupados com a temática?

Acho que se formou, sim. O problema é que ela não se mantém. Nos grandes veículos não há continuidade dos trabalhos desenvolvidos na área social. Se olharmos para as editorias de política e economia, veremos que quase não houve rotatividade entre os profissionais de dez anos para cá. Mas o repórter que cobre área social na *Folha*, por exemplo, cobre também o buraco na rua, a enchente ou o trabalho infantil nos semáforos. As editorias de Cidades – onde a questão social acaba sendo incluída – é para onde vão os focas (*jornalistas em início de carreira*). Concordo que a melhor escola para o jornalismo é fazer Cidades. A questão é que quando a pessoa se qualifica, é transferida para outra editoria onde fica mais tempo.

É possível encontrar modelos bem sucedidos de veículos que investem na pauta social?

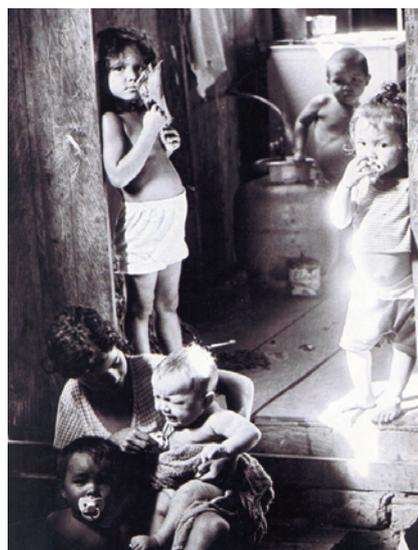
A cobertura foi muito prejudicada pelo enxugamento de pessoal que houve nas redações. A gente sabe que nunca se trabalhou com o número ideal de profissionais. Mas hoje a mídia se limitou ainda mais, por conta da crise. E a cobertura da área da infância perdeu espaço. Se formos analisar, ninguém está fazendo reportagem. O que se está fazendo é o obrigatório: a cobertura de política, economia, os problemas que aconteceram na cidade e ponto.

mídia para os temas que, embora ainda não tivessem posição consolidada nos veículos, deveriam estar sendo objeto de atenção prioritária.

Na sétima edição da pesquisa, realizada sobre os textos publicados no segundo semestre de 1998, a evolução natural das análises orientadas pelo paradigma de Busca de Soluções permitiu que se avançasse para a identificação das áreas em que a negligência, o imobilismo ou mesmo o desinteresse de organizações da sociedade ou dos poderes públicos impediam o efetivo enfrentamento ou adiavam a procura por alternativas para os graves problemas que afetavam a infância e a adolescência no Brasil.

Esse tipo de observação, pautado pela lógica de que investigar soluções é, com frequência, denunciar omissões, revelou alguns problemas referentes à abordagem editorial: em mais da metade dos textos que tratavam de temas geralmente considerados "leves", como Meio Ambiente, Cultura & Esportes ou Educação, a imprensa foi capaz de indicar caminhos e soluções. Quando mostravam situações mais complexas, referentes, por exemplo, às áreas de Drogas, Abuso & Exploração Sexual ou Direitos & Justiça, as matérias tendiam a ser apenas descritivas, deixando de buscar o aprofundamento necessário a essa cobertura.

A ampliação das possibilidades de avaliação do material publicado permitiu, ainda, identificar situações extremas, em que a imprensa atuava de maneira meramente factual e pouco aprofundada, dando pouca atenção a aspectos conjunturais e à diversidade de desdobramentos que a abordagem de temas mais complexos deveria sugerir. Assim, em muitos textos que tratavam de situações que relacionavam jovens a atos violentos, profissionais do jornalismo deixavam de registrar possibilidades de encaminhamento de soluções: somente 11,65% das reportagens sobre Violência, publicadas em jornais entre julho e dezembro de 1998, propunham alternativas ou alguma espécie de saída para os problemas que mencionavam. *



Série "Realidade em Preto e Branco", de Andréia Mayumi. A Crítica (AM). Finalista da 5ª edição. 2001/2002

AS REVISTAS NO FOCO

O aprimoramento da pesquisa **Infância na Mídia** levou também à inclusão das revistas no universo examinado. De maneira geral, essas publicações dedicam mais tempo à apuração que os jornais e podem apresentar maior aprofundamento em suas abordagens. Além disso, alcançam faixas diferenciadas de público. A partir de janeiro de 1997, sete títulos passaram a ser examinados: *IstoÉ*, *Veja*, *Exame*, *Amanhã*, *Marie Claire*, *Desfile*, e *Manchete*. Em 2001, as duas últimas deixaram de ser acompanhadas, e outras quatro revistas começaram a ser monitoradas: *Criativa*, *Época*, *Uma* e *Carta Capital*.

Como acontecera com o acompanhamento dos jornais, a avaliação do material das revistas trazia, inicialmente, apenas gráficos com a quantidade de inserções computada em cada uma das publicações. A metodologia aplicada previa também que as revistas especializadas em questões infanto-juvenis não fossem incluídas na radiografia quantitativa, já que necessariamente ocupavam todas as suas páginas com esse foco temático.

Março

Com a presença do presidente Fernando Henrique, é lançado pelo Instituto Ayrton Senna o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo.

Abril

Cinco jovens de Brasília ateiaram fogo e mataram o índio pataxó Caldino dos Santos. Um deles tem menos de 18 anos.

Abril

A Fundação Kanitz instituiu o Prêmio Bem Eficiente, que elege as 50 entidades do Terceiro Setor melhor gerenciadas do País.

RESPOSTAS PARA UM NOVO TEMPO

A repercussão extremamente positiva junto aos meios de comunicação e aos atores sociais leva ao desenvolvimento de instrumentos de análise cada vez mais precisos e abrangentes

O diálogo cada vez mais estreito e fluente entre os diversos segmentos da sociedade brasileira envolvidos na defesa dos direitos das novas gerações impulsionou, no final dos anos 1990, a construção de análises ainda mais precisas e sólidas. Lançada em março de 2000, durante a cerimônia de premiação do *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*, a edição da pesquisa **Infância na Mídia** que trouxe o monitoramento da cobertura desenvolvida ao longo de 1999 refletiu os novos ventos.

Nesse contexto, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna, com apoio do Unicef, procuravam ampliar seu papel catalisador no debate público sobre as estratégias de enfrentamento à questão. Essa foi uma das razões para a mudança não só na periodicidade da pesquisa, que passou a ser anual, permitindo uma prospecção mais densa e criteriosa da cobertura, como também em sua apresentação gráfica. A tiragem saltou de 300 para 3 mil exemplares, distribuídos para um número bem maior de redações em todo o País e também para um amplo *mailing* de atores sociais.



"A cura pelo riso", de Ana Lúcia Ottoni. Revista da Folha de S. Paulo (SP). Finalista da 2ª Edição. 1998/1999

1 9 7

Maio

Relatório do Pnud divulgado em 13 de junho mostra que o Brasil caiu da 58ª para a 68ª colocação no Índice de Desenvolvimento Humano. O País apresentou o pior indicador de escolaridade do cone sul.

A importância das fontes

Com maior espaço e mais tempo disponível para a elaboração do estudo, foi possível investir no desenvolvimento de novos indicadores. O mais importante deles passou a considerar as Fontes Primárias – aquelas que protagonizam ou provocam as pautas, desencadeando a cobertura. Essa aferição revelou que 68,78% dos 47.451 textos publicados sobre crianças e adolescentes em 1999 nasceram de decisões das redações ou foram inspiradas por fontes que, mesmo sendo civis, não mantinham relação direta com organizações sociais. Ou seja, apenas cerca de um terço das matérias – 31,22% – tinha origem em fontes oficiais ou em entidades da sociedade civil organizada. E, ao se analisar esse universo específico dos 31,22%, também se constata uma distorção preocupante: enquanto as fontes oficiais tinham pautado 66,71% dessas reportagens, os movimentos sociais respondiam por somente 33,29%.

Registrava-se, assim, um evidente desequilíbrio entre o papel desempenhado pelo Terceiro Setor – cujas ações apareciam, desde o segundo semestre de 1998, entre as cinco temáticas de maior interesse da imprensa – no processo de enfrentamento dos problemas relativos à infância e à adolescência e a frequência com que era acessado como principal motivador das pautas para os jornais e revistas. Por um lado, esse fato poderia ser atribuído ao desconhecimento, por parte de um significativo número de jornalistas, do vasto leque de ações implementadas pelas instituições da sociedade civil. Por outro, era necessário reconhecer que, geralmente mais atentas às suas atividades fins, essas entidades nem sempre conseguiam estabelecer uma relação de familiaridade com a imprensa. A ANDI passou, então, em seus diversos projetos, a intensificar ações voltadas para o apoio às organizações não-governamentais, no sentido de incentivar a construção de um relacionamento mais próximo e profissional com a mídia.

Afinando olhares

Nas edições seguintes da pesquisa, a metodologia que dimensiona a origem das informações veiculadas seria ampliada pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna. Em 2002, 37 diferentes tipos de atores, divididos em dez subgrupos, foram identificados como fontes. Além disso, avançara-se para a computação não apenas das Fontes Primárias, mas de todos os diferentes agentes ouvidos para a realização das reportagens.

FONTES MAIS OUVIDAS – 1999 A 2002

	1999 ⁽¹⁾	2000 ⁽¹⁾	2001 ⁽¹⁾	2002 ⁽³⁾
Poderes Públicos	66,71% ⁽²⁾	63,91%	58,86%	36,91%
Organizações da Sociedade Civil	33,29%	31,20%	31,05%	44,22%
Organismos Internacionais	-	-	4,63%	2,60%
Comunidade Escolar	-	-	4,2%	6,86%
Universidades	-	4,89%	3,4%	3,28%
Empresas	-	-	2,4%	2,59%
Serviços de Saúde ⁽⁴⁾	-	-	-	2,22%
Igrejas	-	-	-	0,75%
Candidatos/Partidos Políticos ⁽⁴⁾	-	-	-	0,56%

(1) De 1999 a 2001, a marcação de fonte se deveu àquela geradora da notícia ou à fonte principal explicitada na matéria.

(2) Em 1999, o grupo de fontes Poderes Públicos incluiu apenas o Executivo; nos anos seguintes, se expandiu para os Três Poderes.

(3) Em 2002, a metodologia passou a considerar não apenas a fonte geradora da pauta ou principal, mas todos os atores ouvidos ou responsáveis por dados estatísticos.

(4) Em 2002, essas fontes passaram a ser computadas separadamente; antes estavam incluídas em Organizações da Sociedade Civil ou Poderes Públicos.

Maio

Avaliação do MEC revela a baixa qualidade dos livros didáticos existentes no Brasil. Apenas 10,3% dos títulos estão de acordo com as exigências do ministério.

Maio

Condenado o adolescente que participou do assassinato do índio pataxó Galdino dos Santos. Ele deve cumprir três anos de internação no Centro de Atendimento Juvenil Especializado (Caje), em Brasília.

Junho

O Supremo Tribunal Federal firma jurisprudência caracterizando como crime de estupro as relações sexuais com menores de 14 anos, mesmo com consentimento.

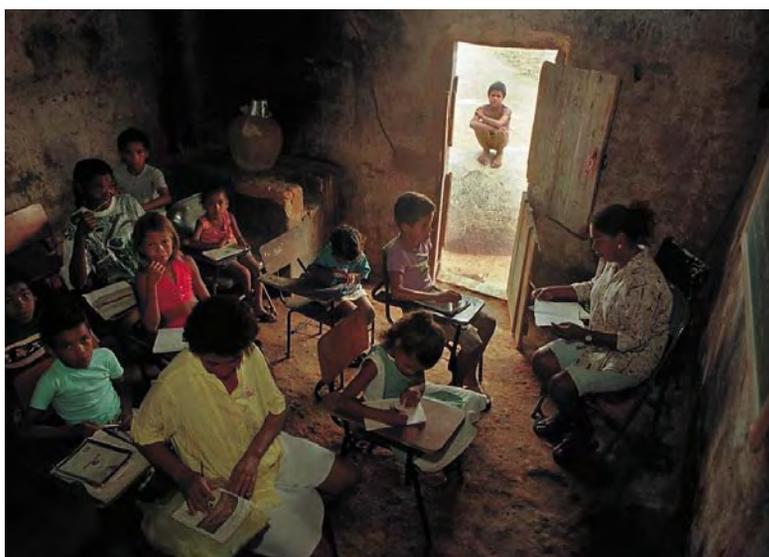
Naquele ano, o retrato da cobertura mostrou-se mais equilibrado: pessoas ligadas aos Poderes Públicos configuravam 36,91% das vozes ouvidas pelos jornalistas, enquanto representantes da sociedade civil, com 44,22%, consolidavam uma presença relevante entre as fontes com credibilidade junto à mídia (*veja tabela na página anterior*).

EDUCAÇÃO EM PRIMEIRO LUGAR

A edição da pesquisa **Infância na Mídia** que se debruçava sobre o olhar da imprensa acerca das questões ligadas à infância e à adolescência ao longo do ano de 1999 registrava também a consolidação do tema Educação no topo do *ranking* dos assuntos mais abordados. A partir de 1998, o assunto passara a ocupar a primeira posição no

universo de matérias avaliadas pela ANDI. E essa prioridade dada ao tema revelava a percepção da mídia de que a educação é um dos principais responsáveis pela redução da pobreza e das desigualdades sociais (*outros aspectos da evolução da cobertura oferecida pela imprensa à questão podem ser vistos nas páginas 25 e 43*).

A constatação de que o assunto começava a ganhar as páginas da imprensa brasileira e que precisava, portanto, avançar em termos qualitativos viria a inspirar um grupo de entidades – entre as quais ANDI, Instituto Ayrton Senna, Unicef e Ministério da Educação – a realizar o evento intitulado *Fórum Mídia e Educação – Perspectivas para a Qualidade da Informação*. Durante três dias do mês de novembro de 1999, em São Paulo, jornalistas, educadores, consultores técnicos e representantes do governo e da sociedade civil estiveram reunidos com o objetivo de buscar estabelecer novas perspectivas para o aprimoramento da informação jornalística sobre o setor educacional.



"Professora garante...", de Sebastião Moreira. O Estado de S. Paulo (SP). Finalista da 2ª edição. 1998/1999

No rumo do aprimoramento

Os debates promovidos nesses três dias tiveram um formato diferente. Como subsídio à reflexão, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna ofereceram os resultados da série de pesquisas **Infância na Mídia**. Além disso, as discussões foram orientadas por uma análise exclusiva, produzida com o aporte técnico do Núcleo de Estudos sobre Mídia e Política (Nemp) da Universidade de Brasília a partir de *clipping* do noticiário da imprensa escrita disponibilizado pelo Ministério da Educação.

Os grupos de trabalho que participaram do fórum não só debateram os méritos e as dificuldades da mídia diante do tema, como também produziram um variado conjunto de recomendações e sugestões para a melhoria da cobertura, levando em conta algumas indagações que saltaram aos olhos a partir da avaliação detalhada do estudo do Nemp. Entre os questionamentos, destacavam-se os seguintes:

- Como deve ser um bom jornalismo de Educação?
- O que é necessário para alcançar esse bom jornalismo na área?

- Quais são os desafios?
- O que caracteriza o atual jornalismo de Educação?
- Em que condições ele é produzido?
- Como podemos contribuir para superar a quantidade e, sobretudo, a qualidade da informação?

Uma nova interface

Na opinião dos participantes do fórum, um dos mais importantes instrumentos na busca pelo aprimoramento da cobertura está na construção de um relacionamento mais estreito e sólido entre os campos da Comunicação e da Educação. Isso porque as transformações tecnológicas ocorridas no mundo nas últimas décadas, como a

A VOZ DA REDAÇÃO

Demétrio Weber é repórter do jornal O Estado de S. Paulo desde 1995. Atualmente trabalha na sucursal de Brasília do veículo, onde cobre a área de Educação.

Como você avalia o relacionamento entre os jornalistas e as fontes que atuam na área social?

Na minha opinião, as fontes das diversas áreas se comportam, no relacionamento com os jornalistas, de maneira mais ou menos semelhante. O que acontece, na maioria das vezes, é que as fontes da área social costumam ser mais acessíveis. Acho que isso se deve, em grande parte, ao fato de a cobertura da imprensa estar mais focada nas questões políticas e econômicas. Dessa forma, os atores do setor social são menos solicitados no dia-a-dia e, quando procurados pelos repórteres, acabam se mostrando mais disponíveis para prestar esclarecimentos.

Você acha que os jornalistas ainda são muito dependentes da informação oficial?

Acredito que não. No entanto, isso depende muito do tipo de matéria que estamos fazendo. Se o assunto em foco é uma política governamental, é natural que se busquem mais as fontes oficiais. Além disso, outro aspecto que deve ser considerado é se o jornalista trabalha em Brasília. A proximidade com as fontes oficiais, nesse caso, favorece muito a procura por elas. Mas a imprensa não fica só nisso. Hoje em dia há uma busca frequente por informações que venham de outros setores, como os organismos internacionais e os professores universitários. E não é difícil ter acesso a essas fontes.

As fontes, em geral, estão preparadas para fornecer as informações?

Eu acho que é difícil dar uma resposta genérica. Existem todos os tipos de fontes. Em primeiro lugar, para ser fonte a pessoa precisa entender do assunto e ter informações concretas para repassar. Em qualquer área, vamos encontrar pessoas que têm mais ou menos facilidade de transmitir as informações e os dados necessários. Em geral, porém, percebo que as organizações que atuam na área social têm investido e qualificado suas assessorias de comunicação. Além disso, obter a informação desejada também depende muito do trabalho do jornalista. Ele também tem de estar consciente do que deseja saber.

Os jornalistas e especialistas presentes ao Fórum Mídia e Educação produziram uma espécie de "roteiro" do que seria uma boa reportagem de Educação. Segundo eles, um texto de qualidade sobre o tema leva em conta aspectos como:

- *Inclusão de novas perguntas às tradicionais: O que? Quando? Onde? Como? Quem? e Por quê?. Deve-se acrescentar, por exemplo, Quens?, indicando que são vários atores, e Para quem?, já que a reportagem se dirige a todos e não apenas para um público específico;*
- *Dar visibilidade ao trabalho da escola e à ação direta do cidadão;*
- *Considerar os principais assuntos da educação no momento;*
- *Não se prender a um gancho factual;*
- *Refletir sobre as consequências das informações para a criança, o jovem, a família, a comunidade escolar e a sociedade.*

Agosto

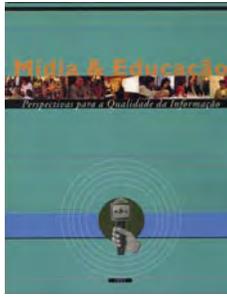
O projeto Vila Olímpica da Mangueira, que elevou de 40% para 95% o índice de escolarização das crianças e adolescentes do morro carioca, completa 10 anos de existência.

Setembro

Governo federal assina pacto com empresários, produtores e trabalhadores para combater a mão-de-obra infantil no setor açucareiro.

Setembro

Pela primeira vez os adolescentes são o grupo etário mais numeroso do País, segundo radiografia divulgada pelo IBGE. São 34 milhões de jovens na faixa de 10 a 19 anos.



revolução da informática, acabaram por derrubar as fronteiras entre essas duas áreas de aprendizagem, conhecimento e atuação. Nesse sentido, os comunicadores deixam de ser apenas formadores de opinião para desempenhar uma tarefa mais ampla e importante: o de formadores de consciências. O bom jornalismo de Educação, segundo a visão dos participantes do encontro, é, portanto, consciente de seu papel como instrumento de reflexão. Em síntese, é um jornalismo que aprofunda nas investigações e informa. E, quando informa com qualidade, está também contribuindo para o fortalecimento da cidadania.

Outro desdobramento do fórum foi o desenvolvimento de duas publicações: a análise especial **Mídia & Educação – Perspectivas para a Qualidade da Informação** e um amplo **Guia de Fontes em Educação** (leia mais no quadro da página 33). A idéia de lançar esses dois livros veio da constatação de que cerca de 80% do noticiário produzido sobre Educação utilizava, sobretudo, documentos ou ações governamentais como fontes prioritárias, relegando professores, métodos pedagógicos e os próprios alunos a um segundo plano. *

NO RÁDIO E NA TV

No momento em que o debate em torno do tema da Educação encontrava bons espaços na mídia impressa brasileira, o rádio acabou também se tornando um campo fértil para experiências interessantes nessa área. O Jornalista Amigo da Criança Airton Medeiros manteve, desde 1997, o programa *Escola Brasil* que chegava a todo o País pelas rádios Nacional de Brasília (AM) e Nacional da Amazônia (OC). Em fevereiro de 2003, porém, faltou fôlego financeiro ao projeto e ele foi suspenso. Segundo Medeiros, o rádio é geralmente considerado o “primo pobre” da mídia, sobretudo por ter menor faturamento publicitário. No entanto, ressalta ele, é preciso trabalhar com a realidade de que há uma grande faixa de público que está excluída da imprensa, inclusive da televisão. “E é essa população que pode ser alcançada pelas emissoras de rádio”, afirma.

A opinião é compartilhada por Marilu Cabañas, também diplomada como Jornalista Amigo da Criança. “É preciso haver uma mobilização da sociedade civil organizada para que as emissoras de rádio passem a trabalhar mais intensamente os assuntos relacionados à Educação”, acredita.

A televisão está bem mais avançada nesse aspecto. Um fator central nesse processo foi a entrada no ar, em 1997, do Canal Futura, uma iniciativa da Fundação Roberto Marinho com apoio do Instituto Ayrton Senna, Fundação Odebrecht, Fundação Itaú Social, Rede Globo e outros dez grupos empresariais. Para Cristiane Ballerini, coordenadora de jornalismo da emissora, há uma preocupação em aproveitar o perfil privilegiado do canal para desenvolver uma cobertura mais contextualizada sobre os temas relativos à Educação e à pauta social em geral. “Aqui as matérias não são degoladas depois de um minuto. Se o assunto tem relevância, discutimos seus vários aspectos, aprofundamos o debate. Ele pode ganhar, inclusive, outra reportagem no dia seguinte”, esclarece.

MÍDIA E CONSELHOS: DIÁLOGO NECESSÁRIO

Entre as fontes de maior relevância para uma cobertura mais contextualizada dos temas referentes ao universo dos meninos e meninas brasileiros estão os Conselhos de Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares. Instâncias criadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), os primeiros formulam e deliberam sobre as políticas públicas voltadas para esses segmentos nas três esferas de governo (federal, estadual e municipal). Aos segundos, instituídos somente no âmbito dos municípios, cabe zelar pelos direitos, atendendo diretamente as demandas da população.

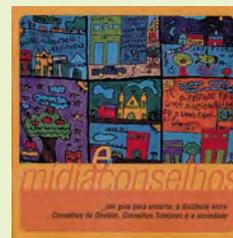
Apesar de geralmente conhecerem bem a realidade da criança e do jovem, os Conselhos de Direitos e os Tutelares não estão posicionados, por grande parte dos profissionais de jornalismo, entre as fontes de informação prioritárias. Prova disso é que ao longo do ano 2000, por exemplo, apenas um entre os 769 textos sobre Educação Infantil, veiculados nos jornais monitorados pela ANDI, apresentava um Conselho Tutelar como fonte. Na edição da pesquisa **Infância na Mídia** que analisou o noticiário de 2002, essas instâncias foram ouvidas em somente 0,71% das mais de 92 mil reportagens sobre o universo infanto-juvenil, publicadas por 50 dos mais importantes jornais do País. Já os Conselhos de Direitos serviram de fonte em apenas 0,46% desses textos. Trabalhando, na maioria das vezes, em condições precárias, os Conselhos Tutelares e os de Direitos, por sua vez, não costumam ver a imprensa como aliada em sua missão, e isso acaba dificultando a tarefa do repórter na busca por informações qualificadas sobre a realidade das novas gerações.

Estreitando o diálogo

Mudar esse cenário é a proposta do *Projeto Mídia e Conselhos – Aliança Estratégica na Prioridade Absoluta aos Direitos das Crianças e dos Adolescentes*, que a ANDI realiza em parceria com o Conselho Nacional dos Direitos das Crianças e Adolescentes (Conanda) e a Secretaria Especial de Direitos Humanos da Presidência da República, com apoio da Petrobras. Além de ampla campanha publicitária com foco nos Conselhos Tutelares, o projeto realizou em 2003 seis oficinas nas diversas regiões do País, em que jornalistas e conselheiros discutiram caminhos para uma relação mais produtiva.

A iniciativa ainda produziu um guia que possibilitará aos conselheiros ampliar seus conhecimentos sobre o universo da comunicação, estabelecendo uma relação mais profissional com as redações. Elaborada a partir das conclusões das oficinas, a publicação mostra que, apesar de jornalistas e conselheiros reconhecerem ter clara responsabilidade diante da consolidação dos direitos das crianças e adolescentes brasileiros, ainda falta diálogo entre eles. Nesse sentido, o guia oferece sugestões sobre como os conselheiros podem melhorar seu relacionamento com profissionais e veículos da mídia, além de propor estratégias de comunicação para os Conselhos.

Já em 2004, a ANDI coordenou pesquisa quanti-qualitativa sobre a presença dos Conselhos de Direitos e Tutelares nas páginas dos principais jornais do País. No estudo, foram analisados 3.520 textos publicados ao longo de 2003. Os resultados do trabalho subsidiaram a elaboração do livro *Ouvindo Conselhos* (veja mais na página 73).



O lançamento da publicação Mídia e Conselhos – Um guia para encurtar a distância entre Conselhos de Direito, Conselhos Tutelares e a sociedade, ocorreu na V Conferência Nacional dos Direitos da Infância e da Adolescência, que aconteceu em dezembro de 2003, em Brasília. O guia foi distribuído aos Conselhos de todo o País.

Outubro

Cerca de 4.425 adolescentes e jovens encontram-se em instituições de privação de liberdade no Brasil. São Paulo é o estado que tem o maior número de garotos e garotas nessa condição.

Outubro

Das cinco vencedoras do *Prêmio Cláudia*, quatro relacionam-se com a questão da infância e da adolescência. Entre elas, Viviane Senna, presidente do Instituto Ayrton Senna.

Outubro

De acordo com o Gife, o setor privado investe anualmente no País R\$ 300 milhões em movimentos sociais, em geral privilegiando crianças e adolescentes em situação de risco.

ESTABELECENDO PARÂMETROS DE QUALIDADE

Novos recursos de análise avaliam respostas da imprensa à ampliação e diversificação dos debates em torno da agenda dos direitos de crianças e adolescentes

Entre os anos de 2000 e 2003, o panorama da cobertura jornalística sobre os temas relativos à infância e à adolescência passou por importantes transformações em termos quantitativos e qualitativos. Apesar da severa crise



"Professora garante...", de Sebastião Moreira. O Estado de S. Paulo (SP). Finalista da 2ª edição. 1998/1999

que atingiu quase todos os veículos brasileiros, o número de reportagens acerca dessa temática teve crescimento considerável no período. Ao mesmo tempo em que a questão ganhava mais espaço nas páginas da mídia impressa do País, ANDI e Instituto Ayrton Senna constatavam a viabilidade de contribuir de forma mais direta para o aprimoramento do noticiário, a partir de estratégias como a realização de análises temáticas especiais e de seminários de qualificação de jornalistas e fontes de informação.

Outro fato importante foi a mudança na correlação de forças entre os veículos nacionais e os regionais no que diz respeito ao tratamento editorial dos assuntos relacionados com o universo infanto-juvenil. Já em 2000, o *ranking* com a lista dos Jornais Mais Atuantes em relação à pauta das novas gerações vinha apresentando características bem diversas daquelas registradas nas primeiras edições da pesquisa **Infância na Mídia**. Enquanto nos primeiros anos os diários de circulação ou impacto nacional dominavam o grupo dos que ofereciam espaço privilegiado a

essas temáticas, o cenário de 2000 apresentava vários jornais regionais disputando as primeiras posições do *ranking*. Ou seja, a cobertura centrada nos direitos de crianças e adolescentes se firmava nos vários estados brasileiros. Sem dúvida, uma ótima notícia (*veja mais sobre a atuação dos jornais regionais no capítulo "A Evolução no Desempenho dos Veículos", na página 34*).



Novembro

Cresce o número de casos de recém-nascidos soropositivos, segundo o Ministério da Saúde.

Novas perspectiva para a pesquisa

Acompanhando a evolução da cobertura da mídia, a edição da pesquisa **Infância na Mídia** de março de 2001, que contemplava a análise do noticiário do ano anterior, incorporou nova série de alterações em seu perfil gráfico e editorial, tendo sido transformada em uma revista de 48 páginas, com impressão a cores. A tiragem foi elevada para 20 mil exemplares, o que permitiu alcançar uma parcela importante do número crescente de atores sociais que se somavam à mobilização pela infância e adolescência, ampliando as possibilidades de debate.

O novo formato facilitou também a logística de distribuição. Por meio de parcerias firmadas com duas importantes revistas especializadas, *Imprensa e Educação*, a pesquisa passou a alcançar seus assinantes. A publicação transformou-se, assim, na primeira com periodicidade permanente, em todo o mundo, dedicada à observação propositiva da cobertura jornalística sobre crianças e adolescentes. O número de matérias clipadas para a pesquisa ultrapassou 64 mil, 500% mais textos que em 1996. Além disso, o volume e a diversidade do material disponível permitiriam também novos avanços na estrutura metodológica.

EDUCAÇÃO E VIOLÊNCIA NA FRENTE

Além do crescimento da participação dos jornais regionais na cobertura sobre infância e adolescência, outro aspecto positivo do balanço do noticiário realizado durante o ano 2000 foi certamente o relacionado às reportagens sobre o universo da Educação. O tema contou com 116,3% mais inserções do que no ano anterior e ampliou-se, em cinco pontos percentuais, o índice de Busca de Soluções nessa área. Educação era, de fato, uma pauta com presença permanente na mídia. Cada jornal pesquisado publicou, em média, 1,06 matéria por dia sobre o assunto ao longo daquele ano, consolidando ainda mais a posição do tema no topo da lista das questões mais abordadas pela mídia na área da criança e do adolescente.

Já a cobertura que abordava a questão da Violência crescera 106% em relação a 1999, mas os problemas decorrentes de descontextualização geravam equívocos graves, especialmente no que se refere aos adolescentes em conflito com a lei. Das 14,7 mil inserções sobre os diversos aspectos do fenômeno da Violência, apenas 9,6% se enquadravam na ótica de Busca de Soluções. Além disso, embora 63,14% das matérias examinadas indicassem crianças e adolescentes como vítimas, o destaque editorial

dado a certos eventos contribuía de forma clara para alimentar o imaginário popular com a visão estereotipada de que a escalada da criminalidade seria consequência das ações dos adolescentes – “os menores”.

Esse tipo de distorção prejudica de forma frontal o processo de construção de um enfoque socialmente justo sobre crianças e adolescentes em situação de risco. Em razão disso, uma matéria da revista *Veja*, veiculada em novembro de 2000 sob o título “Eles estão mais perigosos”, mereceu sérias críticas em texto veiculado na edição de 2001 da pesquisa **Infância na Mídia**. O então diretor-executivo da ANDI, Geraldinho Vieira, indicava o perigo da interpretação tendenciosa de dados, da visão preconceituosa e da publicação de matérias sem a necessária consulta a um conjunto de fontes especializadas.

Análises mais aprofundadas

A atenção a um aspecto específico da cobertura realizada no ano 2000 – a repercussão dos dez anos do Estatuto da Criança e do Adolescente – resultou numa das primeiras experiências de análise temática quanti-qualitativa veiculadas pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna nas páginas de **Infância na Mídia**. Utilizando critérios mais amplos do que aqueles rotineiramente aplicados à pesquisa geral, foi possível observar em profundidade a visão que a mídia tinha sobre o universo infanto-juvenil após uma década de vigência do ECA. Foram avaliados, por exemplo, o volume de textos com abordagem favorável ou contrária ao Estatuto, o uso das terminologias relacionadas aos adolescentes em conflito com a lei e a qualidade do tratamento dado a experiências sociais bem-sucedidas.

Fundamentais para a agenda dos direitos da infância e da adolescência e para a implementação de políticas públicas mais efetivas para esse segmento da população, alguns temas começaram a merecer, por parte da ANDI e do Instituto Ayrton Senna, um olhar crítico mais aprofundado, a exemplo do que ocorreu com a repercussão da primeira década de vigência do ECA. As iniciativas desenvolvidas para responder a esse desafio tinham como meta alcançar novas perspectivas de avaliação em relação ao comportamento editorial dos jornais e revistas pesquisados e apontar caminhos efetivos para a qualificação do trabalho da imprensa diante da agenda da infância e da adolescência.

Experiências pioneiras

Essas análises especiais foram determinadas, algumas vezes, pelo crescimento no volume de inserções de um certo

Novembro

A *Marcha Global contra o Trabalho Infantil* é lançada simultaneamente em 82 países.

Novembro

Resultados do censo escolar de 1997 apontam um crescimento de 1,7 milhão de matrículas no ensino básico (da pré-escola ao ensino fundamental).

Dezembro

Cartórios passam a ser obrigados por lei a emitir certidões de nascimento e óbito gratuitamente.

A série de rebeliões ocorridas nas unidades da Febem, em São Paulo, entre os meses de setembro e outubro de 1999, motivaram a ANDI e o Instituto Ayrton Senna a investirem em um novo formato de análise de mídia. Desde então, a voz de especialistas passou a ser fundamental para a construção das conclusões dos estudos. Na ocasião, o padre Júlio Lancellotti, coordenador, em São Paulo, do Movimento dos Moradores de Rua e da Pastoral do Menor, e Cesare La Rocca, criador e presidente do Projeto Axé, analisaram o comportamento da imprensa durante os trágicos episódios ocorridos na Febem, além de oferecerem uma reflexão sobre o papel dos jornalistas e das fontes de informação durante os acontecimentos. Publicadas no formato de entrevista, as conclusões apontaram que a mídia brasileira trabalhou sob a ética dos direitos e que teve como mérito o fato de mobilizar pessoas que nunca tinham se preocupado com a questão.



tema, em razão de efemérides específicas. Nesse sentido, uma iniciativa embrionária foi a reflexão sobre as rebeliões na Febem, em outubro de 1999, veiculada nas páginas de **Infância na Mídia**. Em outras ocasiões, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna trabalharam com instituições interessadas no aprofundamento do debate público sobre questões prioritárias para as novas gerações, como a publicação, em abril do ano 2000, da pesquisa **Mídia & Educação – Perspectivas para a Qualidade da Informação** (vimos o detalhamento do assunto na página 20).

A partir desses estudos pioneiros, consolidou-se um conjunto de procedimentos que vêm sendo aplicados ainda hoje, com resultados muito expressivos junto às redações e às mais diversas organizações relacionadas aos direitos da infância e da adolescência. Veiculadas nas edições de **Infância na Mídia** ou em publicações específicas, essas análises temáticas quanti-qualitativas passaram a atrair a ainda crescente atenção das faculdades de comunicação.

FOCO NA FORMAÇÃO

A receptividade das análises especiais entre professores e estudantes de jornalismo fortaleceu significativamente a disposição da ANDI e de seus parceiros de contribuir de forma mais direta no processo de formação acadêmica de profissionais de comunicação capacitados a desenvolver uma cobertura pautada por referenciais de ética e de responsabilidade social. Nesse sentido, ao final de 2002 a Agência e o Unicef decidiram trabalhar num plano de ação com o objetivo de identificar oportunidades para a formatação e implantação de uma cátedra de jornalismo pelos direitos da infância e da adolescência.

O primeiro passo para a concretização desse objetivo foi o encontro ocorrido em dezembro de 2003, em Brasília, que reuniu professores universitários de jornalismo e comunicação social das Universidades Federais da Bahia, Goiás, Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Santa Catarina, Distrito Federal, São Paulo e Pará. No foco dos debates, estavam as possibilidades de inclusão dos principais aspectos relacionados aos direitos da criança e do adolescente em cursos, pesquisas e programas de extensão universitária. Participaram também da reunião representantes da Cátedra Fenaj de Jornalismo, da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo, do Fórum de Rádios Universitárias, da Federação Latino-americana das Faculdades de Comunicação Social (Felafacs), além dos coordenadores da Rede ANDI Brasil e da Rede ANDI América Latina.

A rede e os livros

No encontro foi criada a *Rede de Professores e Pesquisadores dos Direitos da Infância*, uma iniciativa pioneira na América do Sul, que conta com o apoio da ANDI, do Unicef e dos professores que participaram do encontro. Entre os objetivos da Rede estão o mapeamento da produção acadêmica sobre os direitos das crianças e adolescentes, a criação de disciplinas optativas ou complementares na ECA/USP, UnB, ECO/UFRJ e Universidade da Amazônia e o desenvolvimento de uma linha de pesquisa para apoiar futuros cursos voltados para a formação de jornalistas e comunicadores sociais, cujo projeto será desenhado com o apoio de todas as instituições presentes à reunião. A Cátedra Fenaj de Jornalismo também vai incluir uma área de formação sobre os direitos da criança e do adolescente em seus cursos para jornalistas profissionais.

Também com o foco na qualificação de profissionais de jornalismo e no desenvolvimento de ferramentas de apoio à formação acadêmica, ANDI e Unicef se

aliaram a Cortez Editora, no início de 2003, para lançar a série de livros **Mídia e Mobilização Social**. Cada um dos volumes da nova coleção – que fechou 2003 com seis volumes – está estruturado em torno dos resultados de uma análise temática específica, agregando ainda uma série de novos recursos para a construção de um noticiário propositivo, como entrevistas com jornalistas e especialistas, artigos, sugestões de pauta, glossário e diretório de fontes (*veja mais sobre a coleção no anexo sobre as publicações geradas pela ANDI, Instituto Ayrton Senna e seus parceiros, na página 72*).

Inovações na metodologia

A matéria-prima para a elaboração dessas análises aprofundadas sobre determinados temas é constituída por um conjunto de textos estatisticamente selecionados dentre aqueles veiculados pelos principais jornais e revistas do País. O período que é objeto de pesquisa abrange 12 meses, o que evita distorções na análise por variações de cunho sazonal no volume ou na consistência dos textos publicados.

Esse material é submetido a um Grupo de Análise de Mídia, formado por especialistas no tema em foco, jornalistas da própria ANDI e representantes do Instituto Ayrton Senna, do Unicef e de outras instituições parceiras. O grupo elabora, como ferramenta de diagnóstico quanti-qualitativo, um extenso questionário, aplicando-o aos textos selecionados.

A leitura atenta das matérias e o estudo das planilhas de dados resultantes do questionário permitem que o grupo, num segundo encontro, construa suas observações a respeito da profundidade e da abrangência com que o assunto é tratado pela imprensa. Com os resultados em mãos, a equipe da ANDI estrutura o texto final e cuida da edição e do projeto gráfico da publicação.

Discussão ampliada

Contribuem também para a qualidade desses estudos os Seminários de Análise de Mídia, que reúnem jornalistas e fontes de informação para que, juntos, encontrem caminhos para aprimorar a cobertura de temas ligados à infância e à adolescência.

Durante esses eventos, que geralmente se estendem por dois dias, os participantes trabalham a partir dos números gerados pelas pesquisas que a ANDI, o Instituto Ayrton Senna, Unicef e demais parceiros produzem sobre a cobertura dedicada pela imprensa a um assunto específico. Ampliam suas reflexões dados da realidade social e das políticas públicas voltadas para aquele setor.

A partir desses subsídios e organizados em grupos dedicados à reflexão sobre aspectos específicos das diversas questões levantadas, os convidados elaboram recomendações que podem contribuir para a qualificação da abordagem, direcionados tanto para os órgãos da mídia quanto para setores sociais relacionados ao universo infanto-juvenil. O debate oferece também a oportunidade para que sejam elaboradas sugestões de pautas com foco na realidade local ou no contexto nacional.



"Mais da metade dos cearenses têm menos de 4 anos de estudo", de Fábio Lima. *O Povo* (CE). Finalista da 3ª edição. 1999/2000

1 9 9 8

Janeyreiro

52% das 45 mil escolas urbanas públicas de ensino fundamental no País não possuem biblioteca, apenas 15,5% possuem laboratório e 7,3% têm sala para uso didático de computadores, segundo pesquisa da Unicamp.

Fevereiro

Realizada a campanha *Toda Criança na Escola*, para levar à sala de aula 2,7 milhões de crianças. Postos de atendimento, telefone gratuito para esclarecer dúvidas e agentes que vão de porta em porta para garantir matrículas fazem parte da estratégia.

Grande parte das Análises Especiais Temáticas (veja descrição dos assuntos focalizados na página 72) foi enriquecida e potencializada pelas conclusões obtidas nesses encontros. A troca de experiências tem contribuído também para estreitar o diálogo qualificado entre as redações e os técnicos e gestores das mais diversas áreas ligadas ao universo infanto-juvenil.



"Brincando e Aprendendo uma Nova Lição", de Christian Knepper. O Imparcial (MA). Finalista da 1ª edição. 1997/1998

A INFÂNCIA É PAUTA PERMANENTE

A cobertura sobre os temas ligados à infância e à adolescência continuou apresentando crescimento em 2001. Trata-se de um fato relevante tendo em vista que o primeiro ano do século 21 foi marcado por acontecimentos que capturaram grande atenção da mídia, como a tragédia do 11 de setembro nos Estados Unidos, a crise ética no Senado brasileiro e o caos energético que colocou o País sob o risco dos "apagões". A despeito de tudo isso, entre janeiro e dezembro daquele ano foram publicados pelos diários brasileiros 75,7 mil textos sobre o universo infanto-juvenil: 11,4 mil mais que em 2000 – uma média de 4,2 matérias por dia em cada um dos jornais pesquisados. Entre os 49 periódicos avaliados para aquela edição, 43 apresentaram mais reportagens do que no ano anterior.

Observado o desempenho por tema no ranking, a Educação, mais uma vez, continuava como o assunto mais debatido pelos jornais. Mas outros dois assuntos também mereceram maior atenção nessa pesquisa. Saúde, por um dado muito positivo: a cobertura dedicada a seus diversos aspectos já representava 12,2% de tudo o que fora publicado no ano sobre o cenário da infância e da adolescência, apesar de ainda apresentar sérias lacunas de enfoque. Já os dados relativos à Privação de Liberdade (assunto tratado como subtema de Direitos & Justiça)

confirmavam que a visão da sociedade sobre os adolescentes que cometem atos infracionais não mudara desde o ano anterior. A constatação levou, no segundo semestre de 2001, diversas entidades a somarem esforços para a realização de uma radiografia aprofundada da cobertura jornalística da Violência envolvendo crianças e adolescentes. Os resultados do estudo foram veiculados numa publicação específica intitulada **Balas Perdidas**.

Diversificando as observações

A edição da pesquisa **Infância na Mídia** com a avaliação da cobertura realizada ao longo de 2001 também abriu espaço para a publicação de dados de mais uma análise especial, desta vez voltada para a cobertura dos temas associados ao Abuso & Exploração Sexual de crianças e adolescentes. Denominada **O Grito dos Inocentes**, a investigação ocorria no momento em que a questão impactava a agenda internacional. Em dezembro de 2001, fora realizado o II Congresso Mundial sobre o assunto, em Yokohama, no Japão.

1998

Fevereiro

O embargo econômico imposto ao Iraque desde 1990 provoca o aumento da mortalidade infantil. Pesquisa do Unicef mostra que 32% das crianças com menos de cinco anos estão desnutridas no país, o que corresponde a 960 mil meninos e meninas.

Março

O projeto de combate à repetência escolar *Acelera Brasil*, parceria entre o Instituto Ayrton Senna e a Petrobras, consegue índices de aprovação de 100% no interior do País. O programa atende 3,5 mil municípios em oito estados.

Março

Nove anos após sua criação, o ECA ainda não é cumprido. Ao contrário do que determina a lei, apenas 30% dos municípios brasileiros possuem Conselhos Tutelares e 50% criaram Conselhos dos Direitos das Crianças. Os números são do Unicef.

No Brasil, os primeiros passos rumo à discussão e à elaboração de políticas públicas mais consistentes e abrangentes já tinham sido dados com a formulação de um Plano Nacional de Enfrentamento a esse tipo de violência, construído numa estreita parceria entre a sociedade civil e o Poder Público em 2000. A imprensa, porém, ainda tinha dificuldades em contextualizar a questão (*leia mais sobre a cobertura dessa temática na página 53*).

O Ranking QUALITATIVO

Já em 2002, a imprensa brasileira se encontrava em franco processo de amadurecimento na abordagem das questões ligadas ao universo infanto-juvenil. A mobilização dos mais diversos setores da sociedade em prol dessas populações refletia-se no comportamento dos jornais que, de modo geral, continuavam a dedicar mais espaço aos problemas que as afetam e às suas possíveis soluções.

O desafio que se impunha à ANDI e ao Instituto Ayrton Senna a partir dessa realidade era o de ir além da mensuração do quanto cada veículo publicava sobre crianças e adolescentes. Era fundamental aferir de forma mais objetiva a postura editorial adotada perante essa pauta. O crescimento do volume de material disponível para análise, a diversidade de aspectos a serem observados e, principalmente, a necessidade de oferecer à sociedade um retrato preciso dos desafios enfrentados pelas redações no processo de narrar as questões referentes ao universo da infância e da adolescência determinaram a criação de uma metodologia específica para a classificação do perfil dos jornais monitorados.

Metodologia estatística

Para isso, o Coordenador de Relações Acadêmicas da ANDI, Guilherme Canela, responsável pela consolidação da metodologia, trabalhou com a equipe da Agência e consultores externos na construção de uma fórmula que permitisse traduzir numericamente o nível de qualidade com que os jornais tratam os temas centrais para a agenda da infância e da adolescência. Nessa equação, foram considerados diversos critérios, entre eles o total de textos publicados; a pluralidade das fontes ouvidas; a frequência com que é dada voz à família, à criança e ao adolescente; a menção a questões de gênero e etnia; o percentual de reportagens com abordagem de Denúncia ou de Busca de Soluções; a quantidade de editoriais e artigos; a veiculação de referências ao Estatuto da Criança e

do Adolescente e a publicação regular de suplementos infantis ou juvenis.

Esta nova metodologia e a necessidade de aprofundar o retrato analítico da cobertura levaram a ANDI e o Instituto Ayrton Senna a também promover uma reformulação na estrutura da publicação anual. O formato revista foi ampliado, recebendo novo projeto gráfico. A publicação **Infância na Mídia – Relatório 2002/2003** dedicou a totalidade de suas 52 páginas à radiografia do tratamento oferecido pelos jornais e revistas brasileiros, entre janeiro e dezembro de 2002, às pautas associadas aos direitos das novas gerações. Além da análise quanti-qualitativa do noticiário, o relatório trouxe diversos artigos assinados por especialistas e entrevistas com jornalistas e fontes de informação repercutindo os dados do ano.

A crise nas redações

A edição 2002/2003 do relatório **Infância na Mídia** trouxe ainda uma avaliação dos riscos que a queda nos investimentos publicitários e o aumento dos custos de produção dos jornais e revistas representavam para a cobertura dos temas referentes à infância e à adolescência.

As mudanças nas políticas de jornais e revistas em decorrência da crise do mercado editorial implicam diretamente em redações mais pobres, tanto do ponto de vista financeiro quanto do número de profissionais. Nesse cenário, a produção de reportagens de fôlego na área social é dificultada: de maneira geral, os veículos tendem a priorizar abordagens meramente factuais, o que normalmente torna a qualidade da cobertura jornalística ainda mais vulnerável.

Na opinião de Ângela Santos, profissional agraciada com o título de Jornalista Amiga da Criança e repórter da *TV Cultura*, de São Paulo, o esforço dedicado por quase uma década à construção de uma cultura jornalística que dá voz a crianças e jovens pode ficar comprometido: "As novas gerações de jornalistas correm o risco de ter seu dia-a-dia nas redações marcado pela escassez ou até pela ausência da pauta sobre a infância", avalia.

A ÓTICA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO

O **Relatório Infância na Mídia 2002/2003** anunciou também uma importante mudança nas bases conceituais e metodológicas do processo de monitoramento diário da imprensa, com resultados a serem apresentados na edição seguinte. Critérios associados ao paradigma do Desenvol-

Abril

Relatório da ONU inclui o Brasil entre as 85 nações que mais agridem os direitos humanos. As crianças ocupam lugar de destaque, como vítimas usuais da violência policial e principalmente da exclusão social.

Abril

Em um ano, dobrou o número de crianças e adolescentes com o vírus HIV no Brasil. Apesar disso, apenas 19% das escolas municipais do País mantêm programas de prevenção à Aids e DSTs.

Maio

Brasil tem a 79ª maior taxa de mortalidade de crianças com menos de 5 anos em ranking de 191 países publicado no relatório *Situação Mundial da Infância 1998*, do Unicef.

do Desenvolvimento Humano passaram a integrar o leque de indicadores utilizados para avaliação da cobertura sobre a infância e a adolescência. A proposta foi trabalhada em conjunto pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna com a contribuição de diversos consultores. Desde 2001, o Instituto tem aplicado essa mesma perspectiva à avaliação das matérias concorrentes ao *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo* (leia mais sobre o assunto nas páginas 32 e 64).

QUANTIDADE DE CRITÉRIOS DE
DESENVOLVIMENTO HUMANO
MENCIONADOS NAS MATÉRIAS SOBRE
INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA — 2003

NÚMERO DE CRITÉRIOS MENCIONADOS	PERCENTUAL DE MATÉRIAS
0	63,42 %
1	27,12 %
2	5,89 %
3	2,14 %
4	0,88 %
5	0,29 %
6	0,14 %
7	0,06 %
8	0,05 %
9	0,01 %

O formato final da metodologia foi estruturado a partir da experiência acumulada em dois outros projetos de análise de mídia. No primeiro deles, foram desenvolvidos indicadores de qualidade, segundo os parâmetros do Desenvolvimento Humano, numa pesquisa comparativa sobre as coberturas das áreas de saúde infantil e de deficiência. Os resultados estão em um dos capítulos do livro **Saúde em Pauta – Doença e qualidade de vida no olhar da imprensa brasileira sobre a infância**, o primeiro volume da série **Mídia e Mobilização Social** (leia mais sobre esse assunto na página 47).

Num segundo momento, por meio de um projeto que reuniu a ANDI, o Instituto Ayrton Senna e o Programa Comunidade Ativa, foi realizada uma ampla análise quanti-qualitativa da produção jornalística focalizada nos aspectos mais relevantes do paradigma do Desenvolvimento Humano. Os resultados do estudo foram debatidos em um seminário, realizado em Brasília em novembro de 2002, do qual participaram 100 convidados, entre fontes de informação e profissionais de comunicação. As conclusões da pesquisa e do seminário, ao lado de uma série de artigos e entrevistas, formataram o quarto volume da série **Mídia e Mobilização Social**, intitulado **Que País é Este? – Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano no foco da imprensa brasileira**.

A ampliação do olhar

O primeiro passo para verificar como a imprensa brasileira vem se apropriando da perspectiva de Desenvolvimento Humano nas reportagens sobre infância e adolescência foi submeter toda produção jornalística clipada pela ANDI em 2003 à metodologia do Mês Composto, instrumento estatístico internacionalmente consagrado. Foram sorteados 31 dias entre os que se encontravam registrados na base de dados. Essa operação levou a um universo de cerca de 9 mil reportagens.

A amostra resultante desse procedimento foi, então, classificada e analisada segundo parâmetros jornalísticos e de Desenvolvimento Humano. É importante lembrar que na avaliação de todas as matérias verificou-se a presença ou a ausência de 14 diferentes critérios associados ao Desenvolvimento Humano, como direitos civis, políticos e sociais; gênero; meio ambiente; renda; exclusão social e pobreza, fome ou miséria (leia mais sobre esse assunto no quadro da página 32).

Conceito pouco utilizado

Os resultados dessa primeira análise mostram que, de modo geral, a perspectiva de Desenvolvimento Humano ainda não foi absorvida pela mídia brasileira. Em 63,4%

1998

Maio

Cinco mil crianças e adolescentes de todo o Brasil participam de ato contra o trabalho infantil em Brasília.

Junho

O presidente Fernando Henrique Cardoso assina acordo de financiamento com o Banco Mundial para a criação do Fundo de Fortalecimento da Escola (Fundescola).

Junho

Denúncia feita pela União Nacional dos Dirigentes Municipais da Educação (Undime) aponta que em 1.223 municípios do sertão nordestino a evasão escolar está aumentando, por influência da seca.

das reportagens avaliadas, nenhum dos conceitos foi efetivamente mencionado. Se somarmos a esse universo os textos que abordam pelo menos um dos critérios (um total de 27,1%), mas que não fazem as inter-relações entre os vários aspectos de Desenvolvimento Humano, chegaremos a 90,5% da cobertura. Portanto, é bem limitado – apenas 9,5% – o número de matérias capazes de fazer associações entre duas ou mais temáticas centrais ao conceito de Desenvolvimento Humano. Ou seja: menos de 10% das reportagens conseguem adotar uma visão mais ampla sobre o assunto que se propuseram a cobrir, observando as mais diferentes nuances e implicações sociais que envolvem aquele tema.

Entre os parâmetros mais citados nas reportagens, a Educação é disparadamente a parcela do conceito de Desenvolvimento Humano mais abordada pela imprensa: aparece em 28% do material analisado. Por outro lado, é preocupante constatar que, num país com uma das piores concentrações de renda do planeta e que tem milhões de pessoas vivendo em condições precárias, apenas 2,8% das matérias falam de pobreza, 1,7% discutem a fome e 2,4% abordam a desigualdade social. Além disso, assuntos igualmente relevantes continuam sendo negligenciados pela cobertura sobre as temáticas sociais relacionadas à infância e à adolescência; entre eles, as questões de gênero, de raça/etnia e de meio ambiente.

ESTRATÉGIAS E RESULTADOS

Por Antônio Carlos Gomes da Costa*

Em 1992 e 1993, eu participei do Comitê dos Direitos da Criança, da ONU, em Genebra. Uma das maiores dificuldades dos países-membros da Convenção era justamente instalar os novos direitos da população infante-juvenil na consciência social de seus povos. Como fazer com que as conquistas em favor desse segmento da população saíssem do papel e passassem a fazer parte da maneira de ver, entender, sentir, agir e reagir das pessoas?

Desde então, acompanho a evolução dos direitos da infância e da juventude no Brasil e no mundo e posso dizer que, neste aspecto, o Brasil é um país que deu certo. O Estatuto da Criança e do Adolescente, durante os primeiros anos de sua vigência, foi execrado nos meios de comunicação. As notícias contrárias ao novo direito, baseadas no preconceito e na desinformação, foram o traço dominante da imprensa escrita, falada e televisada. Os detratores da nova lei, saudosos do tratamento discricionário reservado à infância e à adolescência em situação de risco no regime militar, aproveitavam-se das distorções arraigadas no senso comum e da precariedade do conhecimento dos jornalistas sobre o tema, utilizando-se da imprensa para manipular a opinião pública.

Parecia que havíamos ganhado a batalha da legislação, mas perdido a da comunicação.

Hoje, a quantidade e a qualidade da cobertura jornalística neste campo em nosso país é – com toda certeza – uma das mais sensíveis e competentes do mundo. Esse resultado também se deve à aliança de duas instituições extraordinárias: a ANDI e o Instituto Ayrton Senna e seu impacto sobre a ampliação e qualificação da cobertura dos temas relativos à infância, à adolescência e à juventude. É fundamental ressaltar que os dois parceiros contaram com o apoio decisivo do Unicef, que já tinha um histórico de luta pelos direitos da criança e adolescentes em risco, nos campos das políticas públicas, da solidariedade social e dos meios de comunicação.

Hoje, o grande desafio dessa Aliança é colocar as novas gerações no coração da agenda do desenvolvimento humano. Para isso ocorrer, será necessário instalar essa causa na consciência social. Antes, porém, será preciso abrir-lhe um espaço nos corações e mentes dos profissionais da mídia. E isto já começou a acontecer.

* *diretor presidente da Modus Faciendi*

Julho

O Unicef alerta que a seca que afeta o semi-árido nordestino causa o aumento do trabalho e da exploração sexual de crianças e adolescentes. O órgão estima um aumento de 20% nas taxas de trabalho infantil no período.

Julho

A Fundação Victor Civita lança o prêmio *Victor Civita* – *Professor Nota 10*, com o objetivo de valorizar iniciativas da categoria.

Agosto

O número de chefes de família com menos de 18 anos no Brasil chega a 365 mil, segundo o IBGE.

O PARADIGMA DO DESENVOLVIMENTO

O conceito do Desenvolvimento Humano surgiu em 1990, quando o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) sugeriu ampliar a visão de desenvolvimento, que tradicionalmente estava vinculada a índices de crescimento da renda e da produtividade de um país, para um enfoque que incluísse a expansão de oportunidades de escolha e do nível de bem-estar das pessoas. Está incluído, também nesta perspectiva, o preparo das pessoas para fazer as escolhas que contribuam para sua maior qualidade de vida.

O Paradigma do Desenvolvimento Humano do PNUD teve como principal colaborador o economista indiano Amartya Sen, Prêmio Nobel de Economia em 1998 e atualmente maior autoridade no assunto. O conceito engloba ainda outras escolhas, como a liberdade política, econômica e social para desfrutar das oportunidades de ser criativo e produtivo, ter sua auto-estima valorizada e ter garantidos seus direitos humanos. A renda é um indicativo de quanto a pessoa possui e se esse valor é suficiente para que tenha uma vida digna e saudável. Desta forma, isolada, ela não serve como elemento de análise, mas é um importante subsídio para uma avaliação quanti-qualitativa do padrão de vida do indivíduo.

Também no contexto do PNUD foi elaborado o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), que busca avaliar se um determinado país oferece as condições necessárias – econômicas, políticas, sociais, culturais e ambientais – para que todos os indivíduos desenvolvam suas potencialidades e tenham garantidos os direitos plenos da cidadania.

Para medir o IDH são analisados três componentes: a longevidade da população, o nível educacional (aquisição de conhecimento) e o acesso a recursos econômicos para ter um padrão de vida digno (medido pelo PIB per capita).

Com objetivo de incentivar que esses conceitos sejam divulgados e fortalecidos na sociedade brasileira, o Instituto Ayrton Senna estimula, por meio do *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*, que os profissionais de comunicação adotem o Paradigma do Desenvolvimento Humano como fio condutor de suas reflexões e de sua atividade cotidiana.

Esta é uma forma de contribuir para a nova perspectiva circule com mais assiduidade nas redações e seja devolvido à sociedade em coberturas jornalísticas capazes de mobilizar ações articuladas para a justa inclusão de todas as crianças e adolescentes.

CRITÉRIOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO ENCONTRADOS NAS MATÉRIAS PESQUISADAS SOBRE INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA— 2003

BLOCO IDH		
	NÃO MENCIONA	MENCIONA
Educação	72,1%	27,9%
Renda	97,2%	2,8%
Qualidade de Vida	94,8%	5,2%

BLOCO DIREITOS E LIBERDADES		
	NÃO MENCIONA	MENCIONA
Direitos Civis	98,5%	1,5%
Direitos Políticos	99,9%	0,1%
Direitos Sociais	98,2%	1,8%
Democracia	99,4%	0,6%

BLOCO ANTROPOLÓGICO		
	NÃO MENCIONA	MENCIONA
Questões de Gênero	99,5%	0,5%
Questões de Raça/Etnia	98,9%	1,1%

OUTROS PARÂMETROS		
	NÃO MENCIONA	MENCIONA
Meio Ambiente	99,1%	0,9%
Infra-estrutura	97,3%	2,7%
Pobreza e Miséria	97,2%	2,8%
Fome	98,3%	1,7%
Desigualdade, Igualdade e Exclusão Social	97,6%	2,4%

1998

Agosto

Aproximadamente 100 mil crianças e adolescentes vivem em contato direto com lixões, alerta o Unicef.

Agosto

Lançada a versão federal do projeto *Bolsa-Escola*.

Agosto

Casos de adoção internacional em Jundiaí (SP) geram polêmica em torno do juiz Luiz Beethoven Giffoni. Muitas mães contam que foram forçadas ou induzidas a entregar os filhos.

Desinteresse políticos

Para a repórter Flávia Oliveira, de *O Globo*, isso se explica pelo fato de a criança não ser muito percebida quando se discute questões sociais. "Em geral, quando se falam de temas como a fome e a pobreza, a discussão gira em torno do aspecto mais amplo da questão, e não da fome e nem da pobreza das crianças. Os problemas da infância só se tornam mais visíveis quando essa parcela da população vira agente ou vítima de uma situação de violência extrema. Além disso, existe o interesse político. As crianças não votam, não têm voz ativa. Então, são mais esquecidas. Além disso, devemos considerar que a preocupação com a infância é recente na sociedade e ainda não está no topo da lista de preocupações da população", afirma Flávia.

Ao adotar aspectos de Desenvolvimento Humano na análise das reportagens sobre o universo infanto-juvenil, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna esperam oferecer aos meios de comunicação e aos atores sociais uma leitura do jornalismo brasileiro ainda mais atualizada, pautada segundo contextos sociais, econômicos, políticos e culturais. Vale ressaltar que os dados extraídos da avaliação sobre a cobertura de 2003 não devem ser vistos com olhar pessimista. Embora mostrem que os parâmetros de Desenvolvimento Humano estão longe de serem apropriados pela mídia, os resultados da análise podem servir de estímulo para a reflexão sobre a necessidade de se investir, cada vez mais, na qualificação dos profissionais da imprensa e das fontes de informação. *

PRIORIZANDO O ACESSO ÀS FONTES

Com objetivo de ampliar o acesso de profissionais de comunicação a fontes de informação e contribuir para a qualificação da cobertura jornalística, a ANDI, o Instituto Ayrton Senna e seus parceiros criaram, ao longo dos últimos anos, uma série de guias que hoje já inclui quatro volumes. Além dessas publicações, a ANDI disponibiliza em seu site dados sobre mais de três mil especialistas e projetos em 33 diferentes áreas temáticas relacionadas ao Desenvolvimento Humano e aos direitos da infância e da adolescência.



Guia de Fontes em Educação, publicação pioneira voltada para jornalistas, traz indicações de especialistas e entidades da área, sugestões de pautas e orientações sobre as principais políticas públicas em andamento. O guia foi publicado em 2001 por iniciativa da ANDI, do Instituto Ayrton Senna, do Unicef, do Ministério da Educação e de diversos outros parceiros.



Guia de Fontes em Educação Infantil traz estatísticas, legislação, principais abordagens pedagógicas para essa faixa etária, além de sugestões de pautas, indicação de sites e material de referência úteis na ampliação do conhecimento sobre os primeiros anos de escolarização. Foi realizado pela

Fundação Orsa, Unesco e Cortez Editora, com a consultoria técnica da ANDI.



Guia de Fontes em Desenvolvimento Humano e Social traz indicações de fontes e de obras de referência sobre o assunto. Ao livro foram também agregados textos que facilitam a interrelação e a aplicação dos parâmetros do Desenvolvimento Humano à cobertura jornalística da área social.

O guia foi realizado pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna em parceria com o Programa Comunidade Ativa e apoio da ONG Missão Criança e da Petrobras.



Guia de Direitos Humanos – Fontes para Jornalistas apresenta características de 22 áreas de abrangência do tema, como acesso à informação e à tecnologia, combate à impunidade, trabalho e renda, meio ambiente e moradia, entre outras.

Além disso, apresenta datas que servem de gancho factual para reportagens e um glossário contendo os termos referentes às diversas áreas abarcadas pelos direitos humanos. Produzido pela ANDI em parceria com Conectas Direitos Humanos e Cortez Editora, e com apoio da Unesco, Secretaria Especial de Direitos Humanos, UN Foundation e Fundação Ford.

Agosto

Parteiras são responsáveis por 15% dos 2,8 milhões de nascimentos registrados anualmente no País. De acordo com o Ministério da Saúde, 60 mil mulheres, especialmente das regiões Norte e Nordeste, compõem essa classe.

Agosto

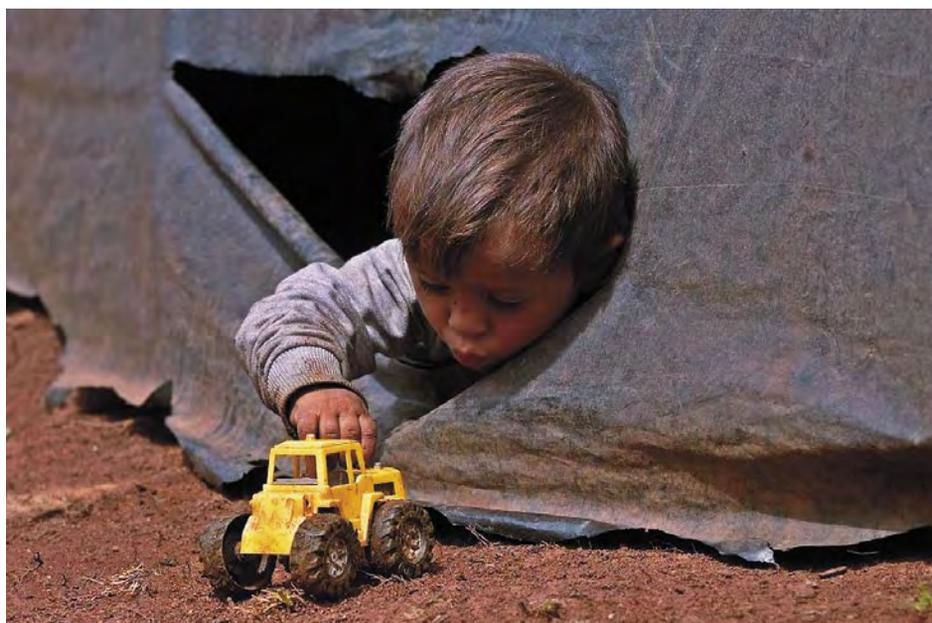
Apenas 5% dos cerca de 6 milhões de crianças e jovens brasileiros em idade escolar com algum tipo de deficiência recebem atendimento especializado no País.

Setembro

Impossibilitando a instalação de computadores, a falta de energia elétrica atinge 41% das escolas de ensino fundamental do País.

A EVOLUÇÃO NO DESEMPENHO DOS VEÍCULOS

O espaço da cobertura associada aos direitos de crianças e adolescentes cresceu muito nos últimos anos. Os progressos qualitativos, no entanto, ainda precisam de consolidação



"Infância na Lona", de Patrícia Santos. Folha de S. Paulo (SP). Finalista da 6ª edição. 2002/2003

Em sete anos, o volume de textos publicados na imprensa brasileira sobre os temas referentes ao universo infanto-juvenil registrou um aumento notável, traduzido pela diferença entre as 10.700 inserções computadas em 1996 e as 93.581 classificadas em 2002. Abrangendo 50 dos mais importantes jornais do País, a pesquisa **Infância na Mídia** verificou um aumento de 774% na quantidade de textos sobre crianças e adolescentes nesse período (*veja a tabela que detalha essa evolução na página ao lado*).

A expressividade desses números merece ser comemorada não só pela ANDI, pelo Instituto Ayrton Senna e seus parceiros. Ela deve ser vista como resultado de fatores que têm origem, sobretudo, no amplo enfrentamento dos desafios impostos pela realidade brasileira à área da infância e da juventude. Ao encará-los, a sociedade abriu espaço para que a mídia passasse a registrar com maior frequência o avanço ou o retrocesso, a omissão ou o empenho, a eficácia ou a inoperância das diversas ações e propostas para a solução dos problemas que impactam tão gravemente o presente e o futuro de meninos e meninas. É também motivo de comemoração o fato de a evolução no número de textos ter sido verificada em todos os veículos monitorados.

1 9 8

Setembro

O Brasil sobe do 68º para o 62º lugar na classificação do Índice de Desenvolvimento Humano do Pnud, que inclui 174 países.

PERFIS FORTALECIDOS

No início do processo de acompanhamento foi detectado pela pesquisa **Infância na Mídia** que a agenda dos direitos da criança e do adolescente era objeto de atenção principalmente dos cinco jornais de alcance nacional – *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo*, *O Globo*, *Jornal do Brasil* e *Correio Braziliense*. Entre 1998 e 1999, contudo, esse quadro começou a mudar. No *ranking* elaborado a partir da quantidade de matérias publicadas pelos veículos, as primeiras posições passaram a contar com a presença de diários como *A Tarde* e *Correio da Bahia*, ambos editados em Salvador; o *Estado de Minas*; o *Liberal*, do Pará; *A Crítica*, do Amazonas; o *Meio Norte*, do Piauí; a *Folha de Londrina*, do Paraná e o *Jornal de Brasília* (veja na próxima página a classificação dos jornais mais atuantes, ano a ano, segundo a quantidade de matérias veiculadas).

Existem diferenças significativas entre a cobertura desenvolvida pelos jornais de influência nacional e a daqueles que são distribuídos apenas regionalmente – isso se aplica ao processo de seleção de pautas, à formatação editorial e à repercussão pública. Entretanto, ambos os grupos desempenham papéis de grande relevância na construção e na realimentação de um ambiente de debate sobre as questões referentes à infância e à juventude.

Com maior tiragem, estruturas mais sofisticadas e, geralmente, maior número de páginas, os veículos de alcance nacional podem trabalhar de forma mais contextualizada e plural a abordagem das políticas públicas prioritárias para a agenda dos direitos de crianças e adolescentes. Em virtude da facilidade de acesso a um conjunto mais amplo de fontes e dados, também contam com melhores condições para desenvolver investigações de profundidade. Além disso, os textos que publicam costumam impactar mais direta e imediatamente os integrantes de grupos decisórios na área pública e na sociedade civil organizada, assim como os formadores de opinião.

Por outro lado, estruturas menos complexas, como as geralmente encontradas em jornais regionais, não são, necessariamente, condicionantes de uma abordagem simplista das questões relativas a crianças e adolescentes. Ao contrário, a proximidade com os problemas locais e suas possíveis soluções podem resultar em tratamento jornalístico efetivo e mobilizador dos poderes públicos e da sociedade como um todo. Não por acaso, muitos desses veículos optam por concentrar esforços no âmbito da capital de seus estados – alguns avançam também para uma cobertura mais consistente do interior –, deixando às agências de notícias a tarefa de gerar o noticiário diário das áreas de política e economia.

Por fim, há aspectos conjunturais que não devem ser desprezados. Ao longo dos últimos anos, o governo federal vem desenvolvendo esforços no sentido de descentralizar a execução de políticas públicas, delegando a estados e municípios a gestão de alguns dos mais importantes programas de impacto social imediato. Isso direciona para níveis locais de gerenciamento decisões que certamente são objeto de interesse da população infantil e adolescente – e que vêm merecendo uma atenção mais constante por parte dos veículos regionais.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO TOTAL DE TEXTOS VEICULADOS – 1996 A 2002



Setembro

Pelo menos 100 pessoas foram presas, acusadas de pertencer a uma rede de pedofilia via internet, numa operação que envolveu policiais de 20 países. A Operação Catedral, coordenada pela Interpol, foi considerada a maior do gênero já realizada.

Outubro

ANDI e Unicef lançam projeto *O país que queremos* para investigar os motivos pelos quais apenas 27,4% dos 6,8 milhões de adolescentes entre 16 e 17 anos votaram nas eleições de 1998.

Outubro

O Instituto Ayrton Senna e a Audi anunciam parceria no programa *Educação pelo Esporte* com o objetivo de proporcionar a crianças e jovens experiências que estimulem, por exemplo, a convivência.

JORNAIS MAIS ATUANTES — 1996 A 2002 (CONSOLIDADO)

JORNALIS									
1º	Correio Braziliense-DF	11º	Jornal de Brasília-DF	21º	Zero Hora-RS	31º	Jornal do Comercio-PE	41º	O Dia-PI
2º	Folha de S. Paulo-SP	12º	Estado de Minas-MG	22º	A Notícia-SC	32º	Diário de Pernambuco-PE	42º	Jornal da Tarde-SP
3º	O Estado de S. Paulo-SP	13º	A Crítica-AM	23º	O Estado do Maranhão-MA	33º	Diário da Amazônia-AM	43º	Jornal do Tocantins-TO
4º	Meio Norte-PI	14º	O Povo-CE	24º	O Dia-RJ	34º	Diário de Natal-RN	44º	Diário de Cuiabá-MT
5º	O Globo-RJ	15º	Diário do Nordeste-CE	25º	O Estadão -RO	35º	Diário da Tarde-MG	45º	Jornal da Cidade-SE
	Folha de Londrina-PR	16º	Diário de S. Paulo-SP*	26º	Diário do Pará-PA	36º	Tribuna do Norte-RN	46º	Correio de Sergipe - SE
7º	O Liberal-PA	17º	Hoje em Dia-MG	27º	Jornal do Brasil-RJ	37º	O Norte-PB	47º	Tribuna da Bahia-BA
8º	Correio da Bahia-BA	18º	O Popular-GO	28º	A Gazeta-MT	38º	Tribuna de Alagoas-AL	48º	A Gazeta-AC
9º	Gazeta do Povo-PR	19º	A Gazeta-ES	29º	Folha do Estado-MT	39º	Diário Catarinense-SC	49º	Gazeta Mercantil-SP
10º	A Tarde-BA	20º	Correio da Paraíba-PB	30º	Gazeta de Alagoas-AL	40º	O Imparcial-MA	50º	Valor Econômico-SP

Valor Econômico (SP) e Gazeta Mercantil (SP) obtiveram a menor pontuação, fato justificado pelo perfil dos veículos, totalmente voltados aos temas de economia e negócios (é importante lembrar, em relação à Gazeta, que também foram analisadas as reportagens de seu caderno regional Centro-Oeste, mas não os das demais regiões).

* O Diário de S. Paulo foi, até 1999, acompanhado com seu nome anterior – Diário Popular.

A COBERTURA REGIONAL

As diferenças estruturais entre jornais de abrangência nacional e regional não são, portanto, as principais determinantes da qualidade – ou mesmo dos aspectos quantitativos – do material que produzem sobre a pauta da infância e da adolescência. Mas é possível fazer algumas observações sobre a cobertura das duas categorias de veículos a partir da comparação dos dados de alguns dos *rankings* que radiografam sete anos da pesquisa da ANDI e do Instituto Ayrton Senna.

O primeiro é o já mencionado *ranking* qualitativo, desenvolvido de modo a captar detalhes substantivos e nuances dos enfoques propostos pela imprensa para o tratamento dos temas na produção editorial monitorada em 2002 para o **Relatório Infância na Mídia 2002/2003**. O segundo é o *ranking* que totaliza a participação quantitativa dos jornais monitorados ao longo de todo o período entre 1996 e 2002. Um terceiro ponto de vista pode ser obtido pela avaliação dos *rankings* quantitativos anuais (veja tabelas nesta e nas páginas de 37 a 40) de reportagens veiculadas ao longo dos sete anos: quatro jornais de influência nacional (*Correio Braziliense*, *Folha de S. Paulo*, *O Estado de S. Paulo* e *O Globo*) estão entre os

1998

Novembro

Dados do IBGE revelam que a taxa de mortalidade entre crianças negras e pardas no Brasil é dois terços superior à da população branca da mesma idade.

Novembro

A TV Cultura recebe o Prêmio Unicef/International Council Award 1998, entregue à tevê que apresenta a melhor programação do Dia Internacional da Criança. A emissora competiu com outras 2 mil de todo o mundo.

Novembro

Unicef e Fundação Abrinq lançam o projeto *Prefeito Amigo da Criança*.

cinco melhor posicionados. Quando se observa a questão qualitativa – medida, ressalte-se, a partir de 2002 – sete jornais regionais estão entre aqueles que ocupam as dez primeiras colocações: o baiano *A Tarde*, o cearense *O Povo*, a *Gazeta do Povo*, do Paraná; *O Popular*, editado em Goiânia; o *Estado de Minas*; *A Gazeta*, do Mato Grosso, e *A Notícia*, de Santa Catarina. *Correio Braziliense*, *O Globo* e *Folha de S. Paulo* completam a lista.

O mapa da mídia

Entre os veículos monitorados, o *Correio Braziliense* se destaca por ocupar o primeiro lugar tanto no aspecto qualitativo (dados relativos a 2002) quanto na quantidade de textos publicados entre 1996 e 2002. Nesse período, só por duas vezes – em 2000 e 2002 – deixou de liderar o *ranking* anual relativo ao volume de matérias publicadas. Essa primazia explica-se pelo investimento do jornal na diversificação da cobertura na área social. Em sua 11ª edição, lançada em setembro de 2001, a pesquisa **Infância na Mídia** buscou mais detalhes dessa proposta entrevistando o então chefe de reportagem Ricardo Noblat, que esteve à frente do jornal entre 1994 e 2002. Para ele,

RANKING QUANTI-QUALITATIVO 2002

JORNALIS									
1º	Correio Braziliense-DF	11º	Hoje em Dia-MG	21º	Zero Hora-RS	31º	Gazeta de Alagoas-AL	41º	Jornal o Dia-PI
2º	A Tarde-BA	12º	O Estado de S. Paulo-SP	22º	Tribuna de Alagoas-AL	32º	Jornal da Cidade-SE	42º	Jornal do Brasil-RJ
3º	O Povo-CE	13º	Meio Norte-PI	23º	Diário Catarinense-SC	33º	O Dia-RJ	43º	Tribuna da Bahia-BA
4º	Gazeta do Povo-PR	14º	A Crítica-AM	24º	Diário do Nordeste-CE	34º	Correio de Sergipe-SE	44º	O Norte-PB
5º	O Popular-GO	15º	O Estado do Maranhão-MA	25º	Jornal do Comercio-PE	35º	Diário de Pernambuco-PE	45º	Tribuna do Norte-RN
6º	Estado de Minas-MG	16º	Correio da Bahia-BA	26º	Diário de S. Paulo-SP	36º	Diário da Amazônia-RO	46º	O Estadão do Norte-RO
7º	A Gazeta-MT	17º	A Gazeta-ES	27º	Folha de Londrina-PR	37º	O Liberal-PA	47º	A Gazeta-AC
8º	O Globo-RJ	18º	O Imparcial-MA	28º	Jornal do Tocantins-TO	38º	Diário da Tarde-MG	48º	Diário do Pará-PA
9º	A Notícia-SC	19º	Jornal de Brasília-DF	29º	Diário de Natal-RN	39º	Correio da Paraíba-PB	49º	Valor Econômico-SP
10º	Folha de S. Paulo-SP	20º	Diário de Cuiabá-MT	30º	Jornal da Tarde-SP	40º	Folha do Estado-MT	50º	Gazeta Mercantil-SP

Os jornais de influência nacional não são necessariamente os que ocupam o topo da lista, com exceção do *Correio Braziliense*. *O Globo*, *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* estão em condições semelhantes a veículos considerados de pequeno e médio porte, como *O Povo* (CE), *A Notícia* (SC) e *A Gazeta* (ES). A boa colocação do *Estado de Minas* também merece atenção. *Valor Econômico* e *Gazeta Mercantil* estão em situação especial, explicitada na legenda da tabela anterior.

Novembro

Realizado em Brasília o V Encontro Nacional dos Meninos e Meninas de Rua.

Dezembro

De cada dez jovens brasileiros que morrem com idade entre 15 e 24 anos, seis são vítimas de acidente de trânsito, homicídio, suicídio ou outra causa violenta, revela a pesquisa *Mapa da Violência: os Jovens do Brasil*, realizada pela Unesco e pelo Instituto Ayrton Senna.

Dezembro

Em dois anos, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) coloca 73 mil crianças de oito estados brasileiros na escola.

JORNALIS MAIS ATUANTES – 1996 A 2002 (ANUAL)

1996		1997		1998		1999	
1º	Correio Braziliense - DF						
2º	Folha de S. Paulo - SP	2º	Folha de S. Paulo - SPT	2º	Folha de S. Paulo - SP	2º	Folha de S. Paulo - SP
3º	O Estado de S. Paulo - SP	3º	O Estado de S. Paulo - SP	3º	O Estado de S. Paulo - SP	3º	Meio Norte - PI
4º	O Globo - RJ	4º	O Globo - RJ	4º	O Globo - RJ	4º	A Tarde - BA
5º	Jornal do Brasil - RJ	5º	Jornal de Brasília - DF	5º	Meio Norte - PI	5º	O Estado de S. Paulo - SP
6º	Jornal de Brasília - DF	6º	Jornal do Brasil - RJ	6º	Jornal do Brasil - RJ	6º	Gazeta do Povo - PR
7º	A Tarde - BA	7º	O Povo - CE	7º	Jornal de Brasília - DF	7º	Folha de Londrina - PR
8º	O Povo - CE	8º	O Popular - GO	8º	Estado de Minas - MG	8º	Jornal de Brasília - DF
9º	Diário de Pernambuco - PE	9º	A Tarde - BA	9º	A Tarde - BA	9º	Estado de Minas - MG
10º	Estado de Minas - MG	10º	Diário de S. Paulo - SP	10º	O Popular - GO	10º	O Globo - RJ

a postura adotada pelo *Correio* consolidou-se rapidamente: “Em qualquer veículo”, afirmava na época, “a transformação dos temas sociais em pautas diárias não se dá exclusivamente pela deliberação da diretoria de redação, depende também de os profissionais se interessarem mais, ou menos, por essas questões”.

De acordo com Josemar Gimenez, que assumiu no segundo semestre de 2002 a diretoria de redação do *Correio*, em que pesem os ajustes realizados em decorrência da elevação de custos operacionais e da diminuição no número de páginas nas edições diárias do veículo, não houve perda de espaço para as pautas relativas à criança e ao adolescente. “Essa cobertura está entre os diferenciais do *Correio*, e é preciso preservar isso”, diz Gimenez, que também dirige a redação do *Estado de Minas*, sexto colocado na classificação qualitativa de 2002 e 11º no *ranking* quantitativo. Na opinião dele, o fato de Minas Gerais ser um estado de grandes desigualdades leva o jornal a dar mais atenção às pautas sociais – e entre elas estão aquelas que registram as situações vividas por crianças e adolescentes.

Em busca da qualidade

Os resultados relativos a 2002 também colocam o baiano *A Tarde* em destaque, com a segunda melhor classificação qualitativa e com a décima posição no *ranking*

JORNALIS MAIS ATUANTES — 1996 A 2002 (ANUAL)

2000		2001		2002	
1º	Estado de Minas - MG	1º	Correio Braziliense - DF	1º	A Tarde - BA
2º	O Liberal - PA	2º	O Liberal - PA	2º	Folha de Londrina - PR
3º	Correio da Bahia - BA	3º	A Crítica - AM	3º	Correio da Bahia - BA
4º	A Tarde - BA	4º	Jornal de Brasília - DF	4º	Jornal de Brasília - DF
5º	Meio Norte - PI	5º	A Tarde - BA	5º	Correio Braziliense - DF
6º	Diário de S. Paulo - SP	6º	Folha de S. Paulo - SP	6º	Gazeta do Povo - PR
7º	Correio Braziliense - DF	7º	Folha de Londrina - PR	7º	O Liberal - PA
8º	Folha de S. Paulo - SP	8º	Correio da Bahia - BA	8º	A Crítica - AM
9º	A Crítica - AM	9º	Meio Norte - PI	9º	Meio Norte - PI
10º	Hoje em Dia - MG	10º	O Estado de S. Paulo - SP O Globo - RJ	10º	O Estado de S. Paulo - SP

Os resultados nos primeiros anos de monitoramento apontam para o predomínio dos jornais de circulação nacional nas primeiras posições do ranking quantitativo. Essa tendência praticamente se inverte nos últimos levantamentos, com os veículos regionais ocupando a maior parte das primeiras posições no que se refere ao número de textos publicados.

Em 2001, O Globo (RJ) e O Estado de S. Paulo, ocuparam, juntos, a décima posição entre os jornais mais atuantes.

quantitativo 1996-2002. Desde o ano 2000, quando foi criado em sua redação o movimento Estado de Paz, em consequência do assassinato da repórter Maristela Douglas, o jornal tem dedicado grande espaço aos temas relacionados à área de Direitos Humanos, o que teve, de imediato, reflexos na qualidade da abordagem e no aprofundamento da pauta da infância e da adolescência.

Há outros exemplos de veículos, regionais ou não, com postura editorial consistente diante dessa pauta. Um desses casos é o do jornal *O Globo*: paralelamente à quinta posição no *ranking* quantitativo relativo aos sete anos, apresenta uma colocação destacada – 8º lugar – na classificação qualitativa referente a 2002. Na avaliação de seu diretor de redação, Rodolfo Fernandes, os temas relativos a crianças e adolescentes ganharam relevância na imprensa como parte de um amplo processo de conscientização do País – processo do qual a própria mídia é causa e consequência. “A partir do fim do período inflacionário, que engessava as discussões sobre as reais prioridades no Brasil, a questão social apareceu com toda a sua força para a sociedade. Como não poderia deixar de ser, a imprensa passou a tratar o tema com mais relevância”, argumenta Fernandes.

1 9 9 9

Janeiro

A Abranet (Associação Brasileira de Provedores de Internet) lança a campanha *Pornografia Infantil Não*, que envolve a criação de canais de denúncia em cada provedor, especialmente em páginas que podem ser usadas para troca de material fotográfico.

Fevereiro

O governo prevê um corte de 63% no orçamento para o Peti, o que comprometeria seriamente o programa. Diante da repercussão, o governo recua.

O repórter como diferencial

Boas colocações segundo os dois critérios são um mérito também de *O Povo*, do Ceará (terceiro colocado segundo o viés de qualificação da cobertura em 2002 e 13º nos aspectos quantitativos relativos aos sete anos) e da *Gazeta do Povo*, do Paraná (sexto no *ranking* qualitativo e nono na classificação quantitativa). Tanto o diretor de redação da *Gazeta*, Arnaldo Cruz, quanto a editora-chefe de *O Povo*, Fátima Sudário, concordam que a consolidação da qualidade nas redações de seus veículos se deu em razão do maior envolvimento de seus profissionais com os temas referentes ao universo infanto-juvenil.

Essa avaliação é compartilhada também por Daniel Bramatti, editor-adjunto da editoria de Cotidiano da *Folha de S. Paulo*, jornal que ocupa a segunda colocação no número de inserções acumuladas ao longo dos sete anos e a 10ª posição entre os veículos que tratam qualificadamente essas pautas. É à editoria de Cotidiano que estão vinculados os temas sociais. “A cobertura dessas questões está entre as prioridades da *Folha*, embora não tenhamos setoristas para a área”, explica Daniel Bramatti. “Em vez disso, procuramos disseminar em toda a equipe a preocupação com o assunto”, complementa.

Comportamentos contrastantes

Não faltam entre os veículos monitorados pela pesquisa **Infância na Mídia**, contudo, casos em que o critério quantitativo claramente supera o posicionamento quanto à qualidade. Em alguns desses, a diferença não chega a ser gritante. O piauiense *Meio Norte*, por exemplo, ocupa a quarta

posição do *ranking* quantitativo consolidado – fato que, segundo o chefe de redação, Arimatéa Carvalho, se deve principalmente à atuação da editoria de Cidades, que busca traduzir as “desigualdades sociais no estado das quais meninos e meninas são as grandes vítimas”. Mas a 13ª posição qualitativa em 2002, apesar de estar à frente de praticamente 75% dos veículos pesquisados, revela que o jornal ainda necessita aprimorar a cobertura desses temas.

Esse problema se acentua no paranaense *Folha de Londrina*, que dividiu com *O Globo* a quinta colocação no *ranking* quantitativo dos sete anos, mas chegou em 27º lugar na classificação qualitativa referente a 2002. Para o coordenador de jornalismo de sua sucursal de Curitiba, Leandro Donatti, o bom desempenho no volume de textos “é resultado da abordagem de um tema que atrai leitores, informa e educa a população”. Ele reconhece, no entanto, que o jornal precisa ainda trabalhar melhor a diversificação de fontes e o debate de soluções para as questões referentes a crianças e adolescentes.

Situação similar à do *Meio Norte* e da *Folha de Londrina*, porém com preocupante agravamento na distância entre os desempenhos quantitativos e qualitativos, é a verificada no *O Liberal*, do Pará. Sexto colocado no número de inserções totalizadas entre 1996 e 2002, é apenas 37º quanto à qualidade da cobertura realizada em 2002. *

JORNAIS MAIS ATUANTES, POR REGIÃO – 1996 A 2002 (CONSOLIDADO)

REGIÃO	JORNAIS
Norte	A Crítica – AM O Estadão – RO Diário do Pará – PA
Nordeste	Meio Norte – PI Correio da Bahia – BA A Tarde – BA
Centro-Oeste	Correio Braziliense – DF Jornal de Brasília – DF O Popular – GO
Sudeste	Folha de S. Paulo – SP O Estado de S. Paulo – SP O Globo – RJ
Sul	Folha de Londrina – PR Gazeta do Povo – PR Zero Hora – RS

1999

Março

O Ministério da Saúde e o BNDES apresentam os benefícios do método “mãe-canguru” de assistência a bebês prematuros, que reduz em 70% os custos com o tratamento.

Março

Crianças e jovens são alvo da *Campanha Mundial de Combate à Aids*, lançada em Brasília pela Unaid.

Março

A Fundação Banco do Brasil, o Ministério da Saúde e a Fundação Orsa lançam o *Projeto Criança e Vida*, para apoiar, promover e financiar atendimentos a crianças com câncer.

PARCERIAS LOCAIS ESTIMULAM DIÁLOGO

Diante da constatação de que era essencial lançar um olhar mais atento à produção regional da mídia no que diz respeito à pauta da infância e da adolescência, em março do ano 2000 nasceu a *Rede ANDI Brasil – Comunicadores pelos Direitos da Criança e do Adolescente*, uma parceria entre a ANDI e outras organizações de comunicação, sediadas em diversos estados do País. Atuando a partir da disseminação das experiências, estratégias e métodos desenvolvidos pela ANDI nos últimos anos, em maio de 2004 nove agências regionais já acompanhavam diariamente o noticiário de mais de 80 jornais da capital e do interior de estados das cinco regiões brasileiras.

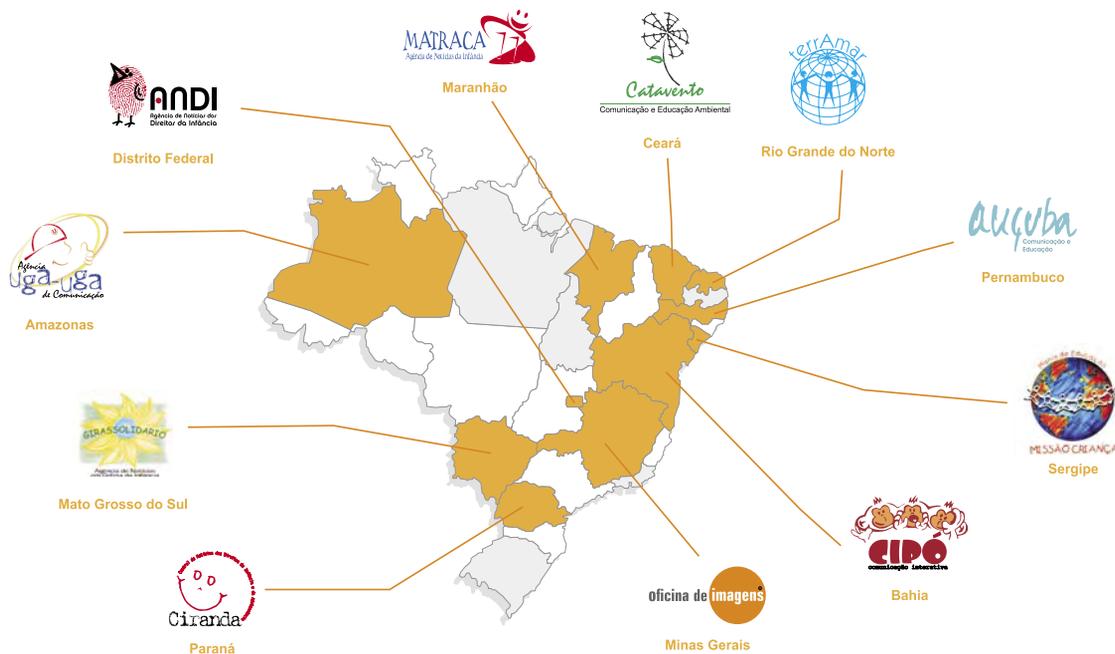
A Rede é gerenciada pela Secretaria-Executiva da Rede ANDI e sua consolidação aconteceu com o apoio da Fundação Avina, Fundação Kellogg, Comunidade Européia, Save the Children Suécia e Unicef. Os líderes das ONGs compõem o Conselho Gestor da Rede, responsável pelo desenvolvimento de estratégias e produtos que facilitem a criação de uma cultura de respeito aos direitos das novas gerações. Entre os produtos gerados em cada agência estão uma agenda semanal denominada *Prioridade Absoluta*, que divulga os principais fatos relacionados com a infância e adolescência nos estados, os *clippings* locais diários e a regionalização do *Banco de Fontes*. Além disso, cada

filial realiza análises quanti-qualitativas anuais do comportamento dos veículos de comunicação regionais na cobertura das questões prioritárias para nossas crianças e adolescentes.

A articulação da Rede permitiu uma significativa ampliação do universo dos jornais monitorados pela ANDI (de 50 para 107 veículos), mais que dobrando o número focalizado na pesquisa *Infância na Mídia*.

Formam a Rede ANDI Brasil

- **Agência Uga-Uga de Comunicação**, do Amazonas
- **Oficina de Imagens – Comunicação e Educação**, de Minas Gerais
- **Auçuba – Comunicação e Educação**, de Pernambuco
- **Catavento Comunicação e Educação Ambiental**, do Ceará
- **Cipó – Comunicação Interativa**, da Bahia
- **Ciranda – Central de Notícias dos Direitos da Infância**, do Paraná
- **Associação Companhia TerrAmar**, do Rio Grande do Norte
- **Girassolidário – Agência de Notícias em Defesa da Infância**, do Mato Grosso do Sul
- **Matraca – Agência de Notícias da Infância**, do Maranhão
- **Missão Criança Aracaju**, de Sergipe



Abril

Projeto de lei apresentado pela deputada Rita Camata institui o 18 de maio como o *Dia Nacional de Combate ao Abuso e à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes*.

Abril

Entra em vigor a lei de educação ambiental, que não torna obrigatória a criação de uma disciplina específica, mas dispõe que conhecimentos sobre meio ambiente deverão constar em todos os níveis e disciplinas.

Maio

A pesquisa *Fala Galera – Violência, Juventude e Cidadania no Rio de Janeiro*, da Unesco e Fundação Oswaldo Cruz, em parceria com o Instituto Ayrton Senna e Fundação Ford, mostra que 170 mil jovens cariocas de 15 a 20 anos saem às ruas, todos os finais de semana, só para brigar.

DEFININDO A AGENDA

O predomínio de alguns assuntos nos meios de comunicação, ao longo de sete anos, confirma as prioridades da agenda pública para o universo infanto-juvenil

Os temas Educação, Violência, Saúde, Direitos & Justiça e Terceiro Setor destacaram-se, ao longo do período coberto pelas pesquisas **Infância na Mídia**, como aqueles de maior presença quantitativa nas abordagens da mídia impressa brasileira. Todos eles, é importante reconhecer, garantiram visibilidade proporcional ao papel central que desempenham no contexto da agenda da infância e da adolescência – seja por representarem oportunidades concretas de inclusão social e resgate de cidadania, seja por refletirem, no caso da violência, um gravíssimo cenário de violação dos direitos desses segmentos etários.

O destaque atribuído pela imprensa a esses temas não manteve constante entre 1996 e 2002. Contudo, é possível observar a consolidação, nas redações de todo o País, de uma pauta afinada com as questões que demandavam maior atenção por parte dos responsáveis pela concepção e implementação das políticas governamentais. Também é bom lembrar das organizações da sociedade civil que, ao longo da década de 1990, ampliaram sensivelmente o espectro de sua atuação nas diversas áreas sociais.



"Professora garante...", de Sebastião Moreira. O Estado de S. Paulo (SP). Finalista da 2ª edição. 1998/1999



Maior

Alagoas é recordista em mortalidade infantil. O índice é quatro vezes maior do que o considerado aceitável pela OMS.

EDUCAÇÃO FAZ A HORA

Hoje é comum que a mídia – e a sociedade de modo geral – reconheçam a escola como o primeiro passo para a inserção social ou para, pelo menos, escapar da exclusão e da pobreza. Mas no começo dos anos 1990 a realidade era outra. Educação não era um tema nobre no noticiário e ocupava, segundo a mesma metodologia aplicada pela ANDI e o Instituto Ayrton Senna ao noticiário de hoje, apenas o quinto lugar no *ranking* dos assuntos mais abordados.

Em 1998, Educação saltou para o topo da lista, onde se encontra desde então. Tal destaque reflete a prioridade conquistada junto à agenda pública: nunca se falou – e investiu – tanto em Educação quanto nos últimos anos, seja como direito inalienável, seja como saída para as mazelas sociais, ou ainda como instrumento balizador de políticas públicas nas mais diversas áreas. Segundo Marco Antônio Araújo, professor da Faculdade Cásper Líbero e criador da revista *Educação*, naquele momento “o governo federal proporcionou uma mudança de patamar no debate sobre a questão, incorporando ao seu discurso números e estatísticas que facilitaram a abordagem do tema”. Sabe-se, contudo, que diversos índices relativos à Educação no País continuam bastante irregulares.

O papel do governo na pauta

Ao lado de um maior cuidado com as informações quantitativas sobre o assunto, a área de educação do governo federal passou a utilizar com maior competência as ferramentas de comunicação. Esses recursos foram acionados de forma tão contínua que atualmente é difícil encontrar um cidadão que não concorde com a idéia de que freqüentar a escola pode até não garantir um futuro brilhante, mas que sem ela é praticamente impossível chegar a algum lugar.

De acordo com Tânia Viegas, coordenadora de comunicação do Ministério da Educação de janeiro de 1995 a fevereiro de 2001, a comunicação de governo teve, de fato, um papel fundamental na ampliação das discussões sobre o tema, mas não teria realizado nada sozinha. “As ações de comunicação só foram representativas porque havia uma política séria para a área. Tínhamos pessoas certas, o ambiente era propício, havia democracia e uma imprensa amadurecida para ser palco e ator desse movimento. A comunicação, no entanto, não reverte maus resultados de gestão ou a ineficiência de políticas públicas mal concebidas”, afirma.

Novas propostas editoriais

Foi a dinâmica desse cenário, com o visível esforço do Estado e de inúmeros atores da sociedade civil para ampliar e qualificar o sistema público de ensino, que impulsionou o tema da Educação, no primeiro semestre de 1998, ao primeiro lugar em número de textos, no universo da pesquisa **Infância na Mídia**. Um caderno sobre a questão, publicado pelo jornal carioca *O Dia*, ganhara, naquele ano, o *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*. Na edição anterior da pesquisa, o jornalista Fernando Rossetti, então na *Folha de S. Paulo*, defendera a proposta de que os jornais deveriam ter uma editoria especializada na área, em razão da riqueza e da multiplicidade de aspectos que o tema permitiria abordar.

EDUCAÇÃO — 1996 A 2002

Posição no *ranking* quantitativo de temas



Em 1996, havia 33,1 milhões de crianças matriculadas no ensino fundamental e 5,7 milhões de jovens no ensino médio. Sete anos depois, o crescimento foi de 6% para o primeiro caso e de 51% para o segundo. Em números absolutos, 2 milhões de novos alunos passaram a freqüentar a escola da primeira à oitava série e outros 3 milhões nas três séries seguintes.

O percentual de crianças matriculadas no ensino fundamental está hoje próximo de 100%. Apesar disso, as taxas de repetência, embora tenham caído entre 1996 e 2000, passando de 26% para 21% no ensino fundamental e de 22% para 18% no ensino médio, continuam vergonhosas. Os índices de evasão aumentaram no mesmo período: de 4,6% para 4,9%, no ensino fundamental, e de 5,2% para 8%, no ensino médio.

Maio

O número de partos entre meninas de 10 a 14 anos cresce 20% em 4 anos no Brasil, segundo o Ministério da Saúde. No sistema público de saúde, 80% das internações de adolescentes entre 15 e 19 anos são resultado de gravidez.

Junho

Criança no Lixo Nunca Mais é o tema da campanha lançada pelo Fórum Lixo e Cidadania, composto pelo Unicef, ONGs e governo.

Junho

A assembleia anual da OIT, que reúne representantes de 174 países, aprova a Convenção 182, relativa à interdição das piores formas de trabalho de crianças e adolescentes no mundo.

Para Rossetti, "mesmo que a educação não dê retorno financeiro imediato para os editores, isso será apenas momentâneo. Em longo prazo, a cobertura profunda e responsável tende a elevar a qualidade geral da educação no País. E isso resulta em uma população mais letrada, produz consumidores críticos para o mercado editorial". Ou seja, para que a imprensa desempenhe efetivamente seu papel social na melhoria do ensino é necessário que ela invista mais na especialização e na profissionalização da cobertura desses temas.

MAIS QUE AS PRIMEIRAS LETRAS

A metodologia da pesquisa **Infância na Mídia** aplicada sobre o material publicado em 1999 refinou ainda mais o processo de avaliação da cobertura jornalística sobre a Educação. Com os temas centrais divididos em subtemas, foi possível investigar recortes específicos, traçando um panorama, ainda que geral, sobre, por exemplo, as principais características do tratamento editorial oferecido aos diversos níveis de ensino da escola brasileira, à atuação dos professores e ao vestibular.

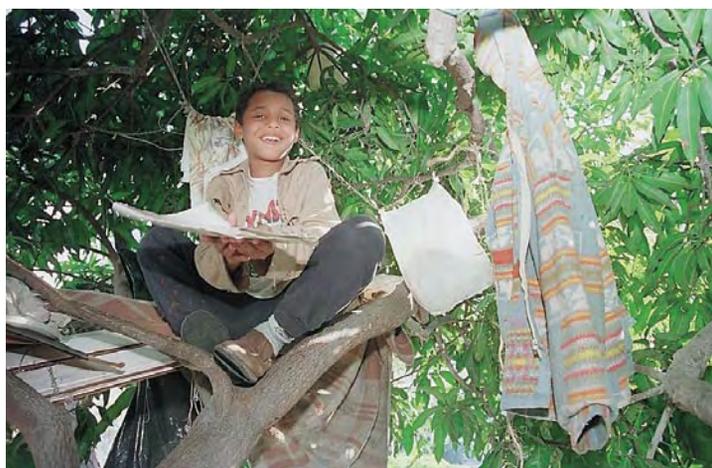
Em 2002, a sofisticação dos recursos da análise atinge um terceiro nível, que permite detalhar as questões relativas a esses subtemas. Assim, passa a ser possível identificar, além dos aspectos rotineiramente apontados nas pesquisas, se havia, por exemplo, menções à merenda, aos aspectos pedagógicos ou à luta dos professores por melhores salários e condições de ensino.

Fontes esquecidas

Ao longo de todo esse período, porém, as pesquisas indicavam que a imprensa continuava a manter excessiva dependência de fontes governamentais. Em 1999, por exemplo, estudo que subsidiou o *Fórum Mídia e Educação* chamava a atenção para o fato de que significativa parcela das matérias tinha o Ministério da Educação como fonte, certamente efeito colateral da eficiente política de comunicação governamental (*mais detalhes sobre o Fórum Mídia e Educação foram abordados na página 20*). A preocupação em descobrir quais eram as vozes que deflagravam o noticiário e medir a participação de cada uma nos textos analisados já havia se

transformado em rotina nas pesquisas realizadas pela ANDI, Instituto Ayrton Senna e seus parceiros, tanto no âmbito de **Infância na Mídia** quanto no das Análises Especiais Temáticas.

Com os avanços metodológicos de 2002, foi possível radiografar as vozes menos ouvidas no noticiário. Na área de Educação, constatou-se que, apesar do incentivo para que a pauta saísse dos gabinetes, diversos atores ainda têm muito que conquistar como sujeitos das notícias. Crianças e adolescentes, por exemplo, são fontes em apenas 7% das matérias, enquanto os profissionais da escola estão em somente 16% dos textos.



"Bruno Macedo Assad", de Marcos Mendes. *O Estado de S. Paulo* (SP). Finalista da 3ª edição. 1999/2000

1999

Junho

Das seis metas básicas em educação definidas pela *Conferência Mundial Sobre Educação para Todos*, em 1999, o MEC afirma que o Brasil só deverá cumprir integralmente duas: universalizar o ensino primário e mobilizar a sociedade em prol da educação.

Julho

Rodrigo Baggio, criador do Comitê para a Democratização da Informática (CDI) é apontado pela revista *Time* e pela CNN como um dos 20 jovens que serão os líderes do planeta no terceiro milênio.

Julho

O Brasil não cumprirá 10 das 27 metas da ONU na para a infância definidas na *Cúpula Mundial pela Infância*, ocorrida em Nova York, em 1990, prevê o Unicef.

Ao buscar a intersecção com a família, descobriu-se que, na cobertura sobre os direitos das novas gerações, mães e pais são pouco ouvidos. A consulta aos familiares aconteceu em irrisórios 3,8% dos textos. Destes, a voz materna está em 72%, enquanto a dos pais só em 28%.

Para a jornalista Marta Avancini, que trabalhou como repórter em *O Estado de S. Paulo* e hoje atua como pesquisadora-assistente da Unesco, a predominância das fontes oficiais atinge não apenas a cobertura dos assuntos referentes à Educação, mas também a de outras áreas sociais. E, segundo ela, esse fenômeno acontece também em outros países. “Isso resulta de um ‘vício de olhar’ que decorre da maneira pela qual os veículos da chamada grande imprensa estão estruturados – eles tendem a priorizar os aspectos da macro-política e da macro-economia, o que os leva a relegar aquilo que é considerado como detalhamento”, acredita Marta. “Quando há pressão por espaço, as matérias da área social tendem a diminuir e, nesse caso, prioriza-se a informação mais importante dentro da perspectiva dos jornais – a informação oficial”, completa.

COBERTURA FACTUAL PARA A VIOLÊNCIA

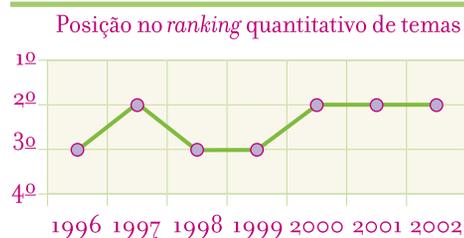
“A violência tornou-se um aspecto tão cotidiano na vida do carioca que não se consegue abrir espaço para discuti-la sob novas óticas”, apontava a pesquisa **Infância na Mídia** em 1996. A mesma afirmação poderia ter sido usada, sete anos depois, na edição de 2002. Para quem está atento ao acelerado ritmo que o processo de exclusão social vem tomando em nosso País nas últimas décadas, infelizmente essa realidade não soa insólita. Ironicamente, um dos marcos no lento processo de reconhecimento de que há um poder paralelo ameaçando não apenas a periferia das grandes cidades, mas o próprio Estado de Direito, foi a ação absurda contra um representante da mídia – o jornalista Tim Lopes, morto em junho de 2002 por traficantes do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Da mesma maneira que é difícil apontar avanços consistentes nos esforços pelo enfrentamento à violência, não há como ressaltar divisores na cobertura sobre o tema. Em sete anos de **Infância na Mídia**, os assuntos relacionados ao fenômeno – lembrando que a metodologia aplicada quantifica em separado os crimes de cunho sexual – sempre oscilou entre o segundo e o terceiro lugar no *ranking* dos mais abordados. O primeiro detalhamento sobre o assunto veio em 1999, com a inclusão de subtemas no processo de classificação das matérias. Por eles, foi possível saber que crianças e adolescentes eram mais retratados como vítimas do que como agentes da violência (apesar de que, no último caso, as notícias ganhassem destaque muito maior – e não raro com viés sensacionalista), e que ações preventivas e campanhas para refletir sobre o problema compunham o foco de apenas 12% das matérias.

Aprofundando a observação

A cobertura da Violência teve um pico na imprensa em 2000. O número de matérias, em relação ao ano anterior, aumentou 121%, mas eram muito baixos os índices de abordagens apoiadas nas óticas de Denúncia (4,88%) ou de Busca de Soluções (9,69%). Essa era a pista para a constatação de que o noticiário era pautado quase exclusivamente pelo factual – o que em termos práticos significa atenção dirigida para o ato violento em si, sem espaço para a contextualização do fenômeno ou o debate

VIOLÊNCIA — 1996 A 2002



Há cinco décadas as causas naturais respondiam pela maior parte dos óbitos de jovens. Em 1980, essa situação começou a se inverter: metade das mortes era resultado de “causas externas” – principalmente homicídios e acidentes de trânsito. Em 1996, 67% das mortes de jovens entre 15 e 19 anos tinham como causa um fator “externo”. Em 2000, esse índice atingia a marca dos 70%. Esses dados, do Ministério da Saúde, apontam para uma situação extremamente inquietante para a juventude; consideradas as outras faixas etárias, os óbitos por causas externas respondem por apenas 12%. No caso específico dos homicídios, em 2000 eles foram responsáveis por quase 5% das mortes entre a população como um todo. Mas ao olhar para os jovens, o índice dispara para 39%. Agrava ainda mais esse quadro o problema da curva ascendente, seja nas causas naturais ou externas. Para os jovens, há aumento constante entre 1996 e 2000; para as crianças e a população em geral, decréscimo.

Agosto

Encontro Latino Americano sobre TV de Qualidade reúne em São Paulo mais de 300 profissionais de tvê e educação da América Latina e outros países, para discutir a responsabilidade da televisão.

Setembro

Febem de São Paulo enfrenta rebeliões quase diariamente. Em dez dias, 917 internos fugiram. Especialistas apontam a super lotação como uma das principais causas das rebeliões. O presidente da instituição, Guido Andrade, a compara a um zoológico.

Outubro

O Governo de São Paulo anuncia novas medidas para a Febem, como a construção de duas unidades e reforço policial nas já existentes, para evitar novas rebeliões. Entretanto, os distúrbios continuam a acontecer e a unidade do Complexo Imigrantes tem a mais violenta rebelião da história.

A VOZ DA REDAÇÃO

Jornalista experiente, Rui Nogueira é diretor do site e da revista *Primeira Leitura*, em Brasília. Ele também já foi secretário de redação e coordenador de política da sucursal da *Folha de S. Paulo* na capital federal. Atuou ainda como editor da *TV Globo* e coordenador de telejornais regionais da emissora no Distrito Federal, além de editor de *Cultura do Correio Braziliense*.

Embora a Violência esteja entre os temas mais abordados pela imprensa, a qualidade do tratamento dado ao assunto avançou menos do que o desejável. Por que isso acontece?

As redações, do repórter ao editor-chefe, têm uma infeliz tendência ao exercício da desculpa esfarrapada. Falta sempre alguma coisa para que o trabalho saia do jeito que deveria sair. O jornalismo político e econômico do Brasil é dos melhores do mundo porque houve uma pressão em favor do aperfeiçoamento, da qualificação de fontes e de profissionais. Nos outros temas, como os relativos à infância, impera a lei do rodízio de profissionais, da boa-vontade, do "simpatismo" (ou não) com a causa. E prevalece a lei do menor esforço. Falta às redações darem à violência e demais temas sociais a importância que dão à política, à economia e aos esportes.

O que jornalistas e fontes poderiam fazer para mudar essa realidade?

Manter-se em permanente contato. Conhecerem-se profundamente. A intimidade entre fonte e jornalista não é promíscua por natureza. A intimidade positiva dá frutos, como segurança e conhecimento na hora de escrever e facilidade na hora de tirar dúvidas, por exemplo.



"Desocupação", de Teresa Maia. Diário de Pernambuco (PE). Finalista da 5ª edição. 2001/2002

A maioria das infrações cometidas por crianças e adolescentes não representa ameaça à pessoa, mas ao patrimônio. Entretanto, como a imprensa dá ênfase aos atos cometidos com violência, no imaginário coletivo tem-se a idéia de que os "menores" são responsáveis por um número elevado de delitos graves. Como fica a questão da responsabilidade social da imprensa diante de um fato como esse?

Esta é uma das maiores pragas do jornalismo, mas traz prejuízos muito mais devastadores na área social. Em nome de uma simplicidade que supostamente facilita a construção da notícia estamos sempre a praticar um reducionismo farisaico, que oferece a exceção como exemplar. Trata-se de uma questão ética: o jornalista não sabe contextualizar a notícia e acaba dando a dimensão que ela não tem. Não se pode tomar como exemplar o que não passa de exceção.

Quase não há debates sobre a construção de políticas públicas de combate à Violência. Que dificuldades o jornalista encontra para aprofundar essa discussão?

Instituições públicas e organizações como a ANDI precisam chamar editores, editores-chefes, diretores e até donos de jornais para conversas e debates sobre isso. Os repórteres começam a mudar, mas a boa reportagem, aquela que é construída com critérios absolutamente honestos, que não faz da exceção o exemplo, que ouve as partes, que tenta olhar a ausência ou a falha das políticas públicas, ainda é capaz de ser "premiada" nas redações com aquela frase-chavão: "Mas isto está muito vago e não dá um bom título".

1999

Outubro

O Brasil completa dez anos livre da poliomielite. O último caso da doença foi registrado no município de Sousa, na Paraíba.

Novembro

A comissão de direitos humanos da Câmara dos Deputados aprova por unanimidade projeto de lei que prevê a descentralização da Febem. Entretanto, municípios do interior paulista se recusam a receber unidades correcionais – inclusive aprovando leis que proíbem a construção desse tipo de instituição na área urbana.

Dezembro

O Brasil conseguiu vacinar 96% de suas crianças, reduzir a mortalidade infantil e aumentar o acesso à educação básica, mostra o relatório *Situação Mundial da Infância 2000*, divulgado pelo Unicef. Entretanto, 21 milhões de crianças vivem na miséria, 2,9 milhões trocam a escola pelo trabalho e o acesso ao ensino infantil é escasso.

de políticas públicas. Com isso, a imprensa contribui para o recrudescimento da sensação de pânico na população – e para uma demanda crescente por soluções imediatistas e pontuais, que quase sempre terminam provando ser de reduzida eficácia.

O diagnóstico mais profundo veio em 2001, com o lançamento da análise especial **Balas Perdidas**. Por meio de um *ranking* quanti-qualitativo mediu-se, entre outros aspectos, o apelo ao sensacionalismo, a referência a causas ou a soluções para o fenômeno da violência, as diversas fontes ouvidas e a discussão de políticas públicas para o setor. A média geral dos 46 jornais avaliados foi baixa – 30 pontos em 100. A atualização desse *ranking*, produzida em 2002 a partir de uma amostra composta por 1.038 textos estatisticamente selecionados entre os 15.442 veiculados ao longo do ano, trouxe um sinal de alento: a média passara a ser de 39 pontos em 100 – uma melhora significativa, embora ainda distante do mínimo considerado aceitável, que seria de 50 pontos em 100.

SAÚDE MEDIDA POR NÚMEROS

A avaliação dos dados acumulados ao longo de sete anos de pesquisa desenvolvidos pelo projeto **Infância na Mídia** mostra que os temas associados à Saúde têm ocupado da segunda à quarta posição entre os mais abordados pelos jornais brasileiros. Uma marca excelente, pois demonstra tanto a maturidade dos repórteres e editores em reconhecerem a importância central da questão no cotidiano das novas gerações, quanto a capacidade dos atores governamentais e não-governamentais em se fazerem ouvir pelos meios de comunicação.

Uma leitura um pouco mais detalhada dos textos, entretanto, evidencia alguns problemas: a abordagem ainda costuma centrar-se em dados despersonalizados e não considera que Saúde é muito mais que ausência de doenças. A concepção de que o tema deve estar vinculado a uma perspectiva humanizada, pautada por questões mais amplas – relacionadas diretamente com o acesso a direitos e com qualidade de vida – raramente se faz presente no noticiário.

Uma questão premente

Essa foi uma das conclusões da análise que subsidiou o livro **Saúde em Pauta**, primeiro volume da série **Mídia e Mobilização Social** (veja mais sobre a coleção nas páginas 65 e 66). Os números do estudo revelaram que embora o acesso à água potável e ao saneamento básico sejam alguns dos maiores desafios à saúde pública em todo o mundo, apenas 2,5% dos textos relacionam os problemas de saúde com essa questão. Outros 2,5% fazem menção ao esgotamento sanitário e à coleta de lixo.

Também preocupa a ausência de referências ao impacto causado na saúde infantil pelo baixo nível de escolaridade dos pais. Embora grande parte das famílias pobres brasileiras seja chefiada por analfabetos, a questão educacional está ausente em 78,8% do material analisado. Outro aspecto que merece destaque na cobertura de Saúde é a dependência das informações governamentais. Os anúncios oficiais respondem por 28,5% das matérias avaliadas pela pesquisa. Eventos e estudos variados geraram 15,3% dos textos e apenas 6,1% das reportagens surgiram por iniciativa da própria imprensa.

Os óbitos de crianças e adolescentes por causas naturais têm diminuído no Brasil. Dados do Ministério da Saúde indicam queda na taxa de mortalidade da população como um todo. Em 1980, eram 633 mortes para cada grupo de 100 mil habitantes. Em 2000, 573. Entre 1996 e 2000, a queda na mortalidade de crianças e jovens de até 19 anos, por causas naturais, foi de 8%. Ela é até melhor na faixa até 14 anos (9%) e um pouco pior naquela que vai dos 15 aos 19 anos – 3%.

Essas estatísticas poderiam ser melhores se os aspectos relacionados ao saneamento básico fossem priorizados. Cerca de 47% dos domicílios brasileiros ainda não contam com esgotamento sanitário e apenas 77,82% das casas em áreas urbanas têm abastecimento de água.

Além aumentar a expectativa de vida de nossos meninos e meninas, investir em saneamento básico oferece um bom retorno aos cofres públicos. De acordo com dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), cada R\$ 1 investido em saneamento significa uma economia de R\$ 4 em medicina curativa.

SAÚDE — 1996 A 2002



Janeiro

O presidente Fernando Henrique Cardoso ratifica as convenções 138 e 182 da OIT. A primeira se refere à idade mínima para admissão no emprego e outra preconiza a eliminação das piores formas de trabalho infantil.

Janeiro

Criada a Rede ANDI – Comunicadores pelos Direitos da Infância, que reúne organizações de todo o Brasil interessadas em replicar a metodologia desenvolvida pela ANDI.

DIREITOS E JUSTIÇA — 1996 A 2002



Números do Mapeamento Nacional da Situação das Unidades de Execução de Medidas de Privação de Liberdade ao Adolescente em Conflito com a Lei, realizado entre setembro e outubro de 2002 pelo governo federal, mostram que roubos e furtos representam 43% dos atos infracionais de adolescentes. Homicídios e maus-tratos, 27%. Outros aspectos quase nunca abordados pela mídia se relacionam à situação em que vivem os internos das unidades de privação de liberdade: escolaridade baixíssima (89,6% deles não concluíram o ensino fundamental), renda familiar irrisória (66% vêm de famílias cuja renda está entre um e dois salários mínimos) e uso de drogas (situação de 85,6% dos jovens).

Segundo Aureliano Biancarelli, um dos repórteres mais experientes nesse assunto, há 15 anos na *Folha de S. Paulo*, as estatísticas são fundamentais para “cavar espaço”, de forma que a reportagem seja aceita pelos editores. “Infelizmente é assim. Se não houver um número para comprovar, a matéria perde o impacto. O problema é que uma política de prevenção, como a de melhoria no saneamento básico, só vai demonstrar resultados no futuro”, explica.

Barreiras transpostas

Quando o que está em pauta é a interface entre Aids e crianças ou adolescentes, a imprensa brasileira tende a investir na Busca de Soluções.

Em 2002, segundo monitoramento realizado para o relatório **Infância na Mídia**, 40,59% dos textos tinham essa preocupação. Isso pode ser explicado, em parte, pela quantidade de matérias sobre ações preventivas ou campanhas, responsáveis por 37,05% do total de textos sobre o tema publicados ao longo de todo o ano. Não se pode esquecer, entretanto, que em relação à temática do HIV a imprensa brasileira conta com um histórico importante de contribuições para a cobertura dos esforços no enfrentamento da epidemia e para o debate em torno da discriminação.

Paulo Roberto Teixeira, médico sanitarista que esteve à frente da Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde entre março de 2000 e julho de 2003, elogia a dedicação do jornalismo brasileiro ao tema. “Aqui é possível encontrar na imprensa debates sobre questões muito delicadas, como o uso correto da camisinha ou sobre sexo oral e anal, por exemplo. Isso não se vê na mídia internacional. Essa postura ousada, importantíssima para a prevenção à Aids, é uma marca dos nossos meios”, defende.

GARANTIA DE DIREITOS EM FOCO

Em 1996, quando a ANDI e o Instituto Ayrton Senna iniciaram o projeto de monitoramento da imprensa para a série de pesquisas **Infância na Mídia**, a sociedade brasileira vivia importantes transformações na condução das questões referentes à infância e à adolescência, particularmente no que diz respeito à prática de crimes. Ao substituir o obsoleto Código de Menores, de 1979 – que reforçava a cultura do Estado como único responsável pelo bem-estar de meninos e meninas –, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de 1990, abria espaços para uma participação efetiva de diferentes atores sociais no equacionamento de soluções para os problemas das novas gerações. Dois anos antes, em 1988, a promulgação de uma nova Constituição democraticamente construída estimulava uma maior participação da sociedade na condução de seus problemas.

Observações sobre como a mídia tratava as questões referentes a Direitos & Justiça eram, portanto, importantes para verificar de que maneira o País caminhava para tornar realidade os avanços preconizados nos textos legais. Mais que registrar aspectos referentes a direitos básicos, como saúde e educação, a pesquisa **Infância na Mídia** buscava registrar os avanços ou retrocessos no processo de construção e consolidação do Sistema de Garantias de Direitos – no qual Estado e sociedade devem trabalhar de maneira articulada e sob controle social na promoção e na defesa dos direitos da população infanto-juvenil.

2000

Fevereiro

Portaria do Ministério da Justiça estabelece horário e faixas de idade para exibição de filmes. A medida prevê também indicação antes da exibição da programação, anunciando a idade recomendada pelo governo.

Março

Ministério Público investiga mais de 400 municípios suspeitos de desvio dos recursos do Fundef – Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério.

Março

A rainha Sílvia, da Suécia, anuncia oficialmente a criação da *World Childhood Foundation* (WCF). No Brasil, o Instituto WCF inicialmente colabora com 12 projetos de enfrentamento à violência sexual contra crianças e adolescentes.

PERSPECTIVA MADURA

A mídia refletia, naquele momento, essa intensa mobilização, levando as inserções sobre Direitos & Justiça a estarem no topo do *ranking* quantitativo nos dois primeiros anos da pesquisa **Infância na Mídia**. A relevância do tema permitiu que, na edição sobre a cobertura de 1999, se abrisse espaço para a realização do que viria a ser a primeira análise qualitativa da cobertura, que teve como objeto o noticiário sobre as rebeliões na Febem paulista em 1998. Foi possível constatar, por exemplo, que as recorrentes violações de direitos dos internos mereceram um tratamento maduro por parte dos jornais. A edição ainda trouxe olhares sobre questões de grande importância, como adoção, enfoques favoráveis ou contrários ao ECA e medidas sócio-educativas.

Em 2002, a leitura viabilizada pela pesquisa foi ainda mais detalhada. Naquele ano, quase metade das matérias identificadas em Direitos & Justiça abordavam o funcionamento do sistema de proteção, a atuação dos Conselhos Tutelares ou a violação de direitos básicos, como a expedição gratuita de certidão de nascimento. Identificou-se, também, a menção a situações de exclusão social (15% de tudo o que foi publicado sobre o tema) e às medidas sócio-educativas aplicadas aos adolescentes privados de liberdade (12%).

O OUTRO LADO DO BALCÃO

Titular do Juizado Regional da Infância e da Juventude de Santo Ângelo, no Rio Grande do Sul, onde já atuou como promotor de justiça, juiz e advogado, João Batista Saraiva é professor, conferencista e tem diversos livros e artigos publicados sobre os direitos da criança e do adolescente.

O Poder Judiciário é pouco ouvido por jornalistas quando estão em pauta os temas ligados à infância e à adolescência. A que pode ser atribuído isso? O Judiciário é inacessível?

Há um somatório de fatores que determinam essa realidade. É recente, entre os membros do Judiciário, a percepção da importância de manter um diálogo transparente com a sociedade por meio da imprensa. Há também um certo temor de que as informações não sejam adequadamente compreendidas e transcritas. Além disso, acredito que o desconhecimento de muitos jornalistas sobre as particularidades da linguagem jurídica dificulta o entendimento entre ambas as partes. Apesar de tudo, não se justifica o fato de o juiz afastar-se do jornalista. Ele deveria aproveitar o contato para qualificar o profissional de imprensa nas temáticas e expressões jurídicas. Para tanto, é preciso haver interesse. Quando o repórter se propõe

a cobrir a Bovespa, por exemplo, tem que dominar a linguagem econômica. Então, quem se dedica à cobertura de temas jurídicos deveria empenhar-se em apreender suas especificidades. É preciso haver mais iniciativas que facilitem esse processo, como as realizadas pela Associação dos Juizes do Rio Grande do Sul, que promove encontros com jornalistas.

Qual a maior dificuldade enfrentada por um jornalista ao cobrir o tema da privação de liberdade? Que fontes deveriam ser ouvidas?

O jornalista deveria ouvir todos os protagonistas da história e não se limitar apenas à vítima e à polícia. Em uma situação de violência, por exemplo, é importante ouvir familiares, o adolescente, o Ministério Público, a Defensoria Pública e, eventualmente, o juiz. Além disso, o jornalista que se propõe a atuar nessa área tem que ter o domínio da legislação pertinente. Capacitar-se é fundamental até porque a mídia é uma importante formadora de opinião. Ainda existem muitos profissionais da comunicação que não estão qualificados para isso, e acabam reproduzindo mitos como o de que não há recursos legais que permitam punir adolescentes que cometem atos infracionais.

Março

Experimentos que põem em risco a vida dos estudantes e erros metodológicos, conceituais ou de informação levaram o Ministério da Educação a reprovar 43,5% dos 569 livros didáticos da 1ª à 4ª série que avaliou.

Abril

Pesquisa feita pela Fundação Perseu Abramo com jovens entre 15 e 24 anos de todo o País afirma que o jovem não acredita nem em políticos e nem em partidos; se acha inútil no processo de decisão e não acompanha as notícias políticas.

Abril

O relatório *Pastoral da Criança 2000 – Abrangência e Resultados*, revela que a mortalidade infantil diminuiu 21% entre as crianças com até seis anos acompanhadas pela entidade em 1999.

TERCEIRO SETOR

O ano de 1999 marcou o início de uma reflexão mais ampla sobre um tema até então novo para a mídia: o ingresso do empresariado no âmbito do combate às desigualdades sociais, com a destinação, pelas empresas, de recursos técnicos e financeiros à execução de ações de interesse público – o chamado investimento social privado. Ampliava-se na sociedade a percepção de que não cabia apenas ao governo a responsabilidade de corrigir o panorama de desigualdades em que o País mergulhara. A imprensa, no entanto, parecia não ver essas iniciativas com simpatia, considerando, muitas vezes, que o Estado abria mão de suas responsabilidades quando uma empresa passava a atuar. Por outro lado, a ação social do empresariado era vista como mera estratégia de *marketing*.

Nesse contexto, aconteceu, em São Paulo, no final de 1999, o 1º Fórum Brasileiro de Imprensa, Terceiro Setor e Cidadania Empresarial, promovido pelo Senac-SP com apoio institucional da ANDI. Jornalistas, assessores de comunicação e lideranças da sociedade civil debateram pela primeira vez a qualidade da cobertura dada a essas iniciativas. Naquele ano, o Terceiro Setor alcançou a quinta posição entre os temas mais abordados, segundo a pesquisa **Infância na Mídia** lançada em março de 2000. A edição seguinte registraria nova evolução: o número de matérias sobre ações de ONGs ou o voluntariado crescera 96,17%, enquanto aquelas relativas à cidadania empresarial aumentaram em 35,25%. O tema passava a ter uma atenção mais qualificada e aprofundada por parte de importantes jornais e revistas em todo o País.

A ampliação da cobertura sobre a participação da iniciativa privada na área social deve-se a várias causas. Entre elas, destacam-se, certamente, o crescimento quantitativo e qualitativo das ações, um maior entendimento da temática por parte dos jornalistas e veículos de comunicação e, especialmente, a profissionalização das áreas de comunicação das organizações que se propunham a investir na melhoria das condições sociais no Brasil.

Todo esse quadro motivaria a ANDI e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife) a realizarem o estudo *Investimento Social na Idade Mídia*, detalhando as características dessa cobertura (veja mais sobre essa pesquisa na página 75). A análise identificou, por exemplo,

que 66,15% das ações retratadas pela imprensa promovem a cidadania e apenas 33,85% são assistencialistas. Além disso, 50,55% dos textos tinham como enfoque o investidor e a principal motivação da empresa era a consciência da responsabilidade social (53,19%).

Foi possível identificar, ainda, que os campos da ação social aos quais a mídia dá mais atenção, são geralmente aqueles em que as empresas mais investem – ensino formal dirigido a crianças (21,54%), ensino formal para adolescentes (19,78%) e saúde da criança, que está em 19,56% dos textos analisados para o estudo.

A consolidação do Terceiro Setor na pauta dos meios de comunicação exige, porém, uma maior preparação dos jornalistas para a cobertura e o reconhecimento da representatividade que tais investimentos têm no processo de melhoria real das condições sociais das comunidades atendidas por esses recursos. *



"A pintura de um mundo sem preconceitos", de Paulo Franken. Zero Hora (RS). Finalista da 6ª Edição. 2002/2003

2000

Maio

Cerca de 400 mil meninas de 10 a 16 anos trabalham como empregadas domésticas no Brasil. A maioria delas é negra ou parda e ganha, em média, 60% do salário mínimo, segundo a OIT.

Maio

Projeto de lei aprovado pela Câmara dos Deputados obriga que jovens infratores sejam acompanhados por um advogado ou defensor público durante os depoimentos.

Junho

Mais da metade das crianças latino-americanas não são ouvidas em seus lares ou escolas, afirma a pesquisa *A Voz das Crianças e Adolescentes na América Latina e Caribe*, realizada pelo Unicef.

O OUTRO LADO DO BALCÃO

O jornalista Judi Cavalcanti é diretor executivo adjunto do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife). Essa entidade congrega 70 instituições de origem privada que, de forma voluntária e sistemática, investem recursos humanos, técnicos ou financeiros em projetos sociais.

Ainda há resistência à cobertura sobre cidadania empresarial?

Não há propriamente resistência, mas a persistência de um grau elevado de desconhecimento sobre a temática entre os profissionais do jornalismo, sobretudo quanto aos conceitos. À medida que o jornalista passa a dominar o assunto, a resistência em abordá-lo e transformá-lo em pautas interessantes é menor. Quando o profissional de mídia tem maior conhecimento sobre um tema, sente-se mais seguro para escrever sobre ele.

Como um jornalista pode distinguir uma iniciativa empresarial de marketing de outra, voltada para a área social?

Não existe uma fórmula que permita essa distinção, embora os elementos constitutivos, avaliativos e metodológicos das ações de investimento social privado sejam muito diversos das ações mercadológicas, especialmente as de *marketing*. Reconheço que a linha que separa umas das outras é muito tênue. Há organizações que, deliberadamente ou não, criam confusões conceituais e práticas. A dica é seguir os preceitos básicos de uma boa cobertura jornalística sobre qualquer área, como diversidade de fontes e distinguir as ações sociais pontuais da empresa – o que inclui as de *marketing* – dos projetos de investimento social privado. Os jornalistas devem ter os olhos bem abertos, pois todas as ações de investimento social privado estão no âmbito da pauta da responsabilidade social das empresas, mas nem todas as ações sociais de uma empresa constituem-se em investimento social privado. É preciso analisar também o comportamento da empresa em seu conjunto, avaliando comparativamente a atuação no mercado com as iniciativas na área social.

Como você avalia a relação das empresas com os jornalistas?

A relação com os setores das empresas que atuam direta ou indiretamente com a área social melhorou muito. Os setores sociais das empresas sabem que para sobreviver necessitam daquilo que chamo de pertencimento social – ou seja, as causas sociais defendidas pelas empresas precisam ter validade para o bem comum. Nesse sentido, a mídia tem papel estratégico e boa parte dessas organizações está investindo na profissionalização dessa relação. Por sua vez, os jornalistas precisam ter consciência do seu papel. Não adianta sair para uma cobertura pensando apenas nas mazelas que enfrentamos no cotidiano jornalístico e despejar a arrogância típica da nossa profissão em cima de pessoas que estão lutando para reduzir os vergonhosos índices de desigualdade brasileiros. É preciso saber usar esse poder da mídia de maneira saudável. Tenho muita esperança – no sentido dado a essa palavra pelo mestre Paulo Freire, de perseverança – na melhoria da qualidade da cobertura jornalística sobre a área social.

TERCEIRO SETOR

Posição no ranking quantitativo de temas



Junho

Entra em vigor artigo adicional do ECA que define o crime de exploração sexual de crianças e adolescentes e estabelece penas de quatro a dez anos de prisão, além de multa para os infratores.

Junho

A Sociedade Brasileira de Pediatria lança, em conjunto com o Ministério da Justiça, a *Campanha Nacional de Prevenção de Acidentes e Violência na Infância e Adolescência*, dirigida a pediatras e demais profissionais da saúde.

Julho

Considerado um dos conjuntos de leis mais avançados do Brasil, o Estatuto da Criança e do Adolescente completa dez anos no dia 13 de julho.

PAUTAS POUCO LEMBRADAS

Alguns temas importantes permanecem relegados a segundo plano nas páginas dos principais jornais e revistas do País

Apesar da evolução do interesse da mídia brasileira pelas questões relativas ao universo infanto-juvenil, determinados assuntos ainda não tiveram, por parte da imprensa, a atenção que merecem. Na lista das pautas pouco abordadas nos últimos anos estão temas que, num passado bastante recente, já ocuparam maior espaço nas páginas dos jornais e revistas do País. Esse fenômeno aconteceu, por exemplo, com o trabalho infantil. Nos anos de 1994 e 1995, uma série de denúncias sobre a exploração da mão-de-obra de crianças no campo impulsionou a cobertura da mídia a respeito do problema. No entanto, passada essa onda, o tema voltou a ter menor importância na agenda da mídia escrita do Brasil.

Entre as questões que poderiam contar com um olhar mais atento da mídia estão também assuntos complexos, cercados de preconceitos

e tabus, como o abuso e a exploração sexual e o consumo de drogas. Muitas vezes, a falta de abordagem da mídia em relação a determinadas questões é apenas um reflexo da precariedade do debate na própria sociedade. Nessa relação, estão temáticas extremamente relevantes, mas que ainda carecem de maior mobilização social no processo de discussão e elaboração de políticas públicas, como é o caso da inclusão social de crianças e adolescentes com deficiência.



"Beisebol de várzea", de Ernesto Rodrigues. Folha de S Paulo (SP). Finalista da 4ª edição. 2000/2001



De acordo com o Unicef, 45 mil crianças vivem e trabalham nos lixões espalhados pelo Brasil. Desde a criação do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, em 1998, 2.240 crianças largaram essa rotina.

Julho

ABUSO & EXPLORAÇÃO SEXUAL

As diversas facetas que envolvem os crimes sexuais praticados contra meninos e meninas, uma das mais perversas violações dos direitos da infância e da adolescência, vêm despertando atenção apenas mediana da imprensa nos últimos anos. As questões relacionadas ao Abuso & Exploração Sexual de crianças e adolescentes estão em sexto lugar na lista dos temas mais abordados pela mídia. Quando a pesquisa **Infância na Mídia** começou a ser produzida, em 1996, esse assunto estava entre os principais objetos de interesse da imprensa, ocupando a quarta posição no *ranking* dos problemas mais discutidos (veja tabela na página 15). A partir de 1998, perdeu posições na classificação geral, embora o número de matérias tenha crescido ano a ano, chegando, a 2002, a uma quantidade de textos 400% maior que em 1996.

Esse crescimento deve-se, entre outros fatores, a situações em que a mobilização da sociedade acabou por fornecer elementos para a ampliação do debate do assunto na mídia. A implementação do disque-denúncia pela Associação Brasileira Multiprofissional de Proteção à Infância e Adolescência (Abrapia), Ministério da Justiça e Embratur, em 1997, por exemplo, instituiu uma referência importante na sistematização de dados e encaminhamento de informações sobre esse tipo de crime em todo o País. Entre fevereiro de 1997 e fevereiro de 2003 foram contabilizadas 5.070 denúncias.

Há que se destacar ainda o esforço brasileiro rumo à elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual. Criado em 2000, ele é resultado de uma aliança estreita e produtiva entre diversos segmentos da sociedade civil organizada e o próprio governo, o que colocou o Brasil entre os primeiros países a construir uma clara estratégia de combate ao fenômeno.

Fortalecimento da discussão

A ampliação do debate sobre a questão do abuso e da exploração sexual de meninos e meninas vem fazendo com que a mídia responda positivamente às ações do governo e da sociedade. Em 2003, a criação, pela ANDI, em parceria com o Instituto WCF-Brasil, com apoio do Unicef e da Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj), do *Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística* resultou na realização de matérias de grande profundidade investigativa na totalidade das regiões do País.

Também em 2003 a criação, por parte do Congresso Nacional, de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito

destinada a investigar as redes de exploração sexual de crianças e adolescentes, reacendeu a mobilização social em torno da necessidade urgente de se combater o problema. Na opinião de Neide Castanha, coordenadora do Comitê Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual, instância que reúne representantes da sociedade civil organizada e do Poder Público, a existência dessa CPI conferiu maior visibilidade à questão. "Além disso, o trabalho que a comissão desenvolveu viabilizou a qualificação do debate na sociedade, pois mostrou que para enfrentar esses crimes não é possível adotar estratégias convencionais de repressão", argumenta Neide. "É preciso partir para novos conceitos de investigação, capazes de realmente atacar as redes criminosas que exploram meninos e meninas", complementa.

Ainda segundo Neide Castanha, outro efeito da CPI foi o fortalecimento do debate nas mais altas instâncias do Poder Público e na própria sociedade – fato que, na visão dela, acaba influenciando a cobertura da mídia. "O fenômeno passou a ser visto como uma questão de Estado e não apenas como uma política de compaixão e indignação. Por outro lado, nas mais diversas audiências públicas realizadas pela comissão em todo o País, constatou-se uma organizada mobilização social, o que se refletiu, por exemplo, na imensa quantidade de denúncias que a CPI recebeu: ao encerrar suas atividades, em 2004, a comissão contabilizara cerca de 1.000 denúncias vindas do Brasil inteiro", afirma a especialista. Apesar desses avanços, Neide Castanha acredita que a mídia e diversos setores da sociedade ainda têm medo de abordar o tema da exploração e do abuso sexual. "Esse é um fenômeno complexo, que está ligado ao crime organizado e nem todo mundo está disposto a correr o risco de virar um Tim Lopes", acredita Neide.

Para a jornalista Renata Giraldi, do *Correio Braziliense*, a CPI acabou impulsionando a cobertura de um problema que sempre existiu, mas que infelizmente estava esquecido. Segundo ela, ao trazer esse tema à tona, a CPI motivou uma série de reações por parte da sociedade. Renata acredita, entretanto, que a abordagem desse assunto é uma tarefa complicada. "São muitas as dificuldades na hora de produzir uma pauta nessa área. Em geral, as fontes temem fornecer informações porque acham que, a partir disso, as investigações podem ser prejudicadas", diz a repórter. "Por isso, o ideal é procurar levantar todos os dados com cuidado e atenção, ter bom senso para não divulgar o que venha a atrapalhar a apuração dos crimes e, assim, contribuir com o trabalho de quem batalha para resolver a questão", defende Renata.

Julho

A Frente Parlamentar pela Criança e mais 29 entidades lançam a campanha *Prefeito Criança*, exigindo dos candidatos a prefeito do País a inclusão dos direitos das crianças em seus projetos de governo.

Agosto

O Brasil é o terceiro país do mundo em assassinato de jovens entre 15 e 24 anos, revela a pesquisa *Mapa da Violência II – Os Jovens do Brasil*, da Unesco e do Instituto Ayrton Senna.

Agosto

A população brasileira na faixa etária de zero a 6 anos é de 23 milhões. Mas apenas 8% dessas crianças estão em creches, dizem os números do IBGE.

A VOZ DA REDAÇÃO

Maria Clarice Dias é sub-editora de Brasil do *Correio Braziliense*, onde atua há três anos. Já trabalhou na revista *Época* e é *Jornalista Amiga da Criança*. Ela participou da produção do caderno *Confissões de Família*, publicado pelo *Correio* a partir da proposta vencedora do Concurso Tim Lopes para Projetos de Investigação Jornalística na categoria Jornal.

Quais as maiores dificuldades na apuração de temas como o da violência sexual?

Encontrar pessoas para falar. Encontrar personagens que contem a história com sinceridade. Não é simplesmente achar pessoas para tirar fotos e colocar nomes. Essa não é a proposta. Nunca quisemos expor quem passa por isso. Mas as histórias são importantes de serem contadas e essa eu acho que é uma das partes mais complicadas. Fazer uma matéria sobre abuso ou exploração sexual é difícil tanto para o entrevistado quanto para o repórter. O tema é muito duro.

ABUSO E EXPLORAÇÃO SEXUAL — 1996 A 2002



O que é mais difícil de cobrir: a exploração ou o abuso sexual?

Eu acho que o abuso é muito mais cruel porque normalmente acontece dentro de casa. Já a exploração é menos difícil porque é crime e tem mais gente para falar sobre o assunto. A Polícia Federal quer falar, tem CPI no Congresso, há relatórios mundiais. A pauta da exploração sexual está muito forte. Para você ter uma idéia, no *Correio Braziliense* a principal matéria do caderno de Brasil de amanhã (dia 19 de fevereiro de 2004) é sobre exploração sexual. Isso porque saiu o relatório da ONU sobre o problema no Brasil, porque a senadora Patrícia Saboya Gomes (presidente da CPI do Congresso Nacional que investiga a questão) se reuniu com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, para pedir investigação especial sobre alguns casos e também devido à proximidade de mais um Carnaval.

Já a cobertura do abuso precisa de um caso para ela acontecer, o que é um grande erro cometido pelos jornais. Com isso, a análise fica prejudicada.

Quando você estava produzindo o caderno com a pauta vencedora do Concurso Tim Lopes, que fato mais lhe chamou a atenção?

O caderno entrevistou vítimas e abusadores. Nenhum dos casos abordados era recente, porque a proposta era mostrar o que acontece com essas pessoas algum tempo depois de sofrerem a violência. O que mais me surpreendeu é que aquelas que foram abusadas não estavam tão destruídas quanto eu imaginava. Todas buscam muito meios de reconstruir a própria vida. Com os abusadores, a realidade já não é bem essa. Eles, normalmente, continuam destruídos ou descobriram que cometeram um grande erro.

2000

Agosto

O relator da Comissão de Direitos Humanos da ONU, Nigel Rodley, constata a prática de tortura e maus tratos na unidade da Febem em Franco da Rocha - SP.

Setembro

Gera indignação entre diversas autoridades a imagem de um menino de 4 anos desfilando nas comemorações de 7 de Setembro, em Brasília, com o uniforme do Batalhão de Operações Especiais e carregando uma metralhadora de brinquedo.

Setembro

Instituto Ayrton Senna é reconhecido com o Prêmio Unesco na categoria Juventude e Cidadania.

TRABALHO INFANTIL

Nem sempre as ações geradas na sociedade ou no Poder Público se refletem imediatamente na mídia, muitas vezes porque é necessário haver tempo para que programas e projetos dêem frutos e efetivamente provoquem alterações nas dificuldades enfrentadas. O tema da Exploração do Trabalho, por exemplo, foi, no *ranking* geral dos assuntos mais abordados pela imprensa brasileira em sete anos, o décimo colocado, apesar de ter havido movimentos, tanto no âmbito do governo quanto da sociedade civil, no sentido de superar os vergonhosos indicadores nessa área.

É fato que nos últimos anos houve avanços significativos no combate ao trabalho infantil. Hoje, existe praticamente um consenso na sociedade brasileira de que lugar de criança é na escola. Foram criados programas de enfrentamento, como o Peti e o Bolsa-Escola, e espaços atuantes na defesa da criança e do adolescente, a exemplo dos Conselhos de Direitos e Tutelares e do Fórum Nacional de Prevenção e Erradicação do Trabalho Infantil.

Geralmente associado ao complemento de renda familiar nas regiões rurais brasileiras – falou-se muito, em meados dos anos 1990, das crianças trabalhadoras em áreas de cana, no Nordeste, e em carvoarias, na região Sudeste, particularmente no noroeste de Minas Gerais – o Trabalho Infantil vem se incorporando rapidamente aos setores urbanos. Outra característica da cobertura sobre essas questões é a concentração do noticiário em jornais de regiões nas quais a exploração do trabalho infantil é mais intensa.

É importante ressaltar também que, em 2002, veio à tona uma pauta até então invisível para a mídia brasileira: o Trabalho Infantil Doméstico. Durante aquele ano, a ANDI selecionou e analisou 212 matérias sobre esse tema específico, além de 440 textos sobre a questão do trabalho infantil em geral. Os principais resultados do estudo estão disponíveis no sexto volume da série **Mídia e Mobilização Social**, intitulado **Crianças Invisíveis – O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração**.

Como a imprensa vê o Trabalho Infantil

O estudo **Crianças Invisíveis** constatou que, ao dar espaço para a pauta do Trabalho Infantil, a imprensa brasileira é motivada pela discussão de pesquisas e estatísticas (23%), pelo Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (21,5%), e pelo debate em torno de um tipo específico de Trabalho Infantil (14,6%). Diante disso, não surpreende o fato de que entre as fontes ouvidas destaca-se a Organização Internacional do Trabalho (11,4%) e o Executivo Municipal (11%). Um aspecto positivo da cobertura está no espaço oferecido à voz das crianças e dos adolescentes explorados. Embora ainda longe de ser o ideal, o índice revela uma maior disposição da mídia em ouvir as novas gerações do que em outros temas. Eles dão suas opiniões em 10,4% das reportagens analisadas.

O estudo também quis saber como os aspectos culturais envolvidos na questão do Trabalho Infantil Doméstico estão refletidos na imprensa brasileira. Questões como gênero e etnia, fundamentais para a discussão do tema, foram praticamente esquecidas. Dos 150 textos analisados sobre essa forma de exploração da mão-de-

Em 1992, quando o governo federal lançou o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti) havia quatro milhões de meninos e meninas entre cinco e 14 anos trabalhando no Brasil. Naquela época, a taxa de atividade envolvendo crianças entre 10 e 14 anos era de 18%, só perdendo para o Paraguai (19,9%) e para o Haiti (24,4%). Em 1999 o número caiu para 2,9 milhões, chegando, em 2001, a 2,2 milhões. Com o passar dos anos, devido a experiências bem-sucedidas em vários municípios em relação ao fortalecimento da participação comunitária, o Programa atendeu, entre 1996 e abril de 2003, um total de 810 mil crianças e adolescentes.

EXPLORAÇÃO DO TRABALHO

Posição no ranking quantitativo de temas



Novembro

Governantes dos 21 países ibero-americanos, reunidos na República do Panamá, se comprometeram oficialmente, na *X Cúpula Ibero-Americana*, a adotar um pacote de medidas para retirar 190 milhões de crianças e adolescentes da pobreza até 2015.

Dezembro

2001 é instituído pela ONU como o *Ano Internacional do Voluntariado* em 123 países.

Dezembro

Quase metade dos municípios brasileiros presta atendimento considerado insuficiente para o pleno desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos de idade, segundo o relatório *Situação da Infância Brasileira*, do Unicef.

obra infantil, apenas 5,3% abordaram aspectos de raça e etnia, 6,6% exploraram a questão do gênero e 8,6% fazem alguma alusão a questões culturais ou regionais.

Vale destacar ainda, que esse noticiário foi, em grande parte, impulsionado por iniciativa da Organização Internacional do Trabalho que, em parceria com a ANDI e a Fundação Abrinq, com apoio do Unicef e da Save The Children UK, implementou o Programa de Ação de Comunicação para o Enfrentamento do Trabalho Infantil Doméstico – um conjunto de estratégias que visavam alertar a sociedade para a gravidade do envolvimento de crianças e adolescentes nesse tipo de atividade.

INCLUSÃO SOCIAL

Alguns aspectos da cobertura sobre o universo infanto-juvenil continuam a exigir mais atenção por parte dos meios de comunicação. É o caso, por exemplo, das questões relacionadas à inclusão social e escolar de crianças e adolescentes com deficiência. O tema ficou na 11ª posição no *ranking* geral dos sete anos da pesquisa **Infância na Mídia**, chegando, em 2002, ao 13º lugar, um indício de que os conceitos de inclusão desse grupo não estão absorvidos pela mídia nem pela sociedade. Trata-se de um sério equívoco. Estatísticas da Organização

A VOZ DA REDAÇÃO

Andréia Peres é jornalista e hoje atua como diretora da Cross Content Comunicação Integrada. Trabalhou 14 anos na revista *Cláudia*, da Editora Abril, e é autora de livros com enfoque no trabalho infantil. Em 1997, Andréia recebeu o título de Jornalista Amiga da Criança.

Como a cobertura sobre trabalho infantil evoluiu nos últimos sete anos?
O trabalho infantil só entrou na pauta entre 1994 e 1995. Foi quando surgiram denúncias sobre essa exploração, principalmente no campo, e a sociedade e o governo responderam com iniciativas como o Fórum Nacional de Erradicação do Trabalho Infantil e a implementação de programas como o Bolsa Escola. As matérias publicadas no período, mesmo factuais, foram importantes porque mostravam uma realidade que era ignorada por muitos. A imprensa foi central para ajudar na conscientização da sociedade de que o trabalho infantil não era uma coisa positiva, pois ainda se tinha a concepção de que o “trabalho dignifica o homem”. A prova é que muitos programas voltados para crianças e adolescentes em situação de risco eram desenvolvidos a partir da ocupação dos meninos por meio do trabalho.

Mas a discussão não ganhou novos rumos com o passar dos anos. Ainda hoje a cobertura não aprofunda nas causas e nas conseqüências do trabalho infantil. Falta à imprensa a percepção de que o trabalho infantil reúne todas as mazelas do Brasil. A mídia ficou no retrato, na constatação da realidade.

Porque a cobertura do trabalho infantil é tão pouco criativa?

A imprensa vive uma crise e a conseqüência mais direta é a falta de profissionais nas redações. Com isso, os jornalistas não conseguem aprofundar nas pautas e nem se especializar nas áreas de interesse, porque não têm tempo. Só que o tempo é uma questão política, o jornal oferece tempo maior para as pautas consideradas mais relevantes. Ou seja, ainda falta a percepção de que essa é uma questão importante. Existe uma possibilidade de que o noticiário ganhe novos aspectos a partir do olhar de que o trabalho infantil evoluiu e aumenta em espaços invisíveis, como casas de família e no tráfico de drogas. Aliás, esse é um dos principais motivos da redução do número de reportagens sobre o tema. Quando o trabalho estava concentrado no campo, era mais fácil registrar a situação. Essa pauta hoje é mais trabalhosa. É uma pauta a ser desenvolvida no longo prazo. O repórter tem que ir trabalhando por conta própria, apurando, coletando informações e entrevistando fontes. Deve fazer um bom trabalho de base e só depois, quando o material já tiver consistência, apresentar a proposta para o veículo.

Como você avalia o interesse da imprensa em tratar de questões de gênero na abordagem do trabalho infantil?

Infelizmente essa discussão nem chega a ser levantada. Embora seja um aspecto importante, discutir gênero no trabalho infantil – assim como em qualquer outra área – exige maior reflexão e acaba ficando de fora da mídia. Mas isso é compreensível tendo em vista que nem mesmo relações de causas e conseqüências do trabalho infantil foram incorporadas à pauta.



Janeiro

Cerca de 18 mil crianças são espancadas diariamente no Brasil, estima o Unicef.

Janeiro

Sancionada a lei que institui o *Plano Nacional de Educação*, conjunto de metas para o ensino brasileiro nos próximos dez anos, entre elas o aumento do valor aplicado em educação de 5% para 7% do PIB.

das Nações Unidas revelam que existem cerca de 500 milhões de pessoas com deficiência no mundo. De acordo com o Censo de 2000, realizado pelo IBGE, 14,5% da população brasileira – em torno de 24,5 milhões de indivíduos – possuem algum tipo de deficiência. Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), países em desenvolvimento abrigam um número 10 vezes maior de crianças e adolescentes com deficiência na comparação com as nações desenvolvidas.

O primeiro estudo aprofundado do comportamento da imprensa a esse respeito foi realizado pela análise especial **Mídia e Deficiência**, uma iniciativa da ANDI em parceria com a Fundação Banco do Brasil, que resultou em livro lançado em dezembro de 2003 (*veja mais sobre esse assunto na página 73*). As pautas sobre o assunto são, sobretudo, reativas, ou seja, quase sempre nascem de anúncios oficiais de programas ou de lançamentos de relatórios e pesquisas nacionais ou internacionais. Das 747 matérias selecionadas estatisticamente entre as publicadas no primeiro semestre de 2001 e o segundo semestre de 2002 para a realização do estudo, somente 35,09% tinham a deficiência como tema central, ou seja, quase dois terços realizavam uma abordagem factual ou secundária das questões relativas às várias situações que resultam em deficiência.

A análise especial concluiu também que os jornalistas brasileiros ainda têm muitas dúvidas sobre como abordar as questões associadas à Deficiência. Muitos equívocos são cometidos, mas, de acordo com as constatações do estudo, a responsabilidade é compartilhada pelas fontes de informação.

De modo geral, as organizações e os especialistas habitualmente entrevistados mostram estar também fora de sintonia com os principais aspectos que cercam essa questão. Nesse contexto, debates instigantes, como a educação inclusiva, viram pautas com abordagens ultrapassadas e pouco contextualizadas.

MEIO AMBIENTE E CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA

No que se refere às questões que relacionam crianças, adolescentes e Meio Ambiente, cuja inserção na mídia também passou a ser medida em 1998, a imprensa parece refletir a ausência, na sociedade, de propostas que vinculem de modo claro as temáticas ambientais à qualidade de vida na infância. Essa é certamente uma das razões para que, segundo dados da série de pesquisas **Infância na Mídia**, a melhor performance dessas pautas tenha sido a 14ª colocação, no primeiro ano de aferição.

Só muito recentemente esses temas passaram a ser objeto de alguma atuação específica – em novembro de 2003, foi realizada a primeira Conferência Nacional Infante-Juvenil pelo Meio Ambiente, no contexto da Conferência Nacional sobre o assunto. Crianças de todo o País se reuniram em Brasília para discutir com representantes do governo e da sociedade civil essas questões.

Já as inserções classificadas como Situação de Rua, que obtiveram a 19ª colocação em 2002, chegaram, em 1997, a ocupar a sétima posição no ranking quantitativo, uma expressividade decorrente de sua própria capacidade

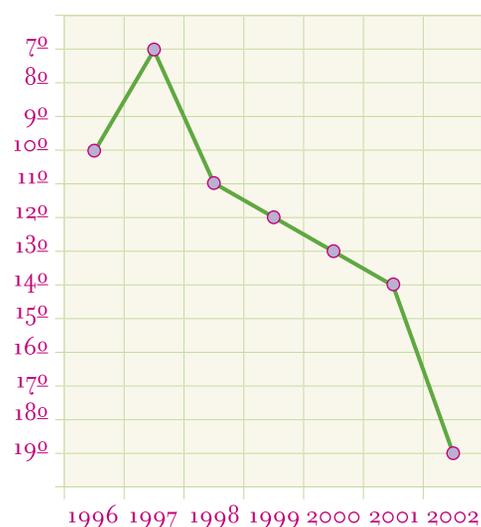
PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Posição no ranking quantitativo de temas



CRIANÇAS EM SITUAÇÃO DE RUA

Posição no ranking quantitativo de temas



Janeiro

O índice de gravidez na faixa de 11 a 14 anos aumenta em todo o País, segundo dados do Ministério da Saúde.

Janeiro

De acordo com a Unesco, 80% dos adolescentes brasileiros não lêem jornais, 62% não lêem livros, 57% não lêem revistas, 84% nunca tiveram acesso à internet e 66% não vão ao cinema.

Janeiro

Realizado o 1º Fórum Social Mundial, em Porto Alegre, com o objetivo de debater propostas para o Desenvolvimento Humano e Social, em contraponto às propostas de crescimento econômico do Fórum Mundial realizado anualmente na Suíça.

de mobilização, alimentada também pela atuação do Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua (MNMRR). Pelo fato de não haver perdido sua importância, o tema demanda não apenas mais atenção da mídia, mas principalmente a permanente atualização e aplicação de políticas públicas que integrem esforços, principalmente nas áreas de educação, saúde e atenção familiar.

COMPORTAMENTO, CULTURA E ESPORTES

As matérias que tratam de Comportamento – tema que engloba a abordagem de atitudes, família e protagonismo infante-juvenil – estão geralmente mais presentes em revistas do que em jornais. A pesquisa **Infância na Mídia** aponta que as relações dos jovens com o universo intra e extrafamiliar e as discussões sobre hábitos e regras de comportamento costumam apresentar um índice

relativamente reduzido de Busca de Soluções – 18,34% dos textos publicados sobre o assunto em 1999 – e baixíssimo índice de denúncias – 2,25% no mesmo ano.

Já quando trata das atividades artístico-culturais, a mídia apresenta a tendência de abrigá-la nos cadernos específicos dedicados ao tema. Por sua vez, as matérias sobre Esportes focalizam projetos sociais na área, sendo veiculadas nos cadernos de cidades, que publicam a cobertura local. Também nesse aspecto a Busca de Soluções é bastante presente. Oito em cada dez textos propõem esses dois tipos de atividades como boas alternativas para inclusão social e resgate da cidadania até porque programas e projetos em áreas de concentração de crianças e adolescentes em situação de risco costumam trabalhar justamente com as vertentes culturais e esportivas.

OLHAR POR BAIXO DO PANO

Por Geraldinho Vieira*

A constatação de que certos temas de extrema relevância para a vida de crianças e jovens não ocupam a devida atenção da imprensa deve ser traduzida como um desafio não somente para jornalistas e meios de comunicação, mas igualmente para as organizações que têm como foco essas agendas sociais. Refiro-me especificamente à baixa cobertura sobre a exclusão a que estão submetidas as crianças com deficiências e também sobre a questão ambiental.

São temas “ocultos” no noticiário porque são também ocultos os personagens que os vivem. É de tal forma degradante a falta de atenção às pessoas com deficiência, que praticamente não convivemos com elas. As escolas, em sua grande maioria, resistem a repensar sua dinâmica para abrigar a todos, sem distinção, em seus espaços. Mantêm-se vivas as chamadas “escolas especiais” e por melhor que sejam as intenções e maiores as necessidades específicas, o que temos é um *apartheid* vergonhoso, do qual todos somos vítimas, pois a falta de convívio nos impede de exercitar o sentido de “cuidar de si e do outro”.

É curioso observar como estão relacionados estes dois temas de baixa presença na mídia – *Meio Ambiente e Pessoas com*

Deficiências. Os espaços onde vivemos são fatores determinantes para o desenvolvimento humano e para a vida em sociedade; mas, por mais óbvio que isso possa parecer, trata-se de assunto a que a imprensa não se dedica. É fundamental que os jornalistas percebam o “meio urbano” como “meio ambiente urbano”, questionando sua adequação à ética do convívio entre os seres humanos e à qualidade de vida no mais amplo sentido.

Assim como a criança com deficiência é uma pauta oculta, da mesma maneira ignoram-se as determinantes ecológicas e ambientais em nossas vidas, talvez pela falsa sensação de que o planeta é inesgotável. As consequências da má gestão dos meios naturais ainda não são visíveis, ainda não nos perturbam, parecem não existir. No caso do meio ambiente urbano, o que fizemos com as periferias das grandes cidades já nos bate no estômago.

É urgente que a existência humana e o meio ambiente onde ela se dá estejam claramente relacionados no imaginário social e é papel dos meios de comunicação promover uma compreensão menos fragmentada... da vida.

*jornalista, Secretário Geral do Conselho da ANDI e representante da Fundação Avina no Brasil

2001

Janeiro

Em todo o Brasil, 20 milhões de pessoas prestam trabalho voluntário, de acordo com dados da ONU.

Fevereiro

Desde o surgimento da Aids no Brasil, cerca de 5 mil crianças contraíram o HIV por meio da mãe e 30 mil ficaram órfãs.

Fevereiro

Relatório do Unicef aponta o Acre como o pior lugar no Brasil para uma criança viver.

O DESAFIO DAS DROGAS

A sociedade brasileira ainda encara as drogas ilícitas como um caso de polícia ou como um problema moral. A principal consequência dessa perspectiva é uma política repressiva, que gera medo e ansiedade e não consegue contribuir para a redução dos impactos causados pelo crescente consumo, particularmente entre as populações de maior risco social. Acompanhando essa tendência, os meios de comunicação ainda não difundem, de forma clara e direta, informações que contribuem para a reflexão sobre alternativas eficazes ao discurso dominante sobre o tema.

Incorporar a questão das Drogas na pauta diária não é tarefa fácil para o jornalista. Isso porque, com frequência, a adoção de uma linha editorial mais aberta é interpretada como incentivo ao consumo. Por outro lado, o jornalista percebe que não atingirá o seu público caso se restrinja a difundir noções alarmistas e que não considerem, por exemplo, o prazer associado ao uso das drogas. A boa reportagem a respeito desse tema é aquela capaz de oferecer instrumentos para que os leitores possam encarar de forma realista a questão das drogas, contextualizando-a segundo sua dimensão psicológica, sanitária, educativa, política e social.

Com o objetivo de conhecer de forma mais profunda o comportamento da imprensa brasileira quando se refere ao usuário de drogas, a ANDI e o Programa Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde produziram, em dezembro de 2003, uma análise temática especial. O grupo de consultores responsável pelo estudo avaliou 680 reportagens veiculadas em 49 jornais, três revistas e 22 suplementos de jornal para jovens entre os meses de agosto de 2002 e julho de 2003. Os resultados iniciais da pesquisa apontam para uma visão estereotipada: em 32,2% dos textos o usuário de drogas é retratado como uma pessoa violenta e em 95,9% não é visto como sujeito de direitos. Um seminário para debater os principais resultados do estudo e o lançamento de uma publicação sobre a questão estão programados para o segundo semestre de 2004.

AS QUESTÕES DE GÊNERO

Outros aspectos da cobertura permanecem relegados a um segundo plano porque, aparentemente, não estão vinculados à infância e à juventude. Um deles diz respeito às diferentes situações em que os problemas de crianças e adolescentes se relacionam, de alguma forma, ao gênero. A identificação desse recorte centrou-se, ao longo dos sete anos de pesquisa **Infância na Mídia** mais nas análises especiais do que nos resultados obtidos a partir do monitoramento diário realizado pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna.

Alguma menção a gênero é verificada em assuntos como os crimes sexuais – porque geralmente os abusadores são do sexo masculino – e o trabalho infantil doméstico, no qual é quase automática a referência a meninas trabalhadoras. Naturalmente, as possibilidades de abordagem transversal às questões de gênero não se esgotam em dois assuntos, e a mídia deve estar atenta às oportunidades para tratar o tema com propriedade. A pernambucana Geórgia Alves, Jornalista Amiga da Criança que atualmente trabalha na organização não-governamental SOS Corpo, acha que existe uma receptividade muito pontual por parte da mídia para esses assuntos. “A tendência, na verdade, é reforçar estereótipos, e não abrir espaço para discussões fundamentais como as causas, as consequências e o aprofundamento do tema”, afirma Geórgia. *

DROGAS



Maio

Projeto aprovado na Câmara dos Deputados estende às mães adotivas o direito à licença-maternidade e os benefícios concedidos às mães biológicas.

Maio

Proposta do Brasil sobre o aleitamento materno apresentada na 54ª Conferência Mundial de Saúde é aprovada por 170 países. O Brasil sugeriu que o prazo mínimo de amamentação passe de quatro para seis meses.

Junho

Os assassinatos de jovens no Distrito Federal são cada vez mais numerosos – eles já representam 30% das vítimas de homicídios.

A CONSTRUÇÃO DA MÍDIA JOVEM

A caminhada dos veículos destinados aos leitores adolescentes na direção de um jornalismo socialmente mais responsável

No final dos anos 1990, o adolescente e o jovem passaram a merecer um olhar especial por parte da mídia brasileira. Tratados antes de mais nada como público consumidor, tornaram-se alvo principal de suplementos, revistas e programas de televisão, numa estratégia voltada não apenas para a formação de novos leitores/telespectadores, mas para a ampliação



"Retratos do Rio", de Coimbra. O Globo (RJ). Finalista da 5ª edição. 2001/2002

do mercado. Não por acaso, o leque de pautas desses produtos inicialmente era voltado para as temáticas do mundo da moda e da beleza, comportamento, música, artes e mercado de trabalho, visando como público de maior interesse o adolescente de classe média.

Aos poucos, porém, esse perfil foi mudando e os veículos voltados para os jovens leitores perceberam que havia também espaço para o investimento em questões voltadas para a formação cidadã desse público. Em 1997, a ANDI iniciou, em parceria com a Fundação Odebrecht, um trabalho de apoio a esses profissionais de comunicação – posteriormente engajaram-se no

projeto a Unesco e o Instituto Ayrton Senna e, mais recentemente, a Petrobras. A proposta incluía a análise do que vinha sendo veiculado, com a intenção de radiografar, de maneira cada vez mais fiel, a cobertura jornalística de temáticas dedicadas à informação e à formação dos adolescentes brasileiros.

Esse monitoramento, em princípio trimestral, e, desde 1999, anual, tem levado nitidamente à percepção do amadurecimento dos suplementos de jornal e revistas, que publicam a cada ano uma quantidade superior de matérias de Relevância Social, ou seja, afinadas com um jornalismo consciente do papel estratégico que desempenha no processo de preparação do jovem para os desafios da vida moderna.



Julho

O Brasil sobe cinco posições no ranking das Nações Unidas baseado no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos países, atingido a 67ª posição. Em 2000, o país era o 74.º.

Entre os anos de 1997 e 2002, por exemplo, o índice de Relevância Social aferido pela pesquisa **A Mídia dos Jovens** pulou de 24,2% para 53,85%, acumulando um crescimento de mais de 100% no espaço destinado a temas pertinentes à cidadania de modo geral. No entanto, mais do que indicar aumento na quantidade de matérias voltadas à formação da juventude brasileira, a prospecção desse tipo de mídia vem indicando investimento na qualidade do que é publicado. Além disso, é importante ressaltar que a chamada Mídia Jovem tem sido terreno fértil para a divulgação de projetos sociais governamentais e não-governamentais de promoção dos direitos dos adolescentes.

Vale destacar que a comunicação com o público adolescente não é uma tarefa das mais simples. Mas, ao longo dos últimos anos, os veículos monitorados pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna têm aprendido e evoluído com os próprios equívocos, adotando estratégias inovadoras, como conselhos editoriais formados por leitores nessa faixa etária. Eles opinam, criticam e, algumas vezes, são convidados a escrever. Mais do que leitores tornaram-se interlocutores. O termo Protagonismo Juvenil, utilizado para descrever as iniciativas juvenis que buscam melhorias para a sua realidade social, ganhou espaço, e a imagem do adolescente começou a mudar. Praticamente ausente da Mídia Jovem nas primeiras edições da pesquisa, atualmente o debate sobre essas ações está entre os dez temas relevantes mais abordados.

A falsa idéia da alienação

O caminho na direção de uma Mídia Jovem mais arrojada e em sintonia com os novos tempos passa necessariamente pelo questionamento sobre o antigo estereótipo da juventude alienada diante da realidade. É fato que a imagem do adolescente de classe média, sem vontade própria, sem senso crítico e movido apenas pelo consumismo, impulsionou a destinação de espaços mais generosos para áreas como moda, beleza e entretenimento nas páginas desses veículos.

Entretanto, na medida em que a Mídia Jovem brasileira foi se consolidando e profissionalizando, esse mito da alienação começou a perder fôlego. Os editores e repórteres desses veículos descobriram que a discussão de temas como saúde, educação, sexualidade, formação para o trabalho, violência, meio ambiente e até mesmo política não afugentava seus leitores. Pelo contrário. Quando abordadas de forma criativa, dialética e sem moralismos, essas questões atraem a atenção dos jovens brasileiros.

Em 2002, por exemplo, a maior parte dos veículos abordou a importância do voto e da atenção às propostas dos candidatos às eleições presidenciais e para os governos estaduais. O assunto foi objeto de atenção também na televisão e motivou uma série de programas produzidos pela MTV com o nome de *Tome Conta do Brasil*. A mistura de humor, entretenimento e conscientização rendeu à equipe da emissora o *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*, em sua sexta edição, na categoria Destaque Veículo de Comunicação.

O problema é que fora dos períodos eleitorais o tema tende a perder vigor. Pouquíssimas reportagens são publicadas sobre aspectos gerais da política, como as decisões do Congresso Nacional e os projetos do Poder Executivo.

Formação cidadã

Na opinião de Zico Góes, diretor de programação da MTV, o fato de a televisão ser, em princípio, um veículo de entretenimento, não a impede de agir no sentido de educar e conscientizar. "Na medida do possível, nós conseguimos equilibrar esses conteúdos, intercalando utilidade pública com programas na linha *trash*, por exemplo, mas sem perder o humor. Até porque tem de ser do jeito que a MTV é: um veículo mais divertido do que sisudo. E é aí que o entretenimento acaba se fundindo com o conteúdo pedagógico, pois usamos uma linguagem que o jovem entende", explica.

EVOLUÇÃO DE MATÉRIAS DE RELEVÂNCIA SOCIAL

PERÍODO	PERCENTUAL DE MATÉRIAS
Janeiro-Dezembro/2002	53,85 %
Janeiro-Dezembro/2001	45,97%
Janeiro-Dezembro/2000	44,26%
Janeiro-Dezembro/1999	40,35%
Novembro/1998 – Abril/1999	36,13%
Maió-Outubro/1998	36,9%
Novembro/1997 – Abril/1998	28,03%
Agosto-Outubro/1997	26,87%
Maió-Julho/1997	24,2%

Julho

O Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo aprimora suas diretrizes e passa a valorizar e premiar jornalistas e veículos de comunicação que assumam a missão de contribuir para a melhora do Índice de Desenvolvimento Humano de crianças e jovens.

Agosto

As lotações da cidade de São Paulo, autorizadas ou clandestinas, estão utilizando como cobradores adolescentes com idade entre 13 e 17 anos. A jornada de trabalho chega a 12 horas diárias.

Setembro

Brasil não cumpre 14 das 27 metas estabelecidas pela ONU durante a Cúpula Mundial pela Criança, realizada em 1990.

TEMAS DE RELEVÂNCIA SOCIAL MAIS ABORDADOS PELAS REVISTAS E SUPLEMENTOS JUVENIS EM 2002 *

Educação	18,58%
Atualidades	17,87%
Cultura	14,85%
Trabalho	8,69%
Direito & Justiça	7,17%
Protagonismo Juvenil	5,13%
Sexualidade	4,54%
Saúde	3,88%
Drogas	3,54%
Violência	3,01%
Projetos Sociais	2,81%
Outros	9,93%

A MTV também tem investido em campanhas no âmbito de sua programação. Criado em 2003, o *Pacto MTV* veicula denúncias, divulga o ECA e chama os jovens a se posicionarem. Adolescentes protagonistas são colocados no contexto de programas como exemplos. Segundo Zico Góes, os principais temas referentes ao universo infanto-juvenil são trabalhados.

Além da diversão

O *Folhateen*, caderno da *Folha de S. Paulo* dirigido aos jovens, passou também por uma grande mudança nos últimos três anos. Acompanhando as novas tendências, ganhou um número maior de matérias com temas de relevância social sem, no entanto, perder a parte de entretenimento.

Essa tendência também pode ser percebida entre os veículos regionais. Um bom exemplo disso é a série de reportagens produzida em 2002 pelo jornal *O Povo*, do Ceará, intitulada *Saia do Muro*. O material, que foi o vencedor na categoria *Jornal da 6ª edição do Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*, oferecia aos jovens instrumentos para um voto mais consciente nas eleições por meio de discussões sobre temas como escola, primeiro emprego, drogas, violência, pobreza e preconceito. Dados do TRE cearense confirmaram o impacto da iniciativa, que se refletiu num maior comparecimento às urnas dos adolescentes de 16 e 17 anos (faixa englobada pelo voto facultativo).

Segundo Ellen Cristie, subeditora do *D+*, suplemento jovem do jornal *Estado de Minas*, o caderno tem investido cada vez mais na discussão de temas sociais. "Aqui, o assunto que merece maior destaque é educação, sobretudo no que se refere ao vestibular. Dedicamos bastante espaço a questões como o Provão e o Enem", afirma Ellen. Ela ressalta, entretanto, que no *Estado de Minas*, as questões sociais são mais abordadas e aprofundadas no âmbito da editoria de Cidades.

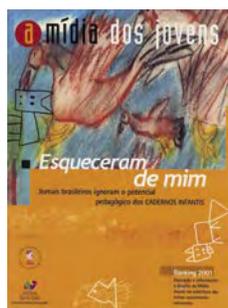
Aprofundando a análise

Em 2003, a Coordenação de Mídia Infanto-Juvenil da ANDI assumiu novos desafios: a construção de um *ranking* quantitativo, elaborado a partir de 13 critérios de análise. Entre eles, a diversidade de atores ouvidos, o equilíbrio entre o número de meninos e meninas entrevistadas, a possível organização de um conselho consultivo jovem pelos editores, a existência de espaços dedicados à publicação de respostas de especialistas para as dúvidas dos leitores, entre outros fatores que demonstram o compromisso editorial do veículo com o seu público. O relatório **A Mídia dos Jovens** também ganhou maior densidade a partir da publicação de entrevistas com os profissionais de comunicação e de artigos de renomados especialistas da área de adolescência e juventude.

Outra novidade foi a realização, por meio de parceria com o Unicef e a Petrobras, de uma pesquisa detalhada sobre os programas de tevê voltados para o público adolescente e jovem, a partir da colaboração de um grupo interdisciplinar de especialistas. Dez programas de emissoras comerciais e educativas foram analisados segundo critérios de linguagem, conteúdo e participação dos adolescentes. O estudo constatou, por exemplo, que 58,7% dos programas são apresentados ao vivo, que os estilos predominantes nas atrações são variedades (34,3%) e informação/discussão (30,8%) e que, entre os temas centrais mais abordados, destaca-se a discussão de questões psicológicas/relacionamentos afetivos (14,2%), cultura e entretenimento (8,8%) e direitos/cidadania (6,8%).

O livro com os resultados do estudo apresenta uma ampla discussão sobre temas como o perfil do adolescente, educação para e pela mídia, efeitos da televisão no processo de formação de crianças e adolescentes, regulação dos meios de comunicação, entre outros. O volume é intitulado **Remoto Controle – Linguagem, Conteúdo e Participação nos Programas de Televisão para Adolescentes**, e integra a série *Mídia e Mobilização Social*. *

O POTENCIAL DA MÍDIA INFANTIL



Criadas em 2002, as ações de análise e acompanhamento voltadas para os suplementos infantis são resultado de uma demanda da sociedade, de parceiros e da própria ANDI, que percebia uma lacuna nessa área. Desde 1996 a Agência vinha atuando no acompanhamento das matérias sobre crianças e adolescentes publi-

cadas nos principais veículos do País e a partir de 1997, nos suplementos dirigidos ao público jovem. Faltava, porém, um contato mais próximo e uma percepção mais clara sobre o desempenho de um importante agente no processo de formação de nossas crianças: os encartes de jornais dirigidos a essa parcela da população.

Diante disso, a ANDI e o Ministério da Educação, com apoio do Instituto Ayrton Senna e do Unicef, produziram uma primeira análise desses suplementos. Um grupo de consultores avaliou, entre outras questões, os aspectos pedagógicos dos veículos, o formato e a linguagem utilizada para se comunicarem com as crianças. O estudo foi apresentado na análise **Esqueceram de Mim**, lançada durante um encontro com jornalistas e editores de mídia infantil em junho de 2002. Na ocasião, os profissionais da imprensa elaboraram, em parceria com especialistas, recomendações e sugestões para o aprimoramento desses cadernos.

O ineditismo da ação e a importância do que estava sendo construído gerou um grande impacto entre os jornalistas que atuam na área. Eles demandaram da ANDI um acompanhamento mais próximo. Dessa maneira, a Coordenação de Mídia Jovem passou a atuar também junto a esse público, ganhando novas atribuições e um novo nome: Coordenação de Mídia Infante-Juvenil. Foi nesse cenário que, em agosto de 2002, surgiu o **Sopa de Letrinhas** – um boletim mensal, direcionado aos veículos de mídia infantil. Cada edição da publicação apresenta resumos das principais matérias sobre temas de relevância social, publicadas em 27 tablóides infantis de todo o País. Além disso, o boletim possui inovações como a seção Bate Bola, onde um editor de mídia infantil responde a perguntas sobre questões como especificidades do público infantil e o papel do jornalista como “educador”. A Coordenação oferece ainda pautas sobre temas de relevância social.

Canal direto com as crianças

Os profissionais envolvidos na produção dos suplementos infantis reconhecem que o maior desafio é a construção de uma linguagem atraente para meninos e meninas. “As

crianças de hoje têm uma gama enorme de estímulos e a nossa grande missão é tentar fazer com que o ato de ler seja prazeroso”, acredita Valéria Belém, editora do *Almanaque*, publicado nos jornais *O Popular* (GO) e *Jornal do Tocantins* (TO). Segundo ela, o caminho para oferecer um produto de qualidade é associar o conteúdo com a prática, abordando temas que os meninos possam refletir no seu cotidiano, tais como trabalho infantil, violência doméstica e obesidade. E, para que a abordagem desses assuntos complexos seja realmente eficaz, é preciso investir no aprimoramento da linguagem. “Escrever para criança não significa infantilizar o material. Não é necessário usar o recurso do diminutivo para atrair a atenção de meninos e meninas”, argumenta. Tatiara de França, editora do *Infantil*, suplemento do jornal *Meio Norte* (PI), tem opinião semelhante. “Os nossos leitores não devem ser subestimados. É um público que merece tratamento diferenciado, textos leves, de fácil compreensão e sem rodeios”, defende.

Conteúdo pedagógico

Além do cuidado com o texto, esses cadernos precisam ter atenção redobrada com a parte visual e devem estar conscientes do potencial pedagógico que possuem. O *Almanaque*, por exemplo, conta com a consultoria permanente de um pedagogo, contratado pelo jornal e que tem dedicação exclusiva. “Uma das vantagens do *Almanaque*, ao contrário da maioria dos suplementos infantis, é que possuímos desde o início um espaço reconhecido e respeitado dentro do jornal. Temos uma equipe que trabalha exclusivamente no suplemento”, conta Valéria Belém.

Segundo Tatiara de França, mesmo sem o retorno comercial desejado, o caderno *Infantil*, do *Meio Norte* (PI), vem conseguindo firmar-se dentro do jornal. “O reconhecimento e a ajuda da redação têm sido fundamentais para o suplemento. Hoje, jornalistas de diversas editorias escrevem matérias interessantes para o *Infantil*”, relata Tatiara. De acordo com ela, a equipe do caderno é formada basicamente por um editor e um repórter que escreve para outras editorias e, semanalmente, entrega uma matéria. “Mas o fato é que a equipe está bem mais centrada na figura do editor, uma espécie de faz-tudo: escreve, edita e diagrama”, diz a jornalista.

Apesar de estarem conquistando, aos poucos, mais espaços nas redações, a realidade dos suplementos infantis ainda é precária no Brasil. De modo geral, a grande mídia não prioriza essas publicações, que acabam sendo produto muito mais do esforço pessoal de seus jornalistas do que dos investimentos feitos pelos veículos.

JORNALISMO E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Criado em 1997, o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo reconhece e incentiva os jornalistas a tratarem as questões infanto-juvenis sob a ótica do Desenvolvimento Humano

É cada vez mais patente o consenso em torno da idéia de que os jornalistas são personagens centrais no processo de transformação da sociedade. Não seria exagero dizer que, nos dias atuais, o mundo, aos olhos da população de modo geral, é aquele mostrado na televisão, no rádio, nas páginas dos jornais e das revistas. Portanto, está nas mãos da mídia a nobre e poderosa missão de atuar na formação da opinião pública de um País. Consciente da importância desse papel e de que o maior desafio do Brasil



*"Brincando e aprendendo uma nova lição", de Christian Knepper. O Imparcial (MA).
Finalista da 1ª edição. 1997/1998*

é estender às crianças e aos adolescentes as oportunidades de desenvolver plenamente seus potenciais, o Instituto Ayrton Senna resolveu, em 1997, estabelecer uma forte aliança com a imprensa brasileira. No dia 21 de março daquele ano, foi lançado, em cerimônia oficial no Palácio do Planalto, com a presença do então presidente Fernando Henrique Cardoso, o *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo*.

Uma das estratégias de trabalho do Instituto para influenciar as ações da sociedade, o Prêmio é destinado a repórteres, fotógrafos e editores de jornais, revistas, rádios e emissoras de televisão. Seu objetivo primordial é incentivar os profissionais da notícia a colocarem boas doses de talento, sensibilidade, espírito ético, palavras e imagens a serviço da promoção dos direitos das novas gerações, estimulando, assim, os diversos segmentos sociais a se sentirem responsáveis pelo mais valioso patrimônio do País: as crianças e os adolescentes.



Janeiro

Numa decisão inédita, a Justiça carioca entrega a guarda provisória de Chicão, filho da cantora Cássia Eller, a Maria Eugênia Vieira Martins, sua companheira por 14 anos.

Para realizar a tarefa de reconhecer e homenagear profissionais da mídia pelo empenho na cobertura das questões relacionadas à infância e à juventude, o Prêmio conta com o apoio das principais organizações representativas do jornalismo brasileiro (Aner, Abert, Fenaj e ANJ), que integram anualmente a Comissão Julgadora de cada edição. Dessa equipe, fazem parte ainda jornalistas de destaque nacional, representantes de veículos de comunicação e de organizações voltadas para a defesa dos direitos de crianças e adolescentes, além da presidente do Instituto Ayrton Senna, Viviane Senna.

Até a 7ª Edição, o GP de Jornalismo envolvia dois anos de realização. No primeiro, aconteciam as inscrições e, no segundo, ocorriam a seleção, o julgamento e a premiação das matérias inscritas. Ao longo dos anos, o GP Ayrton Senna de Jornalismo foi conquistando um número cada vez maior de participantes, fato que o colocou na lista dos maiores prêmios da categoria no Brasil atual.

O vigor da Educação

A 1ª Edição, de 1997/1998, contabilizou 442 reportagens inscritas e um total de 309 participantes, provenientes de 140 veículos de comunicação espalhados por 19 Estados. Cabe ressaltar que, até então, a presença de editorias de Educação nos veículos da imprensa brasileira era uma raridade. O GP Ayrton Senna de Jornalismo teve um papel importante no processo de alteração desse panorama. Isso porque passou a incentivar os jornalistas a debaterem os temas prioritários relativos ao universo infanto-juvenil, entre os quais se destacava a Educação. Com isso, o assunto foi conquistando, ano a ano, espaços cada vez mais privilegiados nas páginas dos jornais e revistas, conforme atestam as pesquisas **Infância na Mídia**. Como já foi registrado anteriormente neste relatório, no início de 1996 a Educação estava em plano secundário na relação dos assuntos mais discutidos pela imprensa. No ano seguinte, já ocupava a 4ª posição para, em 1998, liderar o *ranking* das questões mais abordadas pela mídia.

A 2ª Edição do Prêmio, de 1998/1999, evidenciou o peso da Educação de crianças e jovens na pauta da imprensa. Esse tema confirmou-se como a principal preocupação dos jornalistas. Outra constatação relevante foi a de que as matérias inscritas, de maneira geral, não tinham o foco apenas na denúncia, mas traziam também preocupações com o debate sobre as soluções para os problemas apre-

sentados. Essa última característica marcou também os trabalhos da edição seguinte, realizada em 1999/2000.

Impulsionando mudanças

Vencedora da 3ª Edição do Prêmio na categoria Investigação à Solução/Mídia Eletrônica, a repórter da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, Nelcira Nascimento, conta que esse reconhecimento levou a emissora a ampliar, ainda mais, a cobertura sobre temas de cunho social. “Depois da premiação, surgiu a Editoria de Solidariedade, que procura atender de forma organizada a demanda das comunidades. Esse trabalho adquire uma dimensão fantástica, que nos permite ir atrás de soluções, abrir debates sobre os temas, alertar sobre a necessidade de políticas públicas, destacar ações e bons projetos em andamento”, avalia Nelcira, que desempenha simultaneamente os papéis de repórter e editora dessa nova área da emissora.

Embora entenda que os jornalistas não devem perseguir premiações por ser algo “perigoso, mercenário e pequeno”, a repórter da Rádio Gaúcha considera que o GP Ayrton Senna de Jornalismo é importante porque, de fato, reconhece e estimula as matérias de caráter social, gerando discussões na sociedade capazes de ajudar no processo de mudança de culturas e de paradigmas. “E essa é uma missão que não é de responsabilidade só do Estado, mas de todos nós”, defende.

A repórter conta que sua matéria premiada, que retratava as dificuldades de mulheres e seus filhos na Ilha do Pavão e a falha da rede de proteção social, contribuiu para a normalização da situação daquelas famílias. “Dezenas de pessoas vinham da Grande Porto Alegre para socorrer as crianças da Ilha. Algumas acabaram deixando cestas básicas na emissora, que assumiu a função de entregá-las. Houve uma impressionante corrente de solidariedade”, relata ela.

De olho na Mídia Jovem e Infantil

A 3ª Edição do Prêmio também foi marcada pela inclusão de mais uma categoria: a de Mídia Jovem e Infantil. Tal mudança se deu para valorizar a mobilização desse segmento da imprensa, que começava a ganhar mais fôlego nas páginas das revistas e dos jornais, com a criação de editorias e suplementos especiais.

No ano seguinte, outra novidade dava a tônica. A 4ª Edição do GP Ayrton Senna de Jornalismo, de 2000/2001, registrava um número crescente de veículos de comunicação que abriam espaços específicos para retratar as ações do Terceiro Setor na área da infância e da adolescência.

Fevereiro

O estudo *As Piores Formas de Trabalho Infantil no Mundo*, divulgado pela OIT, comprova que caiu de 15/16 anos para 12/13 anos a idade dos adolescentes aliciados para trabalhar no tráfico de drogas.

Março

O relator especial da ONU sobre o Direito à Alimentação, Jean Ziegler, conclui visita de 18 dias ao Brasil com a constatação de que o País não cumpre os compromissos firmados nos pactos internacionais sobre a questão, podendo sofrer punições da ONU por causa disso.

Março

Segundo a OIT, 502 mil crianças e adolescentes são empregadas domésticas no Brasil, embora a lei proíba o trabalho antes dos 16 anos de idade.

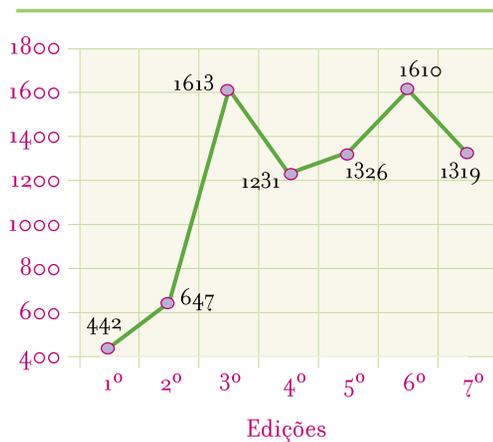
Economia e Política: um olhar mais global

O desafio de mobilizar a mídia brasileira em torno das questões que dizem respeito às crianças e aos adolescentes estava sendo cumprido: novas editorias tinham sido criadas e um espaço maior dentro dos veículos passou a ser ocupado para tratar dos assuntos de interesse das novas gerações, com a atenção e o cuidado que elas sempre mereceram. No entanto, o que se constatava era que a pauta, ainda assim, continuava restrita a cadernos como os de educação, cotidiano e cidades.

Com o intuito de impulsionar a cobertura da infância e da adolescência nas editorias consideradas mais factuais dos meios de comunicação (política e economia), mostrando que os problemas da infância e da juventude dependem, sobretudo, de decisões políticas e econômicas, o GP instituiu, na sua 5ª Edição, em 2001/2002, as categorias Jornalismo Político e Jornalismo Econômico. Para essas categorias, não havia inscrições nem prêmios em dinheiro. As indicações eram feitas a partir de uma consulta pela internet, dirigida aos meios empresarial, político, jornalístico, acadêmico, artístico e do Terceiro Setor. E as homenagens eram concedidas aos profissionais que, ao longo da carreira, contribuíram para que os temas relacionados à melhoria das condições de vida de crianças e jovens fizessem parte do noticiário que estava nas páginas dessas duas editorias.

Aliás, a inclusão da pauta social nessas seções, que são as mais áridas dos jornais e revistas, é um desafio que vem sendo superado a cada dia. Na avaliação de Gustavo Patu, repórter de Economia da *Folha de S. Paulo*, em geral ainda predomina uma visão compartimentada da cobertura. Com isso, os jornalistas da área econômica tendem a acreditar que a área social não é assunto deles, e vice-versa. Mas Patu também acredita que essa realidade não está estagnada. "A situação está mudando, até em razão da maior sofisticação do debate sobre as políticas públicas. Quando comecei na profissão, em 1991, o tema quase único do jornalismo econômico era a inflação e suas conseqüências. Depois, ganharam relevo questões como os juros, o déficit público, a balança comercial. Os passos seguintes foram a economia internacional e as relações diplomático-comerciais do País. Mais recentemente, com a política de crescentes cortes orçamentários públicos, a cobertura passou a tratar mais profundamente das escolhas de políticas públicas. Vale a pena elevar um imposto para financiar um programa social? É melhor aumentar o salário mínimo ou os repasses do Bolsa-Família? Um eventual aumento da inflação para estimular o crescimento seria pior ou melhor para a população, a curto e a longo prazo? Essas são questões que exigem uma abordagem mais ampla, de aspectos políticos, econômicos e sociais", conclui o jornalista.

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE
MATÉRIAS INSCRITAS NO GPASJ



Aliás, a inclusão da pauta social nessas seções, que são as mais áridas dos jornais e revistas, é um desafio que vem sendo superado a cada dia. Na avaliação de Gustavo Patu, repórter de Economia da *Folha de S. Paulo*, em geral ainda predomina uma visão compartimentada da cobertura. Com isso, os jornalistas da área econômica tendem a acreditar que a área social não é assunto deles, e vice-versa. Mas Patu também acredita que essa realidade não está estagnada. "A situação está mudando, até em razão da maior sofisticação do debate sobre as políticas públicas. Quando comecei na profissão, em 1991, o tema quase único do jornalismo econômico era a inflação e suas conseqüências. Depois, ganharam relevo questões como os juros, o déficit público, a balança comercial. Os passos seguintes foram a economia internacional e as relações diplomático-comerciais do País. Mais recentemente, com a política de crescentes cortes orçamentários públicos, a cobertura passou a tratar mais profundamente das escolhas de políticas públicas. Vale a pena elevar um imposto para financiar um programa social? É melhor aumentar o salário mínimo ou os repasses do Bolsa-Família? Um eventual aumento da inflação para estimular o crescimento seria pior ou melhor para a população, a curto e a longo prazo? Essas são questões que exigem uma abordagem mais ampla, de aspectos políticos, econômicos e sociais", conclui o jornalista.

O Paradigma do Desenvolvimento Humano

Foi também na 5ª Edição que o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo alcançou, em função de um maior amadurecimento, a percepção de que era preciso mudar o rumo da premiação. O acompanhamento sistemático, quantitativo e qualitativo do material produzido pela mídia cotidianamente mostrava que uma etapa havia sido vencida. O GP de Jornalismo tinha conseguido incentivar o meio jornalístico a produzir melhores reportagens sobre as novas gerações, o que se traduzia, sobretudo, na quantidade de matérias

2002

Março

O número de homicídios de jovens no Brasil supera o de países que vivem em estado de guerra, segundo pesquisa *Violência e Emigração Internacional da Juventude*, divulgada pela prefeitura de São Paulo.

Março

O número de crianças matriculadas na pré-escola dobrou em três anos, segundo dados do MEC.

Abril

Plano Nacional de Educação determina que até 2006 30% das crianças brasileiras de até três anos estejam matriculadas em creches. Pesquisas do IBGE e do Ministério da Educação mostram que apenas 10% têm acesso a esse espaço.

A VOZ DA REDAÇÃO

Colunista da *Folha de S. Paulo* e de *O Dia* e comentarista econômico da TV Cultura, de São Paulo, Luís Nassif foi o vencedor da 6ª Edição do GP Ayrton Senna na categoria **Jornalismo Econômico.**

Na sua opinião, quais são os principais obstáculos que a imprensa tem de superar para tornar o Desenvolvimento Humano das novas gerações um tema constante da pauta?

O principal deles, na minha visão, é o conhecimento técnico. É preciso entender que Desenvolvimento Humano não é apenas boa vontade e bom mocismo. É um conceito que exige aprofundamento para a análise adequada e acompanhamento das políticas sociais, além de domínio sobre os indicadores sociais.

Qual o significado de conquistar o Prêmio do GP Ayrton Senna de Jornalismo?

É das mais relevantes premiações que recebi, porque é conferida por um público que alia ativismo político com sensibili-

dade social – uma faixa de formadores de opinião para a qual desenvolvimento é, na verdade, um processo múltiplo, que precisa contemplar questões econômicas e sociais.

Por que é tão difícil abordar, na cobertura de política e economia, questões sociais?

Acho que existe uma miopia generalizada na cobertura econômica: a de supor que o desenvolvimento nacional se dá exclusivamente por meio do mercado financeiro. Por isso, instrumentos como o GP Ayrton Senna de Jornalismo são importantes porque servem de indutor para que o jornalista econômico se dê conta de que o mercado é apenas meio. O fim do desenvolvimento é a promoção social, a melhoria do nível educacional da população, por exemplo. O Prêmio tem ajudado a chamar a atenção dos jornalistas e dos formadores de opinião para o fato de que a questão social deve ser objeto das páginas nobres da imprensa, com tratamento técnico e a mesma relevância conferida aos temas econômicos e políticos.

inscritas. Permanecia, entretanto, um desafio maior: o de reduzir a distância que hoje separa o Brasil da cidadania daquele dos excluídos. Constatou-se, por exemplo, que a busca de soluções para os problemas do País, retratados nos trabalhos concorrentes, não era suficiente para ajudar a vencer essa distância.

Resultado de um processo de reflexão e debate com consultores e parceiros do Instituto Ayrton Senna, o Prêmio começou, então, a reconhecer e a premiar – a partir desta 5ª Edição – profissionais que tratam os temas relativos à criança e ao adolescente sob um novo paradigma: o do Desenvolvimento Humano. Esse conceito parte do princípio de que todas as pessoas nascem com potenciais e precisam de oportunidades para desenvolvê-los. Levado para as redações, o Paradigma do Desenvolvimento Humano – um dos mais eficazes instrumentos teóricos da atualidade no que se refere a entender e a gerar mudanças no contexto social – passa a traduzir-se em reportagens que ultrapassam a fronteira do factual, buscando retratar a realidade infanto-juvenil de forma integrada, ampla, com todas as suas nuances e seus inter-relacionamentos.

Em busca da equidade

Na 7ª Edição do Prêmio, em 2002/2003, o material produzido e inscrito pela mídia reforçou a certeza de que é possível, realizar reportagens aprofundadas, capazes de contextualizar os temas da infância e da adolescência sob a ótica do Desenvolvimento Humano.

Naquela edição, o GP de Jornalismo compreendia seis categorias por inscrição – Jornal, TV, Rádio, Revista, Televisão, Fotojornalismo, Mídia Jovem e Infantil; duas categorias por indicação – Jornalismo Político e Jornalismo Econômico; e duas ca-

Abril

Por ser legalizada, barata e de fácil acesso, a bebida alcoólica é a droga predileta da juventude, de acordo com pesquisa do Cebrid (Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas).

Maio

O primeiro trimestre de 2002 registra crescimento de 145% no número de denúncias de exploração e abuso sexual de crianças e adolescentes, comparado ao mesmo período de 2001.

Maio

A crise vivida por milhões de meninos e meninas, ameaçados pela pobreza, doenças e guerra, é tema de uma conferência que reúne 72 chefes de Estado na *Sessão Especial sobre a Criança*, da Assembleia Geral ONU, em Nova York.

tegorias especiais indicadas pela comissão de seleção do Prêmio – Destaque Veículo de Comunicação e Destaque Editor.

Pouco a pouco, os obstáculos vão sendo superados, mas ainda há muito por fazer. A intenção é permitir que o Prêmio estimule ainda mais a imprensa brasileira a exercer um de seus importantes papéis: o de despertar e sedimentar na consciência nacional o sentimento de prioridade e de urgência na busca da equidade social para o Brasil.

Desde a 1ª Edição, foram **8.280** matérias inscritas e **4.505** jornalistas participantes. Pelos resultados alcançados e a superação das metas, o GP de Jornalismo ingressa em um novo patamar: passa a ser bienal e a sua 8ª Edição será realizada em 2006.

A VOZ DA REDAÇÃO

Há dez anos atuando como repórter em *O Globo*, Flávia Oliveira foi vencedora da 5ª Edição do GP Ayrton Senna de Jornalismo, na categoria Jornal. Atualmente trabalha na editoria de Economia, onde vem se dedicando, cada vez mais, à cobertura das questões sócio-econômicas.

Como foi o processo de produção do suplemento “Retratos do Rio”, que ganhou o GP de Jornalismo?

Formamos uma equipe de seis jornalistas e um repórter fotográfico e passamos quase quatro meses dedicados exclusivamente a esse projeto, que inaugurou um modelo de produção de suplementos em *O Globo*. Publicamos dez cadernos especiais, cada um deles sobre um tema abordado no Relatório de Desenvolvimento Humano do município do Rio de Janeiro. Fizemos um trabalho profundo, com uma abordagem ampla dos problemas da cidade e uma cobertura geográfica que não é viável na rotina diária das redações. Estivemos em todas as regiões do Rio, das mais nobres às mais miseráveis.

Que dificuldades existem para a abordagem dos aspectos do Desenvolvimento Humano nas reportagens?

Há dois problemas. O primeiro é que os jornais são divididos em editorias. Com isso, as pessoas não pensam de forma tão ampla. Um repórter de polícia tende a ter a visão focada na polícia. Dificilmente produzirá uma matéria que aborde os aspectos econômicos e sociais da violência. Incluir os parâmetros do Desenvolvimento Humano exige uma ampliação da visão que o jornalista setorista não costuma ter. O segundo problema é a carência na formação dos profissionais de comunicação para esse tipo de enfoque. Mas acho que o Prêmio,

ao estabelecer o Desenvolvimento Humano como foco, vem dando uma contribuição importante para a formação dos jornalistas e, conseqüentemente, para a qualidade do jornalismo. As reportagens sobre temas sociais passam, aos poucos, a se afinar com os conceitos do Desenvolvimento Humano, apresentando visões mais aprofundadas das mazelas nacionais.

Você acredita que esse conceito irá se incorporar ao jornalismo?

Acho que aos poucos a realidade vai mudando. As questões sociais hoje estão mais presentes na mídia do que há poucos anos. Não sei é se um dia chegaremos ao ponto ideal, porque o jornalismo é diário. Não dá mesmo muito tempo para ampliarmos discussões sobre um fato que ocorre hoje e tem que ser publicado amanhã. Além disso, às vezes, não temos espaço necessário para publicar uma questão muito densa.

Você já pôde comprovar o impacto de alguma de suas matérias sobre a realidade social do País?

Mudar a realidade social com nosso trabalho é o sonho de qualquer jornalista. Acredito, sim, que tenho conseguido dar uma contribuição nesse sentido. No projeto “Retratos do Rio”, escolas e universidades usaram os cadernos para promover discussões sobre os problemas da cidade. O caderno que editei em 2003 sobre “Exclusão Digital” é usado por ONGs para promover, junto a empresários, o apoio a projetos que auxiliem o combate ao apartheid digital. E o suplemento “A cor do Brasil”, editado por mim e pela Miriam Leitão em 2003, foi incorporado aos anais do Senado como contribuição à discussão sobre desigualdade racial no País. Tudo isso não tem preço.

UMA HISTÓRIA DE LUTA E TRABALHO

Por Viviane Senna*

Desde o início da atuação do Instituto Ayrton Senna (IAS), percebemos claramente que realizar ações fragmentárias e pontuais poderia ter muito mérito, mas jamais seria relevante para que pudéssemos alcançar nosso grande sonho: ajudar o Brasil a responder pró-ativamente aos desafios acumulados em mais de 500 anos de violação dos direitos da população infanto-juvenil.

Pensando assim, estruturamos nossas ações em duas grandes vertentes: *Fazer e Influir*. No Fazer, desenvolvemos ações de excelência no terreno da educação e delas retiramos conceitos e práticas aplicáveis. No Influir, criamos estratégias e mecanismos capazes de assegurar a difusão desse conhecimento em escala, *saltando do micro para o macro*, ou seja, saindo da lógica dos pequenos números para a lógica dos grandes números.

Para que isso ocorresse, no entanto, era preciso mais do que bons materiais de pedagogia social. Era preciso instalar nossa causa na consciência social. Foi com esse propósito que nasceu o *Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo* e, através dele, nossa parceria com a ANDI.

O eixo do Influir ganhou assim um novo rumo: a mobilização social. Detectamos que sem a criação de uma "comunidade de sentidos" em torno da causa da promoção e da defesa dos direitos de crianças e adolescentes, não seríamos capazes de gerar o compromisso ético e político necessários para difundir nossos conceitos e práticas (tecnologias sociais) em grande escala.

A aliança entre ANDI e IAS para a realização do *GP de Jornalismo* passou a assumir cada vez mais o papel de "formação" dos formadores da opinião pública, para que estes, por sua vez, exerçam influência sobre os decisores públicos e privados, no que diz respeito ao desenvolvimento do potencial das novas gerações de brasileiros.

No princípio, nosso grande desafio foi reverter o quadro de preconceito e desinformação que cercava o Estatuto da Criança e do Adolescente. Em quatro anos, esse desafio já estava vencido. A situação da população infanto-juvenil, no entanto, estava longe do que sonhávamos ao iniciar essa luta. Fazia-se necessária uma ampliação estratégica do escopo do nosso trabalho.

Constatamos que a educação e o direito não eram fins em si mesmos, porém meios de assegurar a cada criança e adolescente um conjunto básico de oportunidades, que lhes permitisse desenvolver o potencial que carregam consigo desde o nascer. Nosso grande desafio passou a ser a diminuição da distância escandalosa entre o PIB (Produto Interno Bruto) e o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano). Em termos de PIB, somos o 15º País do mundo. Já em termos de IDH, somos a 72ª nação.

Como o caminho para chegar à opinião pública é chegar a seus formadores, buscamos instalar uma causa na consciência social. A causa comum entre a ANDI e o IAS é romper o regime de apartação brasileiro, que, em termos de segregação econômica e social, ultrapassa a própria África do Sul, dividindo a nossa população infanto-juvenil em incluídos e excluídos, em cidadãos e subcidadãos. Ter participado dessa história até aqui é um grande motivo de alegria e orgulho para mim e minha equipe. Todavia, ainda há muito por fazer.

* presidente do Instituto Ayrton Senna

Confira o foco temático das matérias premiadas na história do GP de Jornalismo:

1ª Edição (1997/1998) a

4ª Edição (2000/2001):

Difusão de soluções às questões relativas à infância e à juventude

5ª Edição (2001/2002) a

7ª Edição (2003/2004):

Cobertura da realidade infanto-juvenil sob o Paradigma do Desenvolvimento Humano

Julho

Entidades governamentais e não-governamentais do Brasil, Paraguai e Argentina reúnem-se em Ciudad Del Leste para três dias de discussões no seminário *A Exploração Sexual e Comercial Infanto-Juvenil na Tríplice Fronteira: Ações Articuladas para a Prevenção e Erradicação*.

Julho

Articulado pelo Instituto Ayrton Senna, com o apoio do Gife, o documento *Por uma política de juventude para o Brasil* apresenta aos candidatos à Presidência da República um leque comum de propostas sobre o tema.

UM SONHO REALIZADO

O Instituto Ayrton Senna é a concretização do sonho do tricampeão de Fórmula 1, Ayrton Senna, de criar oportunidades para que crianças e jovens brasileiros possam se desenvolver como cidadãos e futuros profissionais. Com sede em São Paulo, o Instituto foi criado em 1994 e, ao longo dos último dez anos, beneficiou 3,931 milhões de crianças e jovens. Por meio de nove programas, a organização atinge atualmente crianças e jovens de norte a sul do País, oferecendo-lhes oportunidades educativas de qualidade, dentro e fora da escola. Os recursos para realizar esse trabalho vêm das marcas Senna, dos personagens Senninha e Senninha Baby, da imagem de Ayrton Senna e das alianças com empresas socialmente responsáveis, em conjunto com governos estaduais e municipais, além de ONGs.

Em dez anos, o Instituto criou, implantou, avaliou, sistematizou e transferiu diversas tecnologias sociais de ponta voltadas à educação formal (alfabetização, aceleração de aprendizagem, gestão escolar e tecnologia) e à educação complementar (esporte, comunicação, protagonismo juvenil, arte e desenvolvimento sustentável).

ALGUNS PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELO INSTITUTO*

Acelera (educação formal)

A repetência é o maior inimigo da educação fundamental e impõe um grande desafio: permitir que milhões de alunos defasados possam frequentar a série correspondente a sua idade. O Programa Acelera faz com que o aluno domine todos os conteúdos de que precisa para aprender, passar de ano e seguir em frente nos estudos.

- É política pública em cinco estados brasileiros (GO, PE, TO, PB, SE).
- Atende 272.532 crianças e jovens em 340 municípios.

Aliados: Nokia, Instituto Vivo, Líderes Empresarias - Empresários pelo Desenvolvimento Humano (Lide/EDH), Martins Distribuidora, Banco Triângulo e governo dos estados.

Se Liga (educação formal)

Outro vilão na história da educação brasileira é o analfabetismo: entre 10% e 35% dos alunos de 1ª à 4ª série não sabem ler nem escrever. O Programa Se Liga interrompe esse ciclo de fracasso alfabetizando as crianças para que ingressem no Acelera e cheguem à série correspondente a sua idade, continuando o percurso escolar com sucesso.

- É política pública em cinco estados brasileiros (GO, PE, TO, PB, SE).
- Atende 191.255 crianças e jovens em 526 municípios.

Aliados: Nokia, Instituto Vivo, Líderes Empresarias - Empresários pelo Desenvolvimento Humano (Lide/EDH), Martins Distribuidora, Banco Triângulo e governo dos estados.

* Dados de 1994 a 2004

2002

Agosto

Com o apoio da Save the Children Suécia, a ANDI cria sua Coordenação de América Latina, com o objetivo de estabelecer parcerias com organizações de diferentes países interessadas em replicar a experiência da Agência em prol da qualificação da cobertura jornalística sobre questões referentes a crianças e adolescentes.

Setembro

O candidato petista à Presidência da República, Luiz Inácio Lula da Silva, assina o compromisso *Presidente Amigo da Criança*, da Fundação Abrinq pelos Direitos da Criança e do Adolescente, com metas para melhorar a qualidade de vida das novas gerações.

As tecnologias têm como base em suas práticas cotidianas os Quatro Pilares da Educação, da Unesco: crianças e jovens *aprendem a ser* eles mesmos, a criar um projeto de vida; *aprendem a conviver* com as diferenças; *aprendem a conhecer* dominando os instrumentos do conhecimento para compartilhá-los com os demais; e *aprendem a fazer*, encontrando formas criativas para inserção e permanência no complexo mundo do trabalho.

O trabalho em escala desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna recebeu a *Cátedra em Educação e Desenvolvimento Humano*, conferida pela Unesco, que passa a reconhecer o Instituto como um centro de reflexão e de produção de conhecimento. O título é inédito para uma ONG. Outro passo importante no cumprimento da missão de ajudar a enfrentar em escala os desafios brasileiros é o *Centro Avançado de Tecnologias Sociais Ayrton Senna*. Criado em 2004, ele já formou 8.396 profissionais. Seu objetivo é transmitir conhecimento e tecnologias de ponta, preparando profissionais credenciados para utilizá-los.



"Órfãos do Brasil", de Sérgio Amaral.
Correio Braziliense (DF). Finalista da 6ª
Edição. 2002/2003

Super Ação Jovem (educação complementar)

O Programa aposta na juventude como solução para o País. Os jovens são convidados a propor e implementar saídas concretas para melhorar sua educação, sua escola e sua comunidade por meio de um jogo diferente, pedagógico e participativo: o Game Superação. Ele reúne os jovens para realizar projetos, levando cada aluno a transformar a si mesmo e a comunidade a sua volta. O Programa é adotado nas escolas públicas estaduais de São Paulo, como uma das ações do Programa Escola da Família, do Governo do Estado. Ele também acontece em outros três estados (SC, PA, MS) e Distrito Federal.

- Atende 494.092 jovens em 491 municípios.

Aliado: **Instituto Vivo**

Educação pelo Esporte (educação complementar)

O Programa acontece nos campi de 14 universidades espalhadas pelo Brasil. A partir das atividades esportivas, jogos e brincadeiras estimula-se a convivência em grupo, a troca de opiniões e experiências, o autoconhecimento, a tomada de decisões, a busca de soluções para os problemas e a cooperação. Também oferece atividades ligadas à arte, saúde e apoio à escolarização. O Educação pelo Esporte também tem como parceira a ONG Instituto Guga Kuerten.

- Atende 43.544 crianças e jovens em 15 municípios.

Aliado: **Audi**

Sua Escola a 2000 por Hora

Professores e alunos reconhecem juntos o papel da escola, utilizando como principais ferramentas tecnológicas o computador e a internet. Toda a experiência e as conquistas do Programa são compartilhadas no site www.escola2000.org.br, no qual as escolas participantes têm espaço garantido para expor aprendizados, trocar idéias e consultar informações.

- Atende 195.300 crianças e jovens em 54 municípios.

Aliado: **Microsoft Educação**

Novembro

O presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva declara, em seu primeiro pronunciamento, a principal meta do seu governo: o combate fome. Por meio do projeto Fome Zero Uma Proposta de Política de Segurança Alimentar para o Brasil, o presidente pretende saciar as necessidades nutricionais básicas de milhares de famílias.

Dezembro

O Código de Conduta do Turismo Contra a Exploração Sexual Infanto-Juvenil, documento criado por cerca de 160 representantes da sociedade civil, governo e Ongs do País, é lançado pela Embratur.

AS ANÁLISES TEMÁTICAS ESPECIAIS

De olho no processo de qualificação dos profissionais da imprensa, a ANDI e o Instituto Ayrton Senna, juntamente com o Unicef e seus demais parceiros começaram, em 1999, a investir em estudos mais aprofundados sobre a cobertura jornalística dos temas de maior relevância para o universo infanto-juvenil.

Esse mergulho investigativo conta com a participação de consultores renomados, que oferecem uma preciosa contribuição no processo de elaboração das avaliações qualitativas e quantitativas do noticiário.

Saúde em Pauta

Doença e qualidade de vida no olhar da imprensa sobre a infância



Publicada em maio de 2003, esta análise especial foi realizada pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna, com apoio da Fundação Kellogg e do Unicef. Primeiro volume da série **Mídia e Mobilização Social** (lançada em maio de 2003), a pesquisa detalha méritos, limites e potenciais da imprensa diante do processo de implementação de políticas de saúde voltadas às crianças (de zero a 12 anos incompletos). A metodologia aplicada inova a estrutura das análises especiais ao incluir avaliação da cobertura em relação a parâmetros de Desenvolvimento Humano e ao viabilizar a realização de grupos focais com especialistas e com usuários do sistema de saúde.

Cidadania

Antes dos 7 anos
A educação infantil e os meios de comunicação



Publicada inicialmente na edição de setembro de 2001 de **Infância na Mídia**, a pesquisa contou com a parceria da Fundação Orsa. Os dados apontaram que a imprensa seguia ignorando a revolução nas leis dirigidas aos primeiros seis anos de vida do cidadão brasileiro. Apenas 5,09% dos textos dedicados, no ano 2000, a discutir a educação de crianças e adolescentes tratavam do atendimento a essa faixa etária. Esta análise ofereceu subsídios para a realização de um dos livros da série **Mídia e Mobilização Social** – o segundo volume, denominado *Cidadania Antes dos 7 Anos – A educação infantil e os meios de comunicação*, que foi lançado em maio de 2003.

Equilíbrio Distante

Tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro



Editado em junho de 2001 no contexto da publicação **A Mídia dos Jovens**, este estudo avaliou a qualidade da abordagem jornalística das questões relacionadas ao consumo de cigarro e bebidas alcoólicas na adolescência. Concluiu-se que diversos veículos dirigidos ao público jovem procuravam avançar para além de uma ótica moralista e policial, contribuindo assim para uma reflexão mais profunda sobre a questão. Esta pesquisa foi posteriormente ampliada, originando o terceiro volume da série **Mídia e Mobilização Social**. Intitulado *Equilíbrio Distante – Tabaco, álcool e adolescência no jornalismo brasileiro*, o livro foi publicado no primeiro semestre de 2003.

Que País é Este?

Pobreza, desigualdade e desenvolvimento humano e social no foco da imprensa brasileira



A pesquisa realizada pela ANDI e pelo Instituto Ayrton Senna constituiu o quarto volume da série **Mídia e Mobilização Social** e foi publicada também em maio de 2003. Produzida com apoio do Programa Comunidade Ativa, do Unicef e da Unesco, a análise detectou que, apesar dos avanços registrados na década passada, de maneira geral ainda faltam abrangência e precisão no tratamento dispensado à agenda social. Essa primeira grande avaliação do comportamento editorial de jornais e revistas segundo a ótica do Desenvolvimento Humano também apresenta um conjunto de considerações sobre a co-responsabilidade de jornalistas e atores sociais na melhoria desse tipo de cobertura.

As análises geralmente culminam na realização de seminários que reúnem jornalistas e fontes de informação para discutir a produção jornalística sobre essas questões. A partir de 2003, o conteúdo dessas pesquisas passou a ser veiculado na série **Mídia e Mobilização Social** – coleção publicada pela Cortez Editora e destinada a jornalistas, especialistas, estudantes e professores de Comunicação.

Confira, a seguir, os estudos realizados.

O Grito dos Inocentes

Uma análise do tratamento jornalístico dos crimes sexuais



Publicada inicialmente na edição da pesquisa **Infância na Mídia** de março de 2002, o estudo realizado em parceria com o Instituto WCF-Brasil mostrou que a imprensa vinha realizando esforços para romper a barreira de silêncio que costuma se impor quando se discute o tema do abuso e da exploração sexual de crianças e adolescentes. Indicou também que, apesar das dificuldades de acesso a informações, a cobertura mostrava mais qualidade do que aquela dedicada à violência em geral. Esta análise originou o quinto volume da série **Mídia e Mobilização Social**, denominada *O Grito dos Inocentes – Os meios de comunicação e a violência sexual contra crianças e adolescentes*, publicado em junho de 2003.

Crianças Invisíveis

O enfoque da imprensa sobre o Trabalho Infantil Doméstico e outras formas de exploração



Questão muito pouco debatida pela sociedade e pela imprensa, apesar de seu grande impacto sobre a vida de milhares de crianças e adolescentes das mais diversas regiões do País, o Trabalho Infantil Doméstico é foco de análise desenvolvida pela ANDI em parceria com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O estudo registra as dificuldades enfrentadas pelos jornalistas ao cobrir um tema cercado de complexas nuances sócio-econômicas, culturais, étnicas e de gênero – e que é foco de raríssimas políticas públicas. Os resultados da análise integram o sexto volume da série **Mídia e Mobilização Social**, lançado no final de 2003.

Remoto Controle

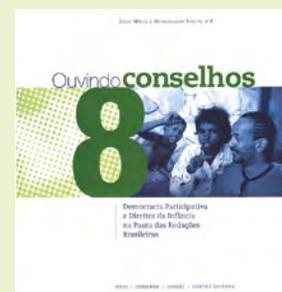
Linguagem, conteúdo e participação nos programas de televisão para adolescentes



Realizada com o patrocínio da Petrobras, por meio do programa Geração da Paz, a pesquisa avalia dez atrações de emissoras comerciais e educativas brasileiras. O grupo de consultores, integrado por profissionais da área de comunicação, educação, arte e psicologia, constatou não só a existência de perfis muito diferenciados entre os programas, mas também de níveis de qualidade díspares em relação a fatores como o leque de temas abordados, as fontes de informação entrevistadas e a participação direta do público adolescente. O estudo, sétimo volume da série **Mídia e Mobilização Social**, foi lançado em abril de 2004,

Ouvindo Conselhos

Democracia participativa e direitos da infância na pauta das redações brasileiras



Os Conselhos Tutelares e de Direitos da Criança e do Adolescente constituem uma importante contribuição para o processo de elaboração de políticas públicas efetivas voltadas à população infanto-juvenil. Ao mesmo tempo, destacam-se como espaços democráticos de participação e representação de qualquer cidadão na condução desses assuntos junto ao poder público. Esses colegiados são o foco do livro *Ouvindo Conselhos*, fruto de parceria entre a ANDI e o Conanda, cujos capítulos esclarecem o que são e como funcionam essas instâncias, além de explicar como se dá o processo de participação popular. A obra também analisa como os jornalistas têm retratado esses órgãos nos textos sobre infância e adolescência.

Febem *Emoção sem sensacionalismo*



Veiculada na edição de março de 2000 da pesquisa **Infância na Mídia**, esta análise trouxe uma avaliação crítica da extensa cobertura da imprensa às rebeliões na Febem paulista no segundo semestre de 1999. Dois dos mais importantes especialistas em questões relativas às crianças e aos adolescentes em situação de risco – Cesare de La Rocca e o padre Júlio Lancellotti – concluíram que, de maneira geral, a imprensa trabalhara o tema sob a ética e a ótica dos direitos. Apontaram, ainda, para a necessidade de as fontes de informação nessa área estabelecerem uma relação mais produtiva com a mídia, de forma a incentivar novas possibilidades de abordagem dos graves problemas vividos pelas instituições de privação de liberdade.

Dez Anos do Estatuto da Criança e do Adolescente

O avesso e o direito no olhar da imprensa



Publicada na edição de março de 2001 da pesquisa **Infância na Mídia**, procurou identificar, por meio do que era veiculado na imprensa, como a sociedade assimilara o ECA, instrumento que ampliara as responsabilidades dos diversos atores sociais diante dos problemas vividos por crianças e adolescentes. O resultado foi positivo: das matérias examinadas, 85,7% tratavam favoravelmente o documento. Alguns dados, no entanto, indicavam a persistência de uma visão limitada da sociedade sobre questões cruciais: quase um terço dos textos que discutiam os atos infracionais cometidos por adolescentes defendiam a diminuição da maioria penal como forma de inibir o problema.

Esqueceram de Mim

Jornais brasileiros ignoram o potencial pedagógico dos cadernos infantis



Análise que focalizou, na edição de junho de 2002 da pesquisa **A Mídia dos Jovens**, a postura editorial dos suplementos de jornais voltados para as crianças. Embora de maneira geral as temáticas tratadas mostrassem compatibilidade com os interesses e as necessidades do público-alvo, o estudo apontou problemas referentes a aspectos tão diversos quanto a formatação gráfica e a linguagem utilizada. Poucas publicações orientavam-se por um projeto pedagógico consistente – elemento fundamental para o exercício de um jornalismo dirigido a um público em fase de desenvolvimento.

Mídia & Educação

Perspectivas para a qualidade da informação



Publicada em abril de 2000, ofereceu condições para a observação detalhada da cobertura dada pela imprensa à Educação – que chegara, em 1998, ao primeiro lugar entre os temas mais abordados. A publicação, desvinculada da série **Infância na Mídia**, foi viabilizada por ANDI, Instituto Ayrton Senna, Unicef, MEC e diversos outros parceiros. Constatou-se que, apesar do número de inserções muito superior ao de outros assuntos referentes ao universo infanto-juvenil, a imagem da Educação na imprensa era construída basicamente pela ação dos poderes públicos, o que indicava a necessidade de se avançar na diversidade de fontes e na discussão de aspectos técnicos ligados ao tema.

Balas Perdidas

Um olhar sobre o comportamento da imprensa brasileira quando a criança e o adolescente estão na pauta da Violência



Realizada com apoio do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (Conanda), do Ministério da Justiça e da Amencar, esta pesquisa foi veiculada em publicação especial, em novembro de 2001. A análise constatou que, de modo geral, a mídia brasileira errava o foco quando tratava da violência: oito em cada dez matérias analisadas tinham origem nos Boletins de Ocorrência das delegacias de polícia. A ANDI e o Instituto Ayrton Senna estenderam a análise aos veículos para adolescentes. Intitulado *A marca do crime – Os delitos da imprensa na cobertura da violência*, o estudo foi publicado na edição de dezembro de 2001 da pesquisa **A Mídia dos Jovens**.

Investimento Social na Idade Mídia

Discurso e imagem da iniciativa privada na imprensa brasileira



Veiculada em publicação específica, em outubro de 2000, por meio de parceria entre a ANDI e o Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), com apoio institucional da Fundação Kellogg, este estudo quanti-qualitativo avaliou a forma como os veículos de comunicação interpretavam as ações sociais capitaneadas pela iniciativa privada no Brasil. Permanecia, naquele momento, uma visão parcial da questão – a mídia tendia a encarar essas ações com desconfiança, concluindo, geralmente, que elas constituíam meras estratégias de marketing. A publicação apontava a necessidade de os jornalistas se capacitarem para uma cobertura mais coerente deste ramo específico do Terceiro Setor.

A Mídia como Consultório?

Uma análise técnica e jornalística das perguntas e respostas sobre saúde e comportamento veiculadas pela mídia impressa e eletrônica



Lançada em novembro de 2002, esta publicação foi realizada pela ANDI em parceria com a organização não-governamental Central de Projetos, a Coordenação Nacional de DST/Aids do Ministério da Saúde e o Unicef. O estudo avaliou o teor das dúvidas e a qualidade das respostas veiculadas em 35 colunas de consulta de jornais, revistas e programas de rádio e televisão em todo o País. Além de constatar o papel estratégico dessas seções, que oferecem ao público adolescente e jovem acesso a informações qualificadas, a pesquisa radiografou também a presença de erros técnicos resultantes do fato de algumas respostas serem formuladas sem consulta a especialistas.

Mídia e Deficiência



Realizada em parceria com a Fundação Banco do Brasil e com a consultoria técnica da ONG Escola da Gente, esta pesquisa tem como foco um universo cercado de preconceitos e de grande complexidade técnica e conceitual. A dificuldade da sociedade em avançar rumo a práticas verdadeiramente inclusivas pautadas pela perspectiva dos direitos humanos – que inclusive orienta a legislação brasileira para o setor – está refletida também no comportamento de boa parte da imprensa brasileira. A publicação que contém os resultados do estudo, lançada em dezembro de 2003, traz também uma série de dados e referências para subsidiar um trabalho mais efetivo do jornalista diante dessa questão.

FICHA TÉCNICA

IMPrensa, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

UMA RETROSPECTIVA DE SETE ANOS DE ANÁLISE DE MÍDIA



A missão da ANDI é contribuir para a qualidade da informação pública em torno de temas relevantes para a promoção e defesa dos direitos da infância e da adolescência. Para isso, busca estimular o diálogo pró-ativo, profissional e ético entre os atores da sociedade civil organizada e a mídia.



A missão do Instituto Ayrton Senna é criar oportunidades de desenvolvimento humano a crianças e jovens brasileiros para que possam viver e conviver na sociedade do século 21. O IAS cria, implementa, avalia, sistematiza e transfere programas educativos em todo o Brasil e realiza ações para mobilizar a sociedade em torno da causa infanto-juvenil.

ANDI – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DOS DIREITOS DA INFÂNCIA

PRESIDENTE DO CONSELHO
Cenise Monte Vicente

SECRETÁRIO EXECUTIVO
Veet Vivarta

SECRETÁRIA EXECUTIVA ADJUNTA
Ely Harasawa

INSTITUTO AYRTON SENNA

PRESIDENTE
Viviane Senna

DIRETORA EXECUTIVA
Margareth Goldenberg

GERENTE DE COMUNICAÇÃO
Maria Helena Magalhães

IMPrensa, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

REALIZAÇÃO
ANDI / Instituto Ayrton Senna

TEXTO
Ilara Viotti e Patrícia Andrade, com a colaboração de Geórgia Moraes, Patu Antunes, Marco Túlio Alencar e Valéria Propato

PRODUÇÃO
Aline Falco, Ana Flávia Flôres, Denise Caputo, Monalisa Silva, Pedro Ivo Alcântara e Yara Aquino

DISTRIBUIÇÃO
Ane Lima

ASSISTENTES
Antônia Amélia, Eduardo Tavares e Rubenita Correa

PROJETO GRÁFICO
Suzana Curi

DIAGRAMAÇÃO
Márcio Duarte

CAPA
André Nóbrega

IMPRESSÃO
Vox Editora Ltda

As opiniões e análises que integram o presente volume são de responsabilidade exclusiva da ANDI e dos autores dos artigos. É permitida a reprodução de trechos desta publicação, desde que citada a fonte.

ANDI – SDS Ed. Boulevard Center, Bloco A,
sala 101 – 70391-900 – Brasília, DF
Fone: (61) 2102-6508 / Fax: (61) 2102-6550
E-mail: analisedemidia@andi.org.br
Site: www.andi.org.br

Instituto Ayrton Senna – Rua Dr. Olavo Egídio,
287, 16º andar, Santana – 02037-000 – São Paulo, SP
Fone: (11) 6974-3000
E-mail: comunicacao@ias.org.br
Site: www.senna.org.br

IMPrensa, INFÂNCIA E DESENVOLVIMENTO HUMANO

Esta publicação documenta a evolução do comportamento da imprensa brasileira diante dos principais temas relacionados aos direitos da infância e da adolescência. Por meio de detalhado levantamento histórico e dados quantitativos, são apresentados os parâmetros metodológicos que, desde 1996, vêm norteando o trabalho desenvolvido pela *ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância*, em aliança com o *Instituto Ayrton Senna*, no processo de monitoramento e análise da produção editorial de 10 revistas e de 50 dos mais importantes jornais do País.

Realização:

